

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
BRAGANÇA**



**REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2006,
NO AUDITÓRIO
DO TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

SIGLAS

€	Euro
A4	Auto-Estrada 4
AGRIS	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais
AMTAD	Associação Municípios de Trás os Montes e Alto Douro
CAE	Centro Área Educativa
CCRN	Comissão Coordenação Região Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
CEE	Centro de Educação Especial
CMB	Câmara Municipal de Bragança
CNAPU	Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos
CP	Combóis de Portugal
CTT	Correios
DR	Diária da República
DRATM	Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
EB1	Escola Básica
EM	Empresa Municipal
ETAR	Estação de Tratamento de Resíduos
IC5	Itinerário Complementar n.º 5
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
IMI	Imposto Municipal de Imóveis
INAG	Instituto da Água
INGA	Instituição Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
IP2	Itinerário Principal n.º 2
IP4	Itinerário Principal 4
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPJ	Instituto Português da Juventude
JF	Junta de Freguesia
MMB	Mercado Municipal de Bragança
NERBA	Núcleo Empresarial da Região de Bragança
OE	Orçamento de Estado
PAC	Política Agrícola Comum
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNM	Parque Natural de Montesinho
PRAUD	Projecto Municipal de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal Telecom
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QCA III	Terceiro Quadro Comunitário de Apoio
RPU	Regime de Pagamento Único
RSU	Resíduos Sólidos urbanos
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SIMAB	Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores
STUB	Serviço de Transportes Urbanos de Bragança
TGV	Transporte de Grande Velocidade

-----Segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 17 de Fevereiro de 2006, no Auditório do Teatro Municipal de Bragança -----

SUMÁRIO

DIVERSOS:

- Presenças e faltas----- 175

MANDATOS: - MEMBROS----- 8

Assembleia Municipal:----- 8

INSTALAÇÕES ----- 8

INTERVALO PARA ALMOÇO----- 64

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS----- 8

MOÇÕES – Problemas estruturais da Agricultura 30

- Sede Parque Natural Montesinho 48

- Obras no Hospital de Bragança 102

PROPOSTA – Comissão de Acompanhamento-Revisão PDM 18

-Pedido reunião – Hospital Distrital de Bragança 108

RESOLUÇÃO – Hospital Distrital de Bragança 117

QUORUM----- 7

ORDEM DE TRABALHOS

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação das seguintes actas: -----11

- Sessão extraordinária de 25 de Novembro de 2005;

- Sessão ordinária de 19 e 20 de Dezembro de 2005

2 – PÚBLICO - 1º. Período de intervenção. -----	12
3 – Período de Antes da Ordem do Dia. -----	12
4 – Período da Ordem do Dia:	
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município. -----	64
4.2 – Análise da situação e definição de procedimentos, conforme previsto no ponto 3º. da Proposta da Câmara Municipal apresentada e aprovada na Sessão da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2005, relativa ao Hospital Distrital de Bragança.-----	97
4.3– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para Geminção da Cidade de Bragança com a Cidade de León;-----	134
4.4– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para Concessão do direito da exploração de dois parques públicos de estacionamento subterrâneos para viaturas ligeiras e concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública; -----	145
4.5– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para Aumento do capital social da Sociedade M.M.B. – Mercado Municipal de Bragança, E.M.-----	161
5 – PÚBLICO – 2º. Período de Intervenção. -----	175

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página
António Almeida	28,62,124
Bruno Veloso	173
Helder Rodrigues	27
João Ortega	61,132
Lídio Correia	60,123,132,145
Luís Afonso	26,62,125
Luís Fernandes	61
Luís Ortega	25
Luís Pires	39
Luís Silvestre	25,134,161,173
Victor Prada	27,39,124,128

INTERVENÇÕES

Nome	Página
Adérito Lhano	17
Amandio Gomes	159
António Almeida	21,35

António Vieira	109
Bruno Veloso	168
Cruz Oliveira	165
Fernando Paula	89
João Ortega	16,
Jorge Novo	12
José Rodrigues	110,113
Lídio Correia	20,53,92,103
Luís Afonso	19,46,50,114,126,129,130
Luís Costa	29,33,37,143,158
Luís Silvestre	53,
Luís Fernandes	54,118,156
Luís Pires	24,51,99
Luís Vale	55,109,144
Manuel Pires	45
Martinho Nascimento	171
Orlando Pontes	142
Pedro Teixeira	40,42
Presidente da Câmara	23,56,64,85,96,98,141,142,150,154,160,164,167,174
Presidente da Mesa	10,11,12,15,16,18,19,20,21,23,24,25,26,27,28,29,31,32,33,34,35,37,39,40,41,42,43,44,45,46,49,50,51,52,53,54,55,56,58,59,60,61,62,63,64,77,80,81,82,83,84,88,91,95,97,99,103,108,109,113,114,118,120,121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,134,141,142,143,144,145,150,151,153,154,155,158,159,160,161,164,165,167,168,170,173,174
Primeiro Secretário da Mesa	10,63,99,110,112,113,165
Rui Correia	43,
Victor Prada	19,35,122,128

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página
Amílcar Pires	77
António Vieira	154,165
Bruno Veloso	126
Domingos Seca	84

Helder Rodrigues	83
José Baltasar	82
Lídio Correia	49,127
Luís Costa	141
Paulo João	32
Luís Afonso	32,52,121
Luís Costa	80,153
Luís Pires	33,128
Luís Silvestre	49,151
Paulo João	32
Victor Prada	81,113

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página
Lídio Correia	20
Luís Afonso	

DEFESA DA HONRA

Nome	Página
Luís Silvestre	58
Luís Afonso	

----- Aos **dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis**, realizou-se no auditório do Teatro Municipal de Bragança, a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, com início às 9h30 e fim às 19h00, **na qual participaram noventa e quatro membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação das seguintes actas: -----

Sessão extraordinária de 25 de Novembro de 2005. -----

Sessão ordinária de 19 e 20 de Dezembro de 2005. -----

2 – PÚBLICO - 1º. Período de intervenção.-----

3 – Período de Antes da Ordem do Dia.-----

4 – Período da Ordem do Dia: -----

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município. -----

4.2 – Análise da situação e definição de procedimentos, conforme previsto no ponto 3º. da Proposta da Câmara Municipal apresentada e aprovada na Sessão da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2005, relativa ao Hospital Distrital de Bragança.-----

4.3– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para Geminação da Cidade de Bragança com a Cidade de León; -----

4.4– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para concessão do direito da exploração de dois parques públicos de estacionamento subterrâneos para viaturas ligeiras e concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública; -----

4.5– Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança para aumento do capital social da Sociedade M.M.B. – Mercado Municipal de Bragança, E.M. -----

5 – PÚBLICO – 2º. Período de Intervenção.-----

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). - -----

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e

fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

PS – Victor Fernando Silva Simões Alves – Substituído por Fernando Carlos da Silva Paula -----
- Lídia Gomes Valinho – Substituído por Pedro Miguel Fernandes Teixeira -----
- Armando Pinto Bento – Substituído por Manuel Gonçalo Esteves -----
PSD – José Miguel Gonçalves Miranda – Substituído por José Joaquim Meireles Salgueiro. ----

INSTALAÇÕES:-----

I - Marco Paulo Jesus Frei – Substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Sendas, eleito pela lista do Partido Social Democrata, natural da Freguesia de Sé e residente na Freguesia de Sendas, ambas do Município de Bragança, filho de Licínio Manuel Frei e de Maria Justa Ochoa de Jesus, nascido em 11 de Outubro de 1982 e portador de: Bilhete de Identidade nº. 12464796, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 23 de Setembro se 2004, cartão de contribuinte nº. 223468150 emitido pela Repartição de Finanças de Bragança em 04 de Novembro de 2003 e cartão de eleitor nº. 431 emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de Sendas em 5 de Junho de 2005.-----

II - Verificando-se que, por lapso, na acta da primeira sessão extraordinária realizada no dia 25 de Novembro de 2005, não ficaram registadas as instalações dos membros substitutos: José Joaquim Meireles Salgueiro; Fernando Carlos da Silva Paula e Manuel Gonçalo Esteves, e na primeira reunião da primeira sessão ordinária de 19 de Dezembro de 2005 o membro substituto Pedro Miguel Fernandes Teixeira, assim como na segunda reunião da primeira sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2005 o membro Luís Manuel Ferro Azevedo, ficam nesta acta de 17 de Fevereiro de 2006, registadas as referidas instalações: -----

- **José Joaquim Meireles Salgueiro** – eleito pela lista do Partido Social Democrata, natural da Freguesia de Vilarelhos, Município de Alfândega da Fé e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, filho de Camilo Eduardo Salgueiro e de Palmira dos Anúncios Meireles, nascido em 29 de Agosto de 1959 e portador de: Bilhete de Identidade nº.3701482, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 12 de Junho de 2001, cartão de contribuinte nº.

161725865, emitido pela repartição de Finanças de Bragança em 11 de Outubro de 1998 e cartão de eleitor nº. 2417 da Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé – Bragança.-----

- **Fernando Carlos da Silva Paula** – eleito pela lista do Partido Socialista, natural da Freguesia de Santa Maria e residente na Freguesia da Sé, ambas do Município de Bragança, filho de Manuel Fernandes Gama Paula e de Lucília Alice Silva, nascido em 6 de Março de 1958 e portador de: Bilhete de Identidade nº.3863362, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 28 de Janeiro de 2003, cartão de contribuinte nº.166541265 emitido pela Repartição de Finanças de Bragança em 17 de Janeiro de 1983 e cartão de eleitor nº. 574 da Comissão Recenseadora de Santa Maria – Bragança em 29 de Setembro de 1995.-----

- **Manuel Gonçalo Esteves** – eleito pela lista do Partido Socialista, natural da Freguesia de Parada e residente na mesma, ambas do Município de Bragança, filho de José Maria Esteves e de Carminda de Jesus Teixeira, nascido em 10 de Janeiro de 1941 e portador de: Bilhete de Identidade nº. 3248418, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 14 de Novembro de 2005, cartão de contribuinte nº.102777659, emitido pela repartição de Finanças de Bragança em 4 de Agosto de 1981 e cartão de eleitor nº. 167 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Parada, em 25 de Maio de 1993.-----

- **Pedro Miguel Fernandes Teixeira** – eleito pela lista do Partido Socialista, natural e residente na Freguesia de Sé, Município de Bragança, filho de Manuel José Teixeira e de Margarida Berta Fernandes Teixeira, nascido em 14 de Junho de 1982 e portador de: Bilhete de Identidade nº.12179180, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 10 de Setembro de 2002, cartão de contribuinte nº. 224721216, emitido pela Repartição de Finanças de Bragança em 22 de Outubro de 1997 e cartão de eleitor nº. 16 671 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Sé – Bragança, emitido em 30 de Agosto de 2000.-----

- **Luís Manuel Ferro Azevedo** – eleito pela lista do Partido Social Democrata, natural e residente na Freguesia de Santa Comba de Rossas, Município de Bragança, filho de Luís Nestor de Azevedo e de Maria Antónia Machado Ferro, nascido em 27 de Março de 1955 e portador de: Bilhete de Identidade nº. 3148737, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 21 de Abril de 1997, Cartão de contribuinte nº. 160736250, emitido pela Repartição de Finanças de Bragança em 17 de Fevereiro de 1983 e cartão de eleitor nº. 184 da Comissão recenseadora da Freguesia de Santa Comba de Rossas, emitido em 17 de Dezembro de 1978.-----

----- **Presidente da Mesa** – ... Estava a pedir para nos concentrarmos nesta parte central porque, onde quiserem, mas aqui na parte central, e pedia isto, porque está anunciada para hoje, também, por todas as razões, mas também porque está anunciada para hoje uma visita de uma turma de uma escola cá de Bragança e é bom termos as alas laterais livres. É só à tarde, de qualquer maneira estamos já preparados para isso. -----

----- Como sabem, esta reunião da Assembleia faz-se aqui no Teatro Municipal, hoje, em virtude das obras que decorrem nas instalações onde habitualmente estas sessões se fazem,.-

----- Relativamente a essas obras eu ficava grato ao Senhor Presidente da Câmara, se por ocasião da intervenção que fará sobre o Estado e Vida do Município, desse a conhecer aos senhores membros da Assembleia quais são os planos e o que está a ser feito, isto não obstante eu ter promovido recentemente um encontro dos membros da Comissão Permanente com o Senhor Vereador que está a orientar essas obras a fim de que os informasse de qual é que é o âmbito e de quais são as intervenções que vão ser feitas. -----

----- Posto isto, íamos entrar na agenda da reunião de hoje, e começávamos por tratar do expediente.-----

----- Faça o favor Senhor Secretário da Mesa de dar conhecimento das substituições que aqui são feitas. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Ora muito bom dia para todos. -----

----- É só para dar conhecimento de algumas substituições que se fizeram em duas bancadas. -----

----- Na bancada do **Partido Socialista**:-----

----- Victor Fernando da Silva Simões Alves, substituído por Fernando Carlos da Silva Paula.

----- Lúcia Gomes Valinho substituída por Pedro Miguel Fernandes Teixeira. -----

----- Armando Pinto Bento, substituído por Manuel Gonçalo Esteves.-----

----- Na bancada do **Partido Social Democrata** - José Miguel Gonçalves Miranda substituído por José Joaquim Meireles Salgueiro. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Queria também dar conhecimento e já devia ter sido dado conhecimento disto aquando da última sessão, mas houve um lapso da Mesa, de que foi recebida uma comunicação, subscrita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, que por acaso agora está ali a conversar, de costas, mas pelo nosso amigo Adriano, em que comunica que pede a

demissão de Representante dos Presidentes de Junta no Conselho Cinegético Municipal e na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios. -----

----- Diz, que faz isto porque a Assembleia que o elegeu já terminou o seu mandato, que foi a anterior, e por achar que a partir dessa altura não tem legitimidade de representar os colegas que não o elegeram, uma vez que não faziam parte da anterior Assembleia. O que significa que essa representação está em vacatura e com certeza que os Senhores Presidentes de Junta tomarão as disposições para proceder à substituição ou à reconfirmação, conforme melhor entenderem. -----

----- Também aproveitava para, a pedido do Senhor Presidente da Junta de Rebordãos, solicitar dos Senhores Presidentes de Junta para com ele se reunirem no fim da sessão da Assembleia de hoje, para tratar nos termos em que foi dito, de um assunto de águas, e águas é com certeza um assunto importante, fica transmitida a solicitação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos. -----

----- Posto isto, iríamos proceder à apreciação e aprovação ou não das actas. Estão para aprovação as actas da sessão extraordinária de 25 de Novembro e da Sessão ordinária de 19 e 20 de Dezembro. -----

PONTO 1 – ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: -----

- **Primeira sessão extraordinária realizada em 25 de Novembro do ano de 2005** – Aprovada, por maioria qualificada com setenta e quatro votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente, setenta e cinco membros presentes. -----

- **Primeira sessão ordinária realizada em 19 e 20 de Dezembro do ano de 2005** – Aprovada por maioria qualificada com setenta e três votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, estando momentaneamente, setenta e cinco membros presentes. -----

----- **Presidente da Mesa** - Foi chamada a atenção da Mesa e muito bem, que relativamente às actas e foi chamada a atenção pela Câmara, naquele sector das actas em que se fala das presenças e das faltas, há numa acta pelo menos, uma menção a faltas de membros do Executivo, o que não é correcto, os membros do Executivo não têm que estar obrigatoriamente presentes, por isso no futuro será corrigido. -----

----- Eu perguntava, passando ao -----

----- **2 –PÚBLICO - 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**-----

----- **Presidente da Mesa** – Eu perguntava se há algum membro do público que queira intervir? -----

----- Não havendo nenhum membro do público que queira intervir, eu pedia e porque estou a ver muita gente lá atrás, eu pedia aos senhores membros da Assembleia para nos concentrarmos nesta primeira parte do anfiteatro, temos tanto espaço, que ficamos mais juntos.

----- Os meus agradecimentos. -----

----- Vamos então entrar no -----

----- **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa recebe as inscrições para intervenções neste ponto.-----

----- Quatro inscrições da Bancada do Grupo Municipal do PSD, três inscrições do Grupo Municipal do PS, e uma da CDU. Para intercalar-mos as intervenções, como parece que é conveniente, eu dava a palavra ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria.--

----- **Jorge Novo** – Obrigado Senhor Presidente.-----

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**-----

----- “Começo por cumprimentá-lo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Publico e Comunicação Social presente,-----

----- Um bom dia a todos. -----

----- Permitam-me que, mesmo me dirigindo a toda a Assembleia, comece por saudar o Sr. Presidente da Câmara e expressar-lhe nesta minha intervenção, em primeiro lugar que, tal como nos três últimos anos o fiz, como representante mais próximo dos cidadãos de Santa Maria e daqueles inúmeros que compreendiam esta necessidade, solicitando permanentemente a requalificação da Avenida Cidade de Zamora, porta de entrada principal por quem vem da Espanha e dessa Europa das Nações, espaço significativo da história da nossa urbe e porta privilegiada de acesso à zona histórica, venha agora também, já não solicitar, porque já não é preciso, mas dar-lhe os parabéns, a si e à Câmara Municipal, por se ter finalmente dado o último passo para que tal requalificação da Avenida Cidade de Zamora venha a ocorrer e concretizar-se já durante este mês de Fevereiro ou mais tardar no início do próximo mês de Março. -----

----- Fique com a certeza de que como eu, muitos bragançanos lhe darão os mais sinceros parabéns e lhe agradecerão a bondade e inteligência desta decisão. -----

----- Trata-se de uma postura de coerência, tendo em conta as diferentes opções e prioridades assumidas ao longo dos últimos tempos, que não obstante foram em larga medida também as minhas, mas que agora deram oportunidade e expressam o acolhimento de uma necessidade que do meu ponto de vista interessava sobremaneira à Cidade e ao próprio concelho de Bragança. -----

----- Em seguida, não que queira dar mais trabalho à nossa Câmara, *já tem trabalho mais do que suficiente*, mas para contribuir para que haja correspondência ao que dizia um pensador, a saber: "*o único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário*", gostaria também, neste âmbito de melhoria das acessibilidades, de referir que semelhante sorte a outras ruas da Cidade, merecem as Ruas Norberto Lopes, Monsenhor José de Castro, Rua Nova de S. Bento e outras no Bairro da Estacada e ainda a Rua de S. Sebastião porque estão mesmo impraticáveis a não ser para o todo-o-terreno. -----

----- Que o digam, entre outros, os inúmeros pais e professores que por ali circulam, e pelas pessoas que por ali moram, até porque é uma das duas únicas entradas directas quer para a Estacada quer para S. Sebastião, impondo-se por isso uma intervenção de reabilitação do piso ao nível de colocação de asfalto, de repavimentação e não remendos como se tem feito, porque estes não se afiguram como solução, claro está. -----

----- Ainda neste domínio, igualmente muito positivo seria equacionar a possibilidade de completar os Passeios no Bairro de S. Sebastião e iniciar a construção dos passeios noutras ruas do alto do Sapato e principalmente na Quinta das Carvas, pelo menos na zona dos restaurantes onde afluem centenas de pessoas, que se apresenta já como uma prioridade, porque a situação actual não apresenta nenhuma dignidade, porque está em terra batida, com carros estacionados apesar dos lancis colocados pela Direcção de Estradas... -----

----- E porque é fundamental o sucesso, *o sucesso, neste caso, a seguir ao trabalho*, da Reabilitação Urbana e de todas as questões relativas à Habitação, devem estas merecer-nos um destaque e uma ênfase especial também aqui neste órgão cimeiro do Poder Local. -----

----- Neste sentido competirá a nós todos, a esta Assembleia fazer esforços de forma a dar o seu contributo para encontrar os processos e os meios de solução para recuperar as habitações da zona histórica. Reflectamos bem no que há a fazer para tal. É imperioso que tal aconteça. -----

----- Há muitas habitações degradadas e vazias, *demasiadas*, identificando-se a olhos vistos os edifícios com necessidade de intervenção. Não sei bem como tal poderá ocorrer. -----

----- Sabemos que a capacidade económica para apoiar não abunda, mas que se faça pelo menos a sensibilização ou então se ela não chegar, se faça exigência aos seus proprietários de forma a melhorar este parque habitacional da Cidade.-----

----- Se calhar até incentivando os promotores imobiliários a descobrir que a reabilitação urbana pode ser, noutras localidades já começa a ser um negócio bastante rentável, (mas fazendo-se de tudo para evitar a especulação, que em muitos casos pode ter efeitos perversos e nefastos para as pessoas mais desfavorecidas, que poderão ser expulsas dos bairros históricos) mas para que se consiga evitar que esta Bragança histórica fique deserta.-----

----- Quem deu a esta ideia um forte incremento foi o Programa POLIS, mas que sabemos não foi integralmente concluído, ficando cerca de 4% de trabalhos por executar e pelo que sabemos a Câmara Municipal apresentou candidaturas ao Programa de Áreas de Uso público - medida 3 e uma candidatura ao Programa PRAUD, para a conclusão dos mesmos, ou seja, os designados Arranjos Complementares da Zona Histórica de Bragança e Corredor Verde do Fervença - fase 2.-----

----- Destas candidaturas, já temos a informação de que foi adjudicada a referida empreitada. Espera-se para breve o seu arranque. Se fosse possível apresentar pormenores seria interessante sermos conhecedores dos mesmos.-----

----- Quanto ao que certamente nos empenhamos todos com afinco - a Educação - deve referir-se que apesar de por cá não ter havido feira do fumo..., tivemos em Bragança a Sra. Ministra que, entre outras acções, foi visitar duas das três escolas secundárias da cidade e proferiu declarações, difundidas pela comunicação social de um teor que, passo a citar "a opinião dos presidentes das Juntas é um problema menor" que podem ser consideradas não muito aceitáveis, *as opiniões da Senhora Ministra*.-----

----- E serão não muito aceitáveis estas declarações porque, salvo melhor opinião, poderão querer, *ainda estou a por isto no condicional, dando o benefício da dúvida*, significar uma vontade e uma atitude de afastar ostensivamente os eleitos locais das Freguesias relativamente ao processo de implementação da Carta Educativa e do Reordenamento Escolar, querendo colocar os Presidentes de Junta numa posição de subalternidade, o que deve ser considerado impensável que isso possa ocorrer.-----

----- Neste particular, bem contrário a esta atitude tem sido a conduta, e por isso gostaria de dar os parabéns, da Câmara e de quem tem assumido a condução deste processo, *tanto à anterior Senhora Vereadora como à actual Sra. Vereadora* também, porque tem tido uma posição inequívoca de análise profunda, de debate sério, democrático, tentando envolver todas as organizações escolares e não só e seus responsáveis, que directa ou indirectamente intervenham na Educação, como forma de assumir a Educação como um desígnio concelhio,

com a adequada participação dos eleitos das Freguesias. Eleitos das Freguesias que sempre tem afirmado o seu empenhamento em contribuir, no quadro das suas competências e possibilidades, para o melhor Sistema Educativo possível, ao serviço de toda uma população, neste caso especialmente das crianças e dos jovens.-----

----- Já agora Sr. Presidente, neste domínio, nesta matéria, nesta dimensão tão essencial para o Concelho e futuro do nosso Concelho, em consonância com a sua actuação e decorrente destes tempos em que temos de ser fortes nas reivindicações, não deixe de ser exigente para com as garantias que devem ser dadas de financiamento aos transportes escolares e ainda de construção dos centros escolares, com todos os equipamentos considerados fundamentais para o seu bom funcionamento de forma a serem condizentes com a melhor Educação para o séc. XXI, uma educação de igualdade de acesso e de igualdade de sucesso. -----

----- Nesta linha de pensamento, quase a finalizar, e porque para a Educação a existência das estruturas desportivas é *também, afigurara-se igualmente como* imprescindível, depois de em acta se ter tomado conhecimento da adjudicação definitiva da aprovação da minuta do contrato e autorização da sua celebração com o Consórcio, Tecnovia Açores Sociedade de Empreitadas, S.A. / OPSA - Obras Y Pavimentos Especiales, SÁ, da empreitada de construção de campo de futebol com Relvado Sintético no CEE, deixaria à consideração do Sr. Presidente se gostaria de dar alguma informação sobre esta matéria. -----

----- Terminaria dando uma nova, *pelo menos para mim*, para a Freguesia de Santa Maria, é sinónimo de muita felicidade, e com certeza para todos, os que são solidários com o desenvolvimento com progresso dos restantes companheiros e das restantes Freguesias, que incide sobre a obra de recuperação de um edifício para a Nova Sede da Junta, num edifício funcional e condigno, capaz de honrar o passado *desta Freguesia* e preparar o seu futuro, correspondendo à dinâmica que se lhe tem imprimido.-----

----- Aguarda-se a melhor solicitude para o apoio financeiro que é condição sine quanon para esta obra e já agora também a vossa disponibilidade para estar presente na sua inauguração que, espera-se, se os apoios forem concedidos, seja lá para o verão deste ano. -----

----- Disse. Muito obrigado”. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. -----

----- Eu tenho que corrigir, quando mencionei as inscrições, incluí o Dr. Jorge Novo no Grupo do PSD, que está muito bem incluído, mas, a intervenção dele foi no âmbito das suas funções de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.-----

----- Eu dava a palavra ao Senhor membro da Assembleia Arquitecto Ortega.-----
----- Faz favor.-----
----- Mencionava-lhe só que há três membros do PS inscritos, o tempo do PS para o Período de Antes da Ordem do Dia é dez minutos, o tempo total.-----

----- **João Ortega** – Ora bom dia a todos.-----
----- Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, a todos os presentes, eu vou tentar ser breve.-----

----- A minha intervenção vai versar sobre o PDM. Entendemos que é um elemento fundamental na gestão do Município, no futuro do Município. O actual Plano Director Municipal ultrapassou já o seu prazo de vigência, daquilo que tenho conhecimento, pouco, penso ser esta legislatura o prazo para a sua revisão, penso que nesta legislatura, portanto, acontecerá a revisão do actual PDM, e perante o pouco conhecimento que temos, eu, o meu Grupo Parlamentar e penso que em relação a todos os Presidentes de Junta, entendemos que deveria haver forma de podermos dar o nosso contributo, termos o conhecimento para que no momento da respectiva discussão possamos dar o melhor contributo. Para isso o Grupo parlamentar do PS propõe a criação de uma Comissão de acompanhamento da revisão do PDM.-----

----- Tenho dito.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.-----

----- Dou a palavra ao Senhor membro da Assembleia Adérito Lhano.-----

----- **Presidente da Mesa** - Desculpe, se me apresentar uma proposta para eu poder por à discussão, mas foi feita a sugestão de uma proposta, mas não tenho nenhum documento para dar o seguimento a essa apresentação.-----

----- **Presidente da Mesa** - Voltamos depois à proposta enquanto a preparam.-----

----- Faz favor Senhor membro da Assembleia.-----

----- **Adérito Lhano** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

----- No “espaço” temporal que mediou entre esta e a última reunião do plenário da Assembleia Municipal, a qual teve lugar no mês de Dezembro, a Nação Portuguesa foi chamada à escolha do Chefe de Estado. -----

----- Chamados a pronunciar-se os Portugueses em geral e os Bragançanos de uma forma muito particular, afirmaram também de forma clara e inequívoca a sua opção a favor de um Presidente marcadamente supra-partidário, competente e com uma visão de um Portugal competitivo, moderno, e constrói o seu lugar num mundo contemporâneo de forma positiva e empreendedora. Abandonado que está qualquer esboço de análise política, a qual se abandona em favor de um fórum mais oportuno, torna-se aqui imperativo na voz da ala social democrata desta magna assembleia, uma palavra de reconhecimento e de apreço pela forma apaixonada e determinada, com mais de sessenta e sete por cento dos Nordestinos apoiaram e contribuíram para a vitória afirmada em vinte e dois de Janeiro último.-----

----- A vitória expressiva do Professor Cavaco Silva no Distrito de Bragança, além de geradora de uma grande liderança nacional forte e mobilizadora do empenho nacional, permite o ressurgimento da confiança no futuro de Portugal e de todos os Portugueses. Cavaco Silva criou no passado, com os necessários reflexos no futuro um nicho de empreendedorismo, confiança e arrojo, que combinados permitirão o relançamento do papel de Portugal no Mundo e na História. Cabe a nós a coragem de os agarrar. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a arrebatadora vitória de Cavaco Silva, candidato apoiado pelo Partido Social Democrata no Distrito de Bragança, gera nos Bragançanos em geral, um sentimento de optimismo e confiança, não só no nosso futuro enquanto indivíduos, mas sobretudo enquanto comunidade. -----

----- A dinâmica de vitória gerada no Distrito de Bragança e que de facto tornou real a tão alvejada vitória na primeira volta eleitoral nas eleições Presidenciais de 2006, permite afirmar de forma esperançada que a actual política de abandono e esquecimento empreendidos pelo Governo não mais será perseguida, ainda que a intervenção presidencial se limite à tradicionalmente reconhecida magistratura de influência.-----

----- Renovam assim, todos os transmontanos a sua esperança num futuro Nordeste mais próspero e gerador de bem estar, num contexto de afirmação da região no todo Nacional, em particular no reconhecimento e resolução das problemáticas que teimam em persistir, nomeadamente aquelas que o Presidente eleito sentiu durante a campanha enquanto candidato. -----

----- Só o homem que trouxe a Bragança o IP4 e tornou irreversível o processo de afirmação no ensino superior no Distrito, pode gerar a confiança e a esperança que os Transmontanos acalentam. Bragança também é Portugal, e com Cavaco Silva na Presidência da República, ressurgiu renovada e fortalecida a nossa convicção no reconhecimento do nosso papel e sobretudo no nosso lugar, num Portugal mais desenvolvido, mais justo e menos assimétrico. --

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, a vitória do Professor Cavaco Silva não configura apenas um mero preenchimento da titularidade de um órgão de soberania da República Portuguesa. A vitória de Cavaco Silva é a afirmação da não resignação, do inconformismo dos transmontanos perante um futuro que os mais cépticos vaticinam já de abandono e ostracismo relativamente ao compute nacional. Construir a vitória da candidatura do Professor Cavaco Silva, hoje Presidente da República eleito, mais que mero trabalho político ou eleitoral, foi a manifestação de expressão de não resignação, de negação de um discurso ou filosofia, que concebe o Nordeste como condenado ao abandono e à desertificação. -----

----- Se interpretação existe para o resultado eleitoral de vinte e dois de Janeiro último, ele apenas pode ser um, de que os transmontanos não se resignam aos vaticínios dos burocratas e tecnocratas da capital, ainda que geograficamente distantes do poder, acreditamos no futuro de Bragança, acreditamos no futuro do Nordeste, e sobretudo acreditamos no futuro de Portugal diariamente construído ao longo de séculos pela mão de Portugueses empreendedores. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Voltamos então à intervenção anterior com a benevolência da Câmara, e está na Mesa uma proposta entregue pelo Senhor membro da Assembleia João Baptista Ortega, que diz o seguinte: -----

“PROPOSTA

----- O Grupo Municipal do PS propõe a criação de uma Comissão de Acompanhamento para a revisão do Plano Director Municipal de Bragança. -----

----- 17 de Fevereiro de 2006.-----

----- João Baptista Ortega”.-----

----- **Presidente da Mesa** – A proposta deu entrada, ponho esta proposta a discussão e pergunto se alguém deseja intervir sobre a proposta.-----

----- Senhores membros da Assembleia: Luís Afonso, Guedes de Almeida, Vítor Prada e Lúdio Correia. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.-----

----- **Luís Afonso** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Público presente, muito bom dia a todos. -----

----- Relativamente a esta proposta, convinha-me dizer que do meu conhecimento, é verdade que os PDM's têm vindo a ter evoluções muito positivas dentro dos Presidentes da Câmara, e o Grupo do PSD não está em condições de votar esta proposta sem primeiro ouvir os esclarecimentos do Senhor Presidente de Câmara sobre essa matéria. Julgo eu, aliás tenho a certeza, que os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara vão poder, enfim, trazer ao conhecimento de todos a evolução deste processo. -----

----- Penso que é um processo que está em fase de ultimação e portanto o PSD não vai aprovar esta proposta sem primeiro, ou pronunciar-se relativamente a esta proposta, reservar-me-ia um pouco mais adiante para expressar a nossa opinião sobre esta matéria depois de, naturalmente, ouvir as explicações que o Senhor Presidente da Câmara vai poder fazer, se entender, sobre esta matéria. -----

----- É isso que temos a informar sobre a matéria. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, por favor. -----

----- **Vítor Prada** – Bom dia a todos. -----

----- Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, caros Deputados, Comunicação Social. ----- A proposta feita pelo meu companheiro de bancada, o Arquitecto Ortega, tem tão somente o seguinte objectivo. Quando se trata de um documento tão importante, documento desta natureza, que, se houve, digamos, que em surdina, pessoas que o queriam conhecer, que queriam ter, de certa maneira, algo que pudesse sustentar, por exemplo, a expansão das suas freguesias, e eu aqui concretamente estou-me a virar directamente para os Senhores Presidentes de Junta. -----

----- Realmente há situações no nosso mundo rural em que o encravamento é tal, que fará todo o sentido haver informação, haver discussão, haver até, penso eu, algumas ajudas, algumas dicas, de uma maneira desprendida, sempre, sempre, eu realço aqui, no sentido construtivo, que é esse o objectivo da nossa proposta, e portanto, pensamos nós que o Senhor

Presidente da Câmara também concorde, e aqui concordo, também às vezes não estamos sempre a discordar, Luís, concordo que o Senhor Presidente de Câmara deve fazer os seus esclarecimentos, tem direito a isso. Mas o nosso único e simples objectivo é ter informação, é acompanharmos, termos a possibilidade de acompanhar aquilo que se está a fazer, porque não se esqueçam que estamos a tratar de um documento importantíssimo, não só para o mundo rural, mas também para a própria cidade, porque nós sabemos os constrangimentos que existem nesta matéria. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, por favor. -----

----- **Lídio Correia** – Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Excelentíssima Mesa, Senhoras e Senhores membros da Assembleia, a todos muito bom dia. -

----- Antes de dizer o que tinha a dizer sobre isto, eu queria fazer um ponto de ordem à Mesa, se me permitem. Tanto quanto eu sei, sempre foi norma e penso que deveria continuar a ser e deveria ser assim, as inscrições para o uso da palavra deveriam continuar a ser feitas pela ordem de inscrição, e não de uma forma aleatória pela Mesa, escolhendo quem deve intervir agora ou logo. Portanto, penso que se deve manter a situação de, se eu me inscrevo, sou eu em primeiro lugar, sou eu que devo falar. Eu ponho à consideração da Mesa e à consideração da Assembleia esta questão. -----

----- Relativamente à proposta em discussão, nós achamos e votá-la-emos favoravelmente, penso que o PDM já deveria estar a ser discutido há muitíssimo tempo e pese embora o facto de haver explicações a serem dados por parte do Senhor Presidente da Câmara, e pese embora o facto de haver uma Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal, penso que o acompanhamento que esta Assembleia deve fazer do Plano é absolutamente essencial para estarmos todos a saber o que é que está a ser feito e o que é que vai ser feito. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Lídio Correia. Deixe-me só dar uma explicação relativamente ao ponto de ordem que fez. -----

----- O processo que tenho seguido é registar as inscrições e depois não fazer as intervenções das mesmas bancadas todas seguidas mesmo que as inscrições tenham sido em

simultâneo. E esse entremear das intervenções das várias forças políticas é efectivamente um critério que tenho seguido. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** - Não percebo... -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** – É completamente impossível registar de uma maneira muito completa qual é que é a ordem das inscrições, vejo cinco, seis, sete pessoas a pedir a palavra em cada momento. -----

----- Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, por favor. -----

----- **António Almeida** – Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores presentes, Senhores membros desta Assembleia e demais público aqui presente. -

----- Eu considero que é de facto muito importante que o Concelho conheça qual está a ser o curso da Revisão do Plano Director Municipal. Trata-se de um instrumento que visa o desenvolvimento do Concelho e visa o desenvolvimento do Concelho na sua generalidade, mas também em aspectos de muita individualidade no que tem a ver com os interesses económicos das pessoas. -----

----- Trata-se de um instrumento que vai, digamos assim, orientar qual vai ser o crescimento não só da Cidade, não só da Cidade da sede de Concelho, mas também da Vila de Izeda, e de todas as Freguesias. Por isso a sua revisão deve ser com base no que está ainda em vigor, e não pode ser feito numa espécie de uma Câmara fechada. Eu considero essencial que o Senhor Presidente da Câmara dê todas as explicações sob a forma como está a ser feita essa revisão, porque trata-se de um instrumento jurídico que depois vai ser aplicado a todas os municípios do Concelho de Bragança, e os Municípios não podem ser confrontados à última hora com obstáculos que são impeditivos do PDM e que terão que passar também forçosamente por um período de discussão pública, um período de discussão pública que, a experiência deste que está ainda em vigor nos mostra, que foi sobre os joelhos e que temos neste momento um instrumento que não é perfeito, que tem muitos defeitos e defeitos graves. -

----- A Lei dos Planos Directores Municipais prevê, por exemplo, cláusulas de salvaguarda que evitem, por exemplo, que alguém que saiba quais são as áreas, digamos assim, que irão

ser reformadas de rústicas ou urbanas, comecem já a adquirir terrenos com efeitos especulativos. -----

----- Eu julgo que, não sei, não conheço, qual possa ser a fórmula, se efectivamente houve e a Lei prevê cláusulas de salvaguarda para o próprio interesse do Município, para depois evitar que venha a ter que pagar compensações e indemnizações que são caras, precisamente porque há sempre alguém que entra na malha de conhecer qual vai ser a zona de alargamento ou de integração por parte do PDM de determinadas áreas, e as pessoas depois são confrontadas com situações, o próprio Município, portanto a própria Administração Autárquica e isto só para dizer que efectivamente tem pertinência que haja uma maior abertura sobre como está a decorrer a Revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Se efectivamente houve alguma cláusula de salvaguarda tomada pela Câmara Municipal relativamente a algumas áreas que serão do interesse público ou do interesse Municipal no futuro desenvolvimento e crescimento da Cidade e do Concelho. Também as Juntas de Freguesia, eu não sei, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salsas é que me disse, que terão dado a sua opinião, eu consideraria que a sua opinião deve ter sido pedida pelo menos por escrito, mas é importante e estou de acordo com o Dr. Luís Afonso, que efectivamente haja uma informação mais profunda por parte do Senhor Presidente da Câmara e de qualquer forma, salvaguardar que esta Assembleia Municipal, em nome da defesa dos interesses dos Municípios, deve ter um conhecimento bastante actual e bastante continuado sob a forma como está a decorrer a revisão do Plano Director Municipal.-----

----- E isto para dizer, ele não pode ser publicado nem pode entrar em prática se não houver uma discussão pública, que, salvo erro, é de trinta dias. Sabemos que começam, os últimos trinta dias quase aceleradamente, as pessoas não têm tempo, às vezes é um documento tão vasto que é quase intragável para a maioria dos cidadãos, que mais tarde se verão confrontados, por exemplo, hão-de ter um espaço público bem situado, que pensam que vale dinheiro e que acaba por não valer nada, e apresentam reclamações à última da hora e como tem que ser aprovado é tudo indeferido em regra.-----

----- Depois há o recurso aos Tribunais Administrativos e isto para dizer que estão em causa direitos patrimoniais das próprias pessoas, que poderão ser muitas, não se sabe, e estão também em causa direitos da colectividade, portanto de todo o Município. -----

----- Portanto é de toda a conveniência que a Assembleia Municipal em representação ou como representante dos interesses das populações deste Concelho tenha conhecimento bastante próximo da forma como está a decorrer a revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor membro da Assembleia. -----
----- Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra por favor. -----

----- **Presidente da Câmara** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Jornalistas, Público presente. -----

----- O Plano Director Municipal está em revisão desde o ano de 2001, num processo que se arrasta contra a vontade da Câmara Municipal, arrastam-se fruto de legislação inadequada e da pouca importância atribuída pela Administração central à preparação de Planos mais adequados ao planeamento e desenvolvimento do território. A escassez de técnicos envolvidos por parte da entidade de coordenação, e o facto de as outras entidades que integram a Comissão de Acompanhamento não garantirem o fornecimento de informação em prazos definidos contribuem para que a média actual do tempo de revisão dos PDM no país seja de 6 anos, o que bem evidencia a falta de interesse ou desorganização da administração Central neste processo. -----

----- A situação actual de revisão do Plano Director Municipal é a seguinte: foi elaborada a proposta de revisão da Reserva Ecológica Nacional, que aponta no sentido de uma redução de cerca de 50% relativamente à situação anterior. Existe da parte da Comissão Técnica de Acompanhamento uma aceitação de princípio em termos globais desta redução, a fase seguinte será o envio por parte da CCRN para a Comissão Nacional de Reserva Ecológica Nacional para efeitos de aprovação. Obtida a aprovação, está a Comissão Técnica de Acompanhamento em condições de emitir o seu parecer Global que antecede a fase da discussão pública. -----

----- A constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento está definida por Lei. A Assembleia Municipal não pode criar uma Comissão Técnica de Acompanhamento. Pode criar um Grupo de observação e de acompanhamento de estudo e de sugestões para enquadramento nesse Plano. A Comissão Técnica integra vários organismos da Administração Central, não integrando nenhum membro da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, nem da equipe técnica contratada pela Câmara Municipal para elaborar este instrumento de planeamento. -----

----- As Juntas de Freguesia foram todas ouvidas, deram as suas sugestões. Foram analisadas pela Comissão de acompanhamento, que justifica a aceitação ou a recusa de parte das sugestões das Juntas de Freguesia. -----

----- O documento será enviado para discussão pública, momento no qual os cidadãos podem participar, a título pessoal ou institucional, dando contributos para o documento final. Obtidos esses contributos a Comissão Técnica de Acompanhamento faz a análise de sugestões ou reclamações, e considera o que tiver a considerar na óptica dos membros da Comissão Técnica de Acompanhamento. -----

----- Feita essa avaliação é elaborada acta final, feita a aprovação em Assembleia Municipal e feito o envio para aprovação em Conselho de Ministros. -----

----- A Assembleia Municipal pode solicitar toda a documentação que entender, a Câmara Municipal enviará tudo o que dispõe. -----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro, eu peço desculpa mas, não vamos entrar em diálogo... Peço desculpa. -----

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos. -----

----- Muito rapidamente senhor Presidente, é duas coisas. -----

----- Uma delas é, eu não tenho a noção, neste momento, qual é que e o período que vai ser disponibilizado para a intervenção de entidades e individuais exteriores à Comissão Técnica. De qualquer forma temos noção que o PDM é um Plano, para já, importante. Como o próprio nome diz é um Plano Director, não é? Importante para a cidade, e complexo, cuja análise e agregação de propostas positivas passa por uma análise atempada e com algum tempo, demorada. E só assim é que se conseguem fazer as coisas com sentido. -----

----- E a nossa solicitação ia no sentido de eliminar alguma burocracia que vai acontecer sempre nas solicitações à Câmara, de documentos, no sentido de se criar uma Comissão no âmbito deste grupo, que tivesse a possibilidade, sem passar por cima dessa burocracia, de acompanhar o que se está a fazer ao nível do Plano Director. Portanto a nossa proposta ia nesse sentido, muito positiva, com abertura total, aliás integraria elementos das várias forças partidárias, mas é um daqueles documentos que nós achamos fundamental e no qual também é necessário agregar interesses e unir esforços para que Bragança tenha um futuro positivo. ---

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Em qualquer caso há uma proposta na Mesa que foi discutida e que naturalmente tem que ser votada. -----

----- Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido reprovada, com cinquenta e três votos contra, dezanove votos a favor e duas abstenções, estando momentaneamente setenta e quatro membros presentes. -----

----- Inscrições para **declarações de voto:** -----

----- **Luís Ortega** – Bom dia mais uma vez. -----

----- Com a proposta que eu apresentei, aquilo que pretendia era que, de facto, o contributo que se possa dar ao Município seja maximizado. Entendo que uma discussão em grupo é sempre melhor do que uma reflexão individual. Individualmente, regra geral, raciocinamos num círculo do qual não somos capazes de sair. Se esse grupo fosse tanto quanto mais alargado penso que mais positivas poderiam ser essas conclusões. Faremos naturalmente a reflexão individual e dentro do nosso grupo. -----

----- Obrigada. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre. -----

----- **Luís Silvestre** - Excelentíssimos membros da Mesa, Executivo e membros desta Assembleia . -----

----- Venho-vos a dizer que fiquei completamente desiludido com o que aqui se passou. Tenho que vos dizer isso. E mais desiludido fiquei com o Senhor Presidente da Câmara. Uma pessoa de transparência, uma pessoa que gosta e afirma para todos os cantos, que é homem de palavra, um homem que gosta de ver as coisas e apresentar as coisas sem problema nenhum, acho que tem aqui alguma coisa a responder. -----

----- A lei permite que esta Assembleia crie as comissões que entender, de fiscalização desta Câmara. O Senhor Presidente da Câmara não pode aqui vir dizer que esta Assembleia não o pode fazer! Pode fazer. Está na Lei. -----

----- É uma competência desta Assembleia fiscalizar o Executivo. É objectivo desta Assembleia acompanhar todas as evoluções que são feitas no PDM. -----

----- Vocês desiludiram-me, tenho de vos dizer. -----

----- Qual é que é o problema de nós termos acesso à documentação do PDM. Qual é o problema de nós apresentarmos propostas? Não vejo problema nenhum nisso. -----

----- Tenho dito. -----

----- **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – O Partido Social Democrata votou contra esta proposta do Partido Socialista, tal como dizia há pouco, porque de facto as explicações dadas pelo senhor Presidente foram claras. -----

----- Até é compreensível que o Partido Socialista e os cidadãos em geral tenham alguma preocupação pela demora da saída deste documento. Mas ficou também claro nas explicações do senhor Presidente da Câmara que a demora não é provocada pelos serviços da autarquia mas sim pelos serviços da Administração Central que não dão, em devido tempo, as respostas necessárias dos pareceres, o Senhor Presidente explicou isso claramente. Os pareceres necessários poderiam agilizar a recepção desse documento para que ele pudesse vir a discussão pública e a discussão da Assembleia Municipal e aprovação. E portanto, ficou claro aqui por parte do Senhor Presidente da Câmara que a culpa da demora desse processo não está de facto do lado da Câmara. -----

----- Por outro lado também ficou claro das explicações do senhor Presidente da Câmara, que existe uma Comissão Técnica de Acompanhamento que está designada por lei. Para nós foi o suficiente para perceber o que se passa relativamente a esta matéria.-----

----- Também ficou claro na exposição do senhor Presidente da Câmara que está a Câmara aberta a todos os contributos positivos que os cidadãos possam e queiram dar, nomeadamente a partir da Assembleia Municipal com a solicitação dos documentos que entenderem, sobre essa matéria, poderem ajuizar sobre eles e pedir à Câmara esclarecimentos e propor algumas soluções. O Presidente da Câmara foi claro ao dizer isso e portanto fica claro aqui para nós que esse contributo positivo que o Partido Socialista pode dar, pode-o fazer de uma outra maneira e devem portanto, segurar essa possibilidade e trabalharem, se assim o entenderem, dentro desse figurino. -----

----- Quero dizer aqui ao membro do Partido Socialista que me antecedeu, ao Luís Silvestre, o seguinte: não ficou desiludido, seguramente, com a atitude do Presidente da Câmara, pode ter ficado desiludido é com a votação maioritária do Partido Social Democrata nesta Assembleia, é para nós que se deve virar para dizer se está desiludido, ou não está desiludido. Fomos nós que optamos por votar contra a vossa proposta. Não atirem com essa desilusão para cima do Presidente da Câmara que foi claro e transparente nas suas declarações aqui nesta tribuna. -----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Victor Prada, faça o favor. -----

----- **Victor Prada** – Bom, eu na minha declaração de voto começo pelo fim e começo pelas palavras do Dr. Luís Afonso. -----

----- Não foi o senhor Presidente da Câmara que vos mandou votar, foi o Presidente da Câmara que vos condicionou. Aliás a sua intervenção, no princípio, foi nesse sentido. Queria ouvir primeiro o Presidente e depois vocês mediante aquilo que o senhor Presidente vos tinha dito ou que vos disse, vocês tomariam a decisão. Ele condicionou-vos nitidamente e daí a afirmação do meu camarada Luís Silvestre ter todo o cabimento. -----

----- A seguir queria acrescentar o seguinte: aqui não está em causa a demora Senhor Dr. Luís Afonso, aqui está em causa a flexibilidade de ter um grupo que centralizasse informação, para esta Assembleia e os cidadãos deste Município terem acesso e terem conhecimento dum processo, como disse e muito bem, também o deputado Guedes de Almeida, dum processo que está fechado. Quer queira quer não está fechado! E nós queremos, aliás é tradição do Partido Socialista a transparência. Nós discutimos as coisas abertamente e por isso às vezes é que também a nossa opinião não é consensual. Nós somos assim e ainda bem que somos assim e por isso é que eu estou no Partido Socialista, Dr. Luís Afonso. -----

----- Por outro lado também, quando se fala, e estamos na era da informação e do diálogo, eu viro .- me para aquele grupo que está lá em cima, eu gostava de ver nas vossas redacções se realmente esta mensagem de passar ou não passar esta proposta se vai ser lançada e se vai ser transmitida aos municípios de Bragança.-----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Regressamos às intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Senhor membro da Assembleia Hélder Rodrigues. -----

----- **Hélder Rodrigues** – Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros Colegas. -----

----- Eu votei esta proposta favorável. Não tenho dúvida que o processo estará a ser muito bem conduzido pela Câmara Municipal, eu não tenho a menor dúvida. Mas é que nós no meio rural, de facto, um acompanhamento eu penso que seria fundamental. Porque quando o PDM estiver cá para fora nós vamos sofrer. Mas sofremos e vou-lhes dizer porquê. -----

----- Está-se a construir, clandestino, moradias. Eu sinceramente não digo nada, deixai-vos andar, se alguém intervir que intervenha. Eu não queria fugir à minha declaração de voto mas é assim. -----

----- Tenho lá pessoas com rebanho de gado que não têm onde fazer uma curriça e são obrigados a construir clandestinamente. Por isso eu acho que sim que o processo estará a ser muito bem conduzido pelo Senhor Presidente mas acho que será uma mais valia, uma mais força de todos nós Presidentes de Junta podermos no futuro haver mais zonas de expansão de construção, que não temos. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia António Almeida, faça o favor. -----

----- **António Almeida** – De acordo com a intervenção que aqui fiz, foi mais na salvaguarda do direito de que tem que haver uma informação maior, mais próxima, mais frequente, sobre um documento que é essencial. -----

----- Eu não vejo neste documento qualquer matiz política que possa afligir seja quem for. Com respeito à informação, todos em democracia é um bem essencial para que todas as pessoas possam depois, conscientemente decidir sobre aquilo que directamente lhes diz respeito. -----

----- E o meu sentido não foi no aspecto de criar comissões de acompanhamento mas no aspecto de haver uma maior informação. Eventualmente e logicamente que um dos meios seria haver uma comissão desta Assembleia que pudesse observar, que pudesse perguntar, que pudesse questionar, pudesse dar sugestões, e as sugestões e os contributos são importantes. -----

----- E só nesse aspecto, não há mais nenhuma matiz política, não vi nenhuma maldade na proposta apresentada nem nenhuma maldade na intervenção, apenas no documento. Eu julgo que há aqui a “voz do povo” por intermédio do Senhor Presidente da Junta, que é apenas um exemplo, um de milhares que vão ter que se confrontar com esta situação. E é precisamente para evitar estes problemas. -----

----- São problemas económicos que irão ter reflexos na sobrevivência das famílias, nas suas maiores ou menores dificuldades, que convinha acautelar, porque não vai ser um mês de discussão pública que este problema vai ser resolvido e vão ser ultrapassados os obstáculos que estão, neste momento, que eventualmente poderão até estar a ser construídos, com a tal comissão técnica de acompanhamento do PDM ou a que foi mesmo elaborada pela Câmara. --

----- Por exemplo, eu desconheço, não sei se foi dada a informação, qual efectivamente, a área que irá ser “compolada” de ecológica e urbana, qual vai ser integrada, em que locais. É nesse aspecto, porque os maiores problemas vão surgir depois quando alguém quiser

construir e se dirige aos gabinetes técnicos da Câmara Municipal ou aos gabinetes de urbanismo e as pessoas não estão informadas nem vão estar informadas num mês que é muito curto, de discussão pública. -----

----- Foi apenas neste chamado “direito à informação” que é um bem essencial em democracia que eu fiz a minha intervenção e na sequência da qual e para não contraria também o meu grupo parlamentar, que muito respeito os seus princípios e o seu programa, decidi abster-me. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra, por favor. -----

----- **Luís Costa** – Muito bons dias meus senhores e minhas senhoras. -----

----- Voltamos então ao período das intervenções, no Período de Antes da Ordem do Dia e a minha intervenção, a intervenção da CDU vai-se centrar-se na nossa preocupação quanto aos problemas que o interior tem vindo a sofrer ao longo destes últimos anos, mas, com especial acuidade, nestes últimos tempos e sobre tudo nestes últimos meses, em que se vê, na nossa opinião, um ataque ao interior nunca visto e sentido na história recente do nosso país.-----

----- Há um estrangulamento propositado, na nossa opinião, e sem justificação, que não seja uma justificação política de quererem acabar com possivelmente “esta chatice” de terem gente a viver no interior e que quer continuar a viver no interior e a povoar o interior. -----

----- Todos nós temos perante nós, e nós temos vindo a preocupar-nos, sectorialmente, com cada pormenor, ele é o estrangulamento económico “per se”, quer dizer que vêm fundos da União Europeia, por causa de termos regiões desprotegidas do interior e esses fundos, depois, são distribuídos e são aplicados para apoio no litoral, no litoral que tremendamente mais desenvolvido do que as zonas do interior, portanto temos um sub - financiamento permanente.

----- É a retirada, que todos nós sentimos, dos serviços públicos daqui das zonas do interior. -

----- É o estrangulamento constante na educação, que deveria ser, no nosso ponto de vista, e o principal investimento de um país deve ser precisamente na educação dos cidadãos. Portanto todos nós temos correntes, e têm vindo em catadupa, portanto, as escolas que são fechadas aqui no nosso Distrito, por exemplo, com critérios perfeitamente economicistas sem sequer sem pensar que há crianças que possam ficar à porta horas à espera e que sejam transportadas quilómetros e quilómetros, portanto um tremendo desarrazuado onde prevalece só a teoria do investimento ou do desinvestimento, portanto a teoria económica.-----

----- Um ponto que vamos tratar, um dos tais pontos sectoriais que está na ordem de trabalhos da Assembleia de hoje que é o desinvestimento na saúde, portanto nós

consideramos que é um ataque ao interior. E como somos uma região essencialmente rural, um dos ataques sectoriais que tem sido feitos tem sido precisamente à agricultura do nosso país e à agricultura do interior norte em particular. -----

----- Assim sendo a CDU propõe a seguinte moção a esta Assembleia, que eu passo a ler: ---

“MOÇÃO

----- Decorreu mais um ano, o penúltimo do final do III Quadro Comunitário de Apoio e os problemas estruturais da agricultura e dos agricultores transmontanos mantém-se.-----

----- A contribuir para esta situação estão as sucessivas reformas da PAC e as orientações políticas nacionais, contrárias às características e especificidades dos diversos modelos de agricultura familiar regional, que hoje se traduzem numa grave crise do sector, agravada designadamente: -----

----- a) Pelas avultadas dívidas aos agricultores (atraso de mais de um ano): no pagamento da Electricidade Verde; das Agro-Ambientais; no pagamento de parte do Regime de Pagamento Único — RPU; nas dívidas às Organizações da Lavoura pela prestação de serviços no âmbito da Formação Profissional, ao abrigo do AGRIS, Raças Autóctones e Agrupamento de Produtores Pecuários.-----

----- b) Pela suspensão do programa AGRIS e conseqüentemente de milhares de projectos de pequenos agricultores, sem que se vislumbre a resolução do problema.-----

----- c) Pela suspensão das medidas 1 e 2 do programa AGRO, afectando todos os investimentos na modernização da nossa agricultura, e o atraso no pagamento dos projectos apresentados, chegando alguns deles a demorar cerca de 2 anos, por entre teias infundáveis de burocracia, frustrando e liquidando as expectativas de jovens agricultores. -----

----- d) Pelas penalizações e respectiva reposição de verbas, acrescidas de juros de mora aos agricultores, exigidas pelo IFADAP/INGA, por alegado incumprimento de certas obrigações, muitas delas provocadas pela montanha de burocracia, sem ter em conta a tipologia económica e social das explorações agrícolas familiares. -----

----- e) Pelas novas exigências da medida 3 do AGRO para o sector florestal, que vem alterar os procedimentos sobre o regime de mercados públicos em áreas de Baldio. As áreas Baldias comunitárias têm sido prejudicadas pelo mau funcionamento dos serviços do Estado, correndo o risco, mais uma vez, de não afectarmos todo o investimento contemplado no actual Quadro Comunitário de Apoio (III QCA). -----

----- f) Pela recente decisão do Ministro da Agricultura de não celebração de novos contratos das medidas Agro-Ambientais para o ano de 2006 e Indemnizações compensatórias, simplesmente por falta de dotação no O.E.-----

----- g) Pelo desligamento das Ajudas da produção e o previsível impacto na economia regional, hipotecando o futuro de algumas produções estratégicas da Região - Azeite, Cereal, Bovinos (machos) e Ovinos e Caprinos.-----

----- h) Pela previsível extinção da DRATM - Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a inexplicável junção com a do Minho.-----

----- i) Pela falta de medidas, por parte do Governo, para enfrentar a seca que mais um ano poderá afectar gravemente a nossa região.-----

----- j) Pela ausência de medidas de prevenção, que tardam em chegar, para evitar a catástrofe que são, anualmente, os incêndios florestais.-----

----- Face ao atrás exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 17 de Fevereiro de 2006, no quadro das suas legítimas preocupações quanto ao futuro dos agricultores e seus familiares, decide: -----

----- 1. Reclamar do Governo a tomada de medidas urgentes, com vista à resolução destes problemas; -----

----- 2. Reclamar ainda, que na preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (IV QCA), particularmente no Plano de Desenvolvimento Rural, sejam corrigidas as profundas injustiças, para que os futuros fundos públicos privilegiem as explorações agrícolas familiares e quem mais e melhor trabalha a terra. -----

----- Bragança, 17 de Fevereiro de 2006 -----

----- Os eleitos da CDU: Lídio Correia e Luis Costa -----

----- Enviar para, -----

----- - Primeiro-Ministro -----

----- - Ministro da Agricultura -----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- - Governador Civil, DRATM e Parque Natural de Montesinho -----

----- - Comunicação Social, Regional e Nacional” -----

----- Presidente da Mesa – Muito obrigado senhor membro da Assembleia . -----

----- Vamos fazer um período para pedidos de esclarecimentos e depois fazemos um período para intervenções.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** - Devo dizer, com sinceridade, que entendo que esta moção apresentada pela CDU é um documento muito abrangente, quase na totalidade actual e o Partido Social Democrata não pode dizer que não, de forma positiva, a este documento, aprovando um documento deste género, salvo uma salva. -----

----- Parece-me que este documento da CDU peca por falta de actualização relativamente a um ponto. E por falta de actualização e encontrando-nos nós satisfeitos pela decisão do Governo sobre uma matéria que vocês dizem aí que não está contemplada pelo Governo, mas o Governo, de facto, já anuiu alterar uma posição inicial do final do ano. -----

----- Portanto neste princípio do mês de Fevereiro, finais de Janeiro o Governo anuiu a permitir, e por isso é que o Partido Social Democrata diz neste esclarecimento, enfim é um pedido de esclarecimento, se a CDU está disponível a reorganizar esse documento para nós o aprovar-mos. -----

----- É que a questão dos novos contratos das indemnizações compensatórias e novos contratos Agro-Ambientais, por falta de dotação Orçamental o Governo não queria deixar que houvesse novos contratos porque de facto falta um ano para terminar o Quadro Comunitário de Apoio, que agora termina, e não havendo dotação orçamental tinha anunciado que não aceitava novas escrituras. Não é verdade, já na semana passada, houve já decisão por parte do Governo, de que aceitava receber contratos por um ano, o que é lógico, porque o Quadro Comunitário de Apoio inicia-se em dois mil e sete, portanto para dois mil e seis está aberta a porta para novos contratos das medidas Agro.-Ambientais, por um ano e indemnizações compensatórias por um ano. -----

----- Portanto peca o vosso documento por falta de actualização nessa matéria. -----

----- Como é uma situação que está alterada por decisão favorável aos agricultores emitida pelo Governo penso que o Partido Social Democrata está em condições de votar favoravelmente esse documento se vocês retirarem essa matéria porque perde actualidade. --

----- É só essa questão que eu quero dizer. Portanto, se vocês anuírem a tirar essa matéria porque já há decisão do Governo, nós votamos favoravelmente esse documento. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, faz favor. -----

----- **Paulo João** - Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e respectivo Executivo, caros Colegas, Senhores Deputados e Comunicação Social. --

----- Foi com bastante agrado que ouvi a sua moção, apenas lhe acrescentaria um ponto que acho fulcral. -----

----- Dentro das medidas Agro e Agris há uma que é a medida sete, não sei se têm conhecimento, seria importante para o desenvolvimento do meio rural. -----

----- Essa medida sete, gostaria que fosse aí, também, acrescentada. Essa medida tem a ver com o desenvolvimento rural com parceria com privados. -----

----- A Junta de Freguesia de Rabal também já tem um projecto elaborado em que é para recuperação de fachadas de algumas casas com a traça a rural, antigas, em que é comparticipada cinquenta por cento para particulares e para as Juntas de Freguesia a cem por cento. Portanto gostaria que fosse também aqui englobado porque soube que esse programa Agris, na medida sete, está cancelado para o Nordeste devido a não cabimento orçamental. ----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor. -----

----- **Luís Pires** - O objectivo da CDU em enviar este documento que aqui está, a moção sem as considerações iniciais, contemplando também a actualização que o grupo parlamentar do PSD estava a falar uma vez que isso é verdade, tem o voto a favor do Partido Socialista, mas sem as considerações iniciais. Eu não sei qual é que é a forma, qual é que é o funcionalismo formal de envio dos documentos, se ele for a moção em si, tudo bem, se as considerações que estão apenas à moção tiverem que ir para baixo aí gostaríamos que houvesse uma reformulação à parte inicial do texto. -----

----- É esta a nossa posição reservando a nossa palavra para a parte seguinte do debate. ----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor proponente pergunto-lhe se quer que ponha a votação o documento como está ou se quer introduzir algumas alterações. -----

----- Faça o favor. -----

----- **Luís Costa** – Só para dar resposta a alguns pedidos de esclarecimento que aqui foram feitos. -----

----- Em primeiro lugar nós não temos problema nenhum em prescindir, está aqui como ponto f) que é precisamente “ Pela recente decisão do Ministro da Agricultura de não celebração de novos contratos das medidas Agro-Ambientais para o ano de 2006 e Indemnizações Compensatórias, simplesmente por falta de dotação no O.E.”. Mas se há aqui informação

privilegiada de que nós estávamos errados, de facto, e que estão a fazê-los, embora por um ano isso seja, em termos da agricultura não seja o desejável, todos nós sabemos que a agricultura não se coaduna propriamente com os anos fiscais, mas pronto, não temos problema nenhum, e por não ser completamente verdade e nós sempre primoramos pela exactidão das coisas, em retirar o ponto f) da moção. -----

----- Respondendo ao meu estimado amigo Luís Pires é evidente que vai só a moção, quer dizer, os considerandos foi dentro do âmbito da minha intervenção e do enquadramento da moção, portanto irá ser só a moção. -----

----- Quanto ao senhor Presidente da Junta que aqui falou, nós temos aqui o ponto de que no ponto b) nós temos “Pela suspensão do Programa Agris e conseqüentemente de milhares de projectos de pequenos agricultores, sem que se vislumbre a resolução do problema.” Portanto a medida sete de que falou, pelo que eu entendi, desconhecia, a medida sete é uma medida do Programa Agris ou não? -----

.....

----- **Luís Costa** – Pois, isso acho que iria particularizar um pouco mais essa situação em detrimento das outras todas que também são de tremenda gravidade de não estarem a ser cumpridas.-----

.....

----- **Luís Costa** – Pode-se por, olhe, está ali o meu camarada de bancada, se isso o satisfaz, pode-se por “ Pela suspensão do Programa Agris, nomeadamente no programa sete, ou da medida sete, aceitamos perfeitamente que isso possa ser assim incluído.-----

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço desculpa, eu queria sugerir o seguinte: la devolver a moção apresentada, ao proponente, que faz, por favor, as alterações que entender enquanto são feitas as intervenções sobre o tema e depois há um documento para por à votação e que na altura volta-se a ler o documento para toda a gente ficar clara. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Registávamos inscrições para intervenções sobre este tema. -----

----- Senhor membro da Assembleia Victor Prada, faz favor. -----

----- **Victor Prada** – O meu líder parlamentar já disse qual vai ser, no fundo, o sentido de voto do Partido Socialista se efectivamente, como referiu ali o camarada da CDU, se forem retirados os considerandos e, nesse sentido, o voto do Partido Socialista vai a favor simplesmente por uma razão. E a razão também a deu o deputado da CDU. Uma política agrícola como qualquer política agrícola não se pode confinar a um ano económico, disse ele, e como tal há ali considerandos, que, se calhar, estão a ser equacionados, estão a ser trabalhados, estão a ser revistos, estão a ser solucionados, e é nesse sentido que o nosso voto vai ser favorável. -----

----- Aliás eu quero acrescentar, eu estive em Vinhais na Feira do Fumeiro. Como sabem o Senhor Ministro da Agricultura esteve lá. Claro que também gostou do salpicão, eu sei Senhor deputado, o senhor está-se a rir, gostou, sim senhor. E o senhor Ministro no discurso da entrega dos prémios, na altura dos concursantes do fumeiro, digamos assim, foi bem claro, e que dá resposta a determinados considerandos que são feitos aqui nesta moção. -----

----- Ele disse, essencialmente, que a política deste Governo vai no sentido de todos por igual, pequenos e médios agricultores, serem beneficiados com esta política agrícola, nomeadamente, ele referiu, com os fundos comunitários. Como sabem foi isso que não se fez até aqui. -----

----- Nós até sabemos que o grosso dos fundos comunitários, aquela gente ali do Alentejo, eu não queria chamar latifundiários, já não estamos nesse tempo dessa linguagem, mas o grosso era absorvido por essa gente. E o Senhor Ministro foi taxativo, a partir de agora, todos os agricultores deste país, ele também o disse, vão ser contemplados por igual. Ora isto é extremamente positivo. -----

----- Por outro lado, meus amigos, quem governa tem que tomar decisões. E a estruturação de está aí ou que, no fundo, virá aí é da responsabilidade do Governo que foi eleito democraticamente. -----

----- Agora, também vos quero dizer, aliás o líder da nossa Comissão Distrital do PS já o disse, agora nós seremos prentórios, frontalmente contra se a Direcção Regional de Agricultura sair de Mirandela.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor. -----

----- **António Almeida** – A minha intervenção vai no sentido inicialmente, de total acordo com os pressupostos que fundamentam a moção. A matéria essencial, os pressupostos, que têm a ver com a acção governativa que vem sendo sempre sedeada e comandada através do Terreiro do Paço é que julgo que peca por defeito. Há muito mais causas, não só na

agricultura, que deveriam merecer também o repúdio das populações e de nós próprios como representantes deste Concelho, por parte das populações perante a política que vem estando a ser tomada pelo Governo. -----

----- Eu quase me atreveria, mas não vou fazê-lo, é que esta Assembleia também delibera-se à semelhança de que, por exemplo, D. Sancho I foi cognominado o “Povoador”, aqui, déssemos o cognome do “despovoador” ao Primeiro Ministro Sócrates. Porque, de facto, tem tomado medidas e são essenciais, e com as medidas tomadas ao nível da educação, que foi aqui referido em uma intervenção da Senhora Ministra da Educação onde se alheia completamente as informações do senhor Presidente da Junta. Isto é, o Governo está-se a alhear precisamente dos locais onde vive pouca gente, as pessoas não lhe interessa. E nós sabemos que pólos de atracção, para que não haja despovoamento, começa pelos pais terem boas condições de educação para os seus filhos. -----

----- Fechar centenas de escolas no nosso Distrito, é arrumar definitivamente com o golpe de misericórdia para que esta região seja, dentro de muito poucos anos, um autentico deserto. São medidas deste Governo à revelia dos interesses das populações que não ouve e a quem não interessa que aqui vivam meia dúzia de pessoas. Sabe que a idade vai avançando e qualquer dia naturalmente o desgaste levará a que isto seja efectivamente um verdadeiro deserto. -----

----- Portanto, esta moção da CDU deveria ser condicionado, eu quase me atreveria, que entrasse noutros âmbitos, quer dizer, não só na agricultura. A agricultura tem sido, de facto, o parente pobre deste Distrito e vemos como os agricultores praticamente só vivem das chamadas pensões especiais porque dos recursos agrícolas não lhes advêm qualquer proveito pelas suas tarefas. Isto porquê? Porque, na verdade, a democracia tem virtudes, tem virtualidades, mas virtualidades que estão a ser aproveitadas ao contrário do seu verdadeiro sentido democrático e de interesse das populações. São contadas apenas em proveito daqueles que sistematicamente através de falsas promessas são eleitos, chegam ao poder e apenas olham para o seu pequeno núcleo de familiares, amigos ou parentes mais chegados. --

----- Portanto esta ??? de democracia não tem substrato. Na nossa Região estão a levá-la à completa desertificação. -----

----- Nós vamos já no próximo ano lectivo qual vai ser o número de escolas que irão ficar, e isso tem uma consequência que é dramática, é, que as pessoas abandonem os meios rurais, abandonem as aldeias, venham à cidade, e dentro de poucos anos também, se não houver, por exemplo, a chamada “promoção” do Instituto Politécnico em Universidade, também dentro de poucos anos, Bragança que seja, digamos assim, quase que uma área, onde pouca gente viverá. -----

----- Perante estes problemas eu estou de acordo, votarei todas as moções, se são os interesses das populações que estão em causa, que joguem ou que defendam precisamente os interesses das populações das pessoas que aqui vivem e de muitas pessoas que aqui queriam viver e não conseguem viver porque não têm condições de vida, que estão a ser retiradas precisamente pela política, acentuadamente pela política que vem sendo implementada por este Governo, contrariamente àquilo que prometeu em campanha eleitoral. Está a fazer completamente o contrário. E eu aqui discordar da ultima intervenção, onde foi eleito democraticamente mas com o programa que, na prática, meteu na gaveta e aplicou precisamente o programa ao contrário. -----

----- Portanto, e acompanhando o voto que já aqui foi anunciado pelo líder do meu grupo parlamentar, eu também votarei a favor desta moção. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Para ser mais rápido e claro eu pedia ao Senhor proponente que volte a ler a moção na fórmula com as alterações como ficou e imediatamente a seguir poríamos a moção à votação. Faça o favor. -----

----- **Luís Costa** – Então para não haver mais confusões e ouvidas as propostas e tomadas em conta as propostas a moção ficará pelo seguinte: -----

“MOÇÃO

----- Decorreu mais um ano, o penúltimo do final do III Quadro Comunitário de Apoio e os problemas estruturais da agricultura e dos agricultores transmontanos mantêm-se. -----

----- A contribuir para esta situação estão as sucessivas reformas da PAC e as orientações políticas nacionais, contrárias às características e especificidades dos diversos modelos de agricultura familiar regional, que hoje se traduzem numa grave crise do sector, agravada designadamente: -----

----- a) Pelas avultadas dívidas aos agricultores (atraso de mais de um ano): no pagamento da Electricidade Verde; das Agro-Ambientais; no pagamento de parte do Regime de Pagamento Único — RPU; nas dívidas às Organizações da Lavoura pela prestação de serviços no âmbito da Formação Profissional, ao abrigo do AGRIS, Raças Autóctones e Agrupamento de Produtores Pecuários. -----

----- b) Pela suspensão de algumas medidas do programa AGRIS e conseqüentemente de milhares de projectos de pequenos agricultores, sem que se vislumbre a resolução do problema. -----

----- c) Pela suspensão das medidas 1 e 2 do programa AGRO, afectando todos os investimentos na modernização da nossa agricultura, e o atraso no pagamento dos projectos apresentados, chegando alguns deles a demorar cerca de 2 anos, por entre teias infundáveis de burocracia, frustrando e liquidando as expectativas de jovens agricultores. -----

----- d) Pelas penalizações e respectiva reposição de verbas, acrescidas de juros de mora aos agricultores, exigidas pelo IFADAP/INGA, por alegado incumprimento de certas obrigações, muitas delas provocadas pela montanha de burocracia, sem ter em conta a tipologia económica e social das explorações agrícolas familiares. -----

----- e) Pelas novas exigências da medida 3 do AGRO para o sector florestal, que vem alterar os procedimentos sobre o regime de mercados públicos em áreas de Baldio. As áreas Baldias comunitárias têm sido prejudicadas pelo mau funcionamento dos serviços do Estado, correndo o risco, mais uma vez, de não afectarmos todo o investimento contemplado no actual Quadro Comunitário de Apoio (III QCA). -----

----- f) Pelo desligamento das Ajudas da produção e o previsível impacto na economia regional, hipotecando o futuro de algumas produções estratégicas da Região - Azeite, Cereal, Bovinos (machos) e Ovinos e Caprinos. -----

----- g) Pela previsível extinção da DRATM - Direcção Regional de Agricultura de Trás - os-Montes e Alto Douro, com a inexplicável junção com a do Minho. -----

----- h) Pela falta de medidas, por parte do Governo, para enfrentar a seca que mais um ano poderá afectar gravemente a nossa região. -----

----- i) Pela ausência de medidas de prevenção, que tardam em chegar, para evitar a catástrofe que são, anualmente, os incêndios florestais. -----

----- Face ao atrás exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 17 de Fevereiro de 2006, no quadro das suas legítimas preocupações quanto ao futuro dos agricultores e seus familiares, decide: -----

----- 1. Reclamar do Governo a tomada de medidas urgentes, com vista à resolução destes problemas; -----

----- 2. Reclamar ainda, que na preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (IV QCA), particularmente no Plano de Desenvolvimento Rural, sejam corrigidas as profundas injustiças, para que os futuros fundos públicos privilegiem as explorações agrícolas familiares e quem mais e melhor trabalha a terra. -----

----- Bragança, 17 de Fevereiro de 2006 -----

----- Os eleitos da CDU, Lídio Correia e Luís Costa -----

----- **Enviar para,** -----

----- - Primeiro-Ministro -----

----- - Ministro da Agricultura -----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- - Governador Civil, DRATM e Parque Natural de Montesinho -----

----- - Comunicação Social, Regional e Nacional”-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Eu ia por imediatamente à votação a moção que tem os termos que acabaram de ser lidos. -----

----- **Após análise discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.** -----

----- **Presidente da Mesa** - Eu perguntava se há alguma declaração de voto. Senhor deputado Luís Pires faça o favor.-----

----- **Luís Pires** – Mais uma vez bom dia a todos. -----

----- É assim, analisando e dissecando concretamente a proposta que acabou por ser apresentada, sentimos e temos noção de que existem alguns pontos com os quais nós não concordamos plenamente. No entanto, nomeadamente a extinção de serviços, aliás como falou o meu camarada Vítor Prada, a nossa posição vai no sentido de oposição frontal à extinção de serviços da nossa região, há um ponto que colide com isso, no entanto, queremos também dar aqui um gesto a esta Assembleia, de que nós somos pelo Concelho, pelo Distrito, pela boa vontade, pela participação e que não temos uma posição do não pelo não, cega.-----

----- Só isso. Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, faça o favor. -----

----- **Vítor Prada** – Nós votamos favoravelmente e isto, Senhor deputado Guedes de Almeida, isto é uma prova de que o PS, apesar dos considerandos, aliás o próprio deputado da CDU

disse “uma política não se pode confinar a um ano económico”, apesar dos considerandos, haver ali matéria de que este Governo não é rigorosamente responsável, apesar disso porque está o interesse dos agricultores do nosso Concelho e do nosso Distrito, nós, primeiro, somos a favor do Concelho, segundo, do Distrito, e só depois é que somos militantes do Partido Socialista. -----

----- Muito Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Pedro Teixeira tem a palavra. -----

----- **Pedro Teixeira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**-----

----- Obrigado Senhor Presidente. -----

----- Antes de mais aproveitar para o cumprimentar, Senhoras e Senhores Secretários, também ao Executivo, para todos os membros desta Assembleia.-----

----- “Esta minha intervenção visa incitar a CMB e as demais entidades competentes a agirem de forma a contrariar a inércia económica na região de Bragança.-----

----- Temos assistido a uma onda de investimentos de Norte a Sul do País que vão desde os empreendimentos turísticos no Minho, na costa Vicentina, em Vidago ou no Alqueva, à provável nova refinaria em Sines, a OTA, o TGV, o investimento nas energias renováveis ou mais recentemente a investida da Ikea, da Microsoft e da Sonae na Portugal Telecom ou na Saúde, com a consequente melhoria dos indicadores nacionais.-----

----- Pelo contrário verificamos que o Instituto Politécnico de Bragança, um dos principais motores da região, atravessa agora uma fase difícil com a redução do número de alunos para os 5000 e professores dos 442 em 2002, para os 381 em 2005. -----

----- Simultaneamente surgem as difíceis adaptações ao Tratado de Bolonha que poderão obrigar a que os Politécnicos tenham 50% de doutorados, quando hoje existem 25% no IPB, e a leccionar apenas cursos com duração de 3 anos. -----

----- Outro factor importante, e que pessoalmente me preocupa, é que da pouca massa cinzenta gerada na região muita é obrigada a ir estudar para as grandes Universidades sendo que muitos deles já não regressam. -----

----- É verdade que se instalou a Faurecia e um CallCenter, mas senhores deputados é muito pouco para oito anos e quando se assiste ao esvaziar de serviços e jovens da região. -----

----- O emprego no concelho de Bragança entre Novembro de 2004 (1360) e Novembro de 2005 (1511) aumentou 11%, sendo que existem 310 pessoas, quase todos jovens, que possuem um curso superior e estão desempregadas.-----

----- Não pretendemos culpados, mas sim **soluções** e estas, além das reivindicações ao Governo Central que todos nós já conhecemos, nomeadamente ao nível das acessibilidades, da educação ou da saúde passam por existir uma clara vontade política dos intervenientes locais, incluindo a CMB, de assumir a criação de emprego como uma prioridade, como forma de fixar a população e criar riqueza para bem dos cidadãos e do País.-----

----- Mas a criação de riqueza e de emprego exige **determinação**, novas dinâmicas e parcerias que estimulem e valorizem o conhecimento, fomentem o empreendedorismo e garantam maior competitividade à economia para o bem das pessoas.-----

----- Novas estratégias de competitividade e diferenciação, que assentem em questões como a inovação e a excelência e o apoio à retenção e valorização de talentos são necessários.-----

----- Infelizmente para nós Bragançanos a atitude que tem vigorado nesta Autarquia não é pró-activa nestes domínios e por vezes nem reactiva, por isso apelava que se fizesse um grande esforço em torno da dinamização económica da região, por exemplo, apostando nas áreas tecnológicas e nas energias renováveis, aproveitando o que temos de melhor como o já por mim referido Viveiro das Trutas em França e o Parque Natural de Montesinho, *a Agricultura, já hoje aqui abordada, potenciando as novas zonas industriais para que estas sejam um factor de desenvolvimento de forma efectiva e não de zonas híbridas com habitação comércio e industria*, assumindo que o plano tecnológico e outros também podem e devem passar por Bragança e criando um programa de estímulo aos jovens que gostariam de viver em Bragança e não podem porque não têm oportunidades.-----

----- Concluindo, de um lado temos um País que dá claros sinais de inconformismo e vontade de entrar na rota do sucesso, uma vizinha Espanha com uma pujança económica assinalável e a região de Bragança encravada, *e com cada vez menos fôlego económico*, mas ainda a tempo de recuperar.-----

----- Vamos então todos ajudar a desencravá-la.-----

----- Muito obrigado-----

----- Pedro Teixeira-----

----- Bragança, 17 de Fevereiro de 2006”-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, não vejo figura possível nesta altura.-----

----- **Presidente da Mesa** - À intervenção que fez? -----
----- Faça favor senhor membro da Assembleia. Através de uma figura de interpelação à Mesa, presumo. -----

----- **Presidente da Mesa** – É um pedido de esclarecimento porque ele acaba de fazer uma intervenção e eu queria ser esclarecido, e era o seguinte, o meu pedido de esclarecimento vai no seguinte sentido.-----

----- O Senhor faz a sua intervenção dirigindo-se essencialmente à Câmara de Bragança, sabendo de antemão que a Câmara tem as suas limitações e não pode fazer tudo. Também tem que ser a sociedade civil que tem que contribuir para o desenvolvimento do nosso Concelho. Mas sobretudo penso que a maioria das acções deviam ser coordenadas e desenvolvidas a nível do Poder Central. Portanto, muitas das suas questões deviam ser formuladas não à Câmara, mas sobretudo ao Poder Central. Será assim?-----
----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----
----- Vamos deixar dar esclarecimento.-----

----- **Pedro Teixeira** – Muito obrigado pela sua questão. Penso que não foi sequer uma questão porque apenas manifestou a sua opinião, de qualquer das formas vou só começar...

----- **Presidente da Mesa** - Eu peço desculpa mas pedia-lhe uma enorme brevidade porque nós estamos numa zona de uma flexibilidade muito grande relativamente aos procedimentos. Eu estou a conferi-la porque não quis cortar o diálogo que tem sempre utilidade, mas peço a sua compreensão com uma enorme brevidade, tão breve quanto foi o pedido de esclarecimento posto. -----

----- **Pedro Teixeira** - Obrigado Senhor Presidente. Vou ser conciso. -----
----- Para lhe responder iria só citar o início da minha intervenção que diz “*esta minha intervenção visa incitar a CMB e as demais entidades competentes...*”. Além de mais tenho aqui numa outra fase da intervenção “*não pretendemos culpados, mas sim soluções e estas,*

além das reivindicações ao Governo Central que todos nós já conhecemos...”, incluem e aí sim a intervenção da Câmara Municipal e de outras entidades. Penso portanto que fica esclarecido.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Rui Correia, faz favor. -----

----- **Rui Correia** – Bom dia. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, membros da Assembleia, Comunicação Social, Convidados e Público presente. -----

----- Eu vi aqui já algumas preocupações em relação à saúde, de que vamos tratar a seguir, à agricultura e vi também em relação à educação. E é em relação à educação que eu venho falar, se bem que muitas das situações que eu poderia colocar aqui, já foram colocadas, tanto pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, o Dr. Jorge Novo, como pelo Dr. Guedes de Almeida. -----

----- De qualquer maneira, as minhas preocupações são as seguintes: nós temos uma desertificação do Distrito e esta desertificação, há quem diga que seja inevitável, talvez seja, talvez não, mas ela está aí, e com a desertificação acontece que as nossas aldeias estão a ficar sem alunos. E este Governo colocou em prática uma política que faz com que se criem pólos, somente pólos de vinte alunos. -----

----- Nós sabemos que o nosso Concelho e o nosso Distrito é particular, é diferente do resto do litoral, e portanto para arranjar vinte alunos é necessário juntar muitas aldeias, o que faz com que haja alunos que se deslocem dez, doze, quinze quilómetros, quilómetros que são em montanha, que não demoram dez minutos, demoram precisamente muito mais e às vezes eu preocupo-me, eu que sou professor. Preocupo-me quando vejo que um aluno meu se levanta às seis e meia da manhã para estar às oito e meia nas aulas, e depois chega só outra vez às sete e meia e ainda tem que ordenhar as vacas e isso tudo. Preocupa-me assim de facto que haja sucesso escolar.-----

----- Depois, eu gostava de fazer uma reflexão que é o seguinte, em relação à alimentação, vão ser criados com certeza os pólos, nós já ouvimos falar de alguns. -----

----- Alimentação – vai ser criada uma cantina, ou não vai ser criada uma cantina? Esta é uma pergunta que eu deixaria ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Os transportes - É que há um problema com os transportes. Nós vamos transportar crianças de seis anos e para o ano fala-se de que será o pré escolar também. Bem, mas eu cada vez que tenho que transportar as minhas crianças, as crianças têm que ir em cadeiras

especiais, com cinto, se assim não for levo uma multa. Mas de qualquer maneira os táxis, ainda hoje com a lei actual, transportam cinco crianças no banco de trás, cinco crianças no banco de trás, e isto está na lei.. -----

----- Portanto, acho que devemos, de facto, exigir a este Governo que tome as medidas, é verdade, mas que os transportes sejam devidamente... -----

..... -----

----- Já saiu? Fico contente por isso. Espero que tenha de facto uma auxiliar também para transportar as crianças. Depois vamos falar sobre isso. -----

----- Depois, uma última pergunta para o Senhor Presidente da Câmara. A Senhora Ministra esteve em Bragança na passada sexta feira, e gostaria que informasse a Assembleia sobre o resultado da reunião que manteve com ela, de manhã, se ela veio cá só para uma operação de charme só para depois dizer “ eu reuni com as câmaras e este é o resultado..” -----

----- E outro dos assunto que eu queria debater aqui era de facto o problema que isto está a criar em relação a mais desertificação, porque muitos professores vão ficar sem colocação, no primeiro ano, se calhar, ainda lhe vão pagar, no segundo já não, já vão para o excedentário, ou para os excedentes, e depois no terceiro vão não sei fazer o quê com eles, mas isto quer dizer que isto vão ser os professores mais novos que vão sair daqui do Concelho. E como vão ser esses, esses é que têm filhos, se têm filhos vão levar os filhos com eles para onde forem, se vão levar quer dizer que é tipo uma pescadinha de rabo na boca, era urgente de facto começar a pensar nisso. -----

----- E era só. Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, por favor. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** - Portanto, prescinde da sua intervenção e dá a palavra em benefício da eficácia das respostas e dos esclarecimentos. Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra por favor. -----

----- **Manuel Pires** - Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, Executivo Municipal, Senhores Vereadores, membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Relativamente à questão que foi colocada aqui pelo deputado que me antecedeu, eu queria esclarecer o seguinte. É que aquilo que se está a fazer neste momento é aquilo que está consignado em Lei desde 1984. -----

----- Portanto, em 1984 previa-se já que se acabassem com as escolas com menos de dez alunos. Não se está a fazer nada de novo, se calhar é melhor mantermos a rotina, não fazer nada. -----

----- Mas, os Senhores Presidentes das Câmaras do Distrito inteiro, não foi só um, foram todos, todos entenderam que era preciso mexer. Ninguém se opôs naturalmente a esta situação. -----

----- Relativamente à reunião com a Senhora Ministra, a Senhora Ministra veio dizer exactamente aquilo que tinha que dizer, é que iria, naturalmente, satisfazer as reivindicações dos Senhores Presidentes relativamente a aspectos que têm a ver com o funcionamento das escolas de acolhimento, no sentido de lhe dar melhores condições aos alunos e no sentido de servir as respectivas refeições, porque já saiu legislação para o efeito. Agora é natural que o Senhor deputado não saiba isto. -----

----- Depois também é fácil fazer demagogia, também é fácil fazer demagogia, aquilo que se manteve de 1984 até agora, que ainda havia muitas criancinhas na escola, e não tendo mexido em nada, resolveu alguma coisa? Acabou com a desertificação humana? Fez com que nascessem mais meninos? Fez com que as populações se fixassem? Eu penso que essa situação não respondeu a nada disso. Continuou a desertificação e pelo menos neste arranjo que se está a fazer agora, com as escolas de acolhimento, conseguiu-se fazer aquilo que é normal, é fazer com que os meninos tenham com quem brincar, portanto logo, se fosse só por causa disso já era uma boa medida, mas o problema não é esse, é que relativamente às escolas, vão ter condições para dar a respectivas refeições. -----

----- Relativamente aos transportes, já foi legislado, portanto os operadores terão naturalmente que adaptar as viaturas às necessidades de transporte de crianças de tenra idade e tudo isso está a ser contemplado. -----

----- Agora não se pode vir para aqui a fazer demagogia, não é por deixar de existir a escola que se desertificou a aldeia. Foi porque não houve políticas de fixação de pessoas e isto tem a ver com medidas que, naturalmente não foram tomadas em devido tempo, e hoje temos, pelo menos, que aproveitar alguma coisa. E o que temos que aproveitar é naturalmente concentrar algumas crianças de maneira a essas crianças terem uma educação melhor, com melhores

condições. E foi isso que se fez. De maneira que tudo que se possa dizer além disto é mera especulação e penso que não poderemos cair neste rosário de amarguras, quando o melhor, de facto, o melhor, para pessoas que entendem que a educação não deve ser também socialização. -----

----- Eu lamento que haja colegas meus que não pensem desta forma, que primeiro é preciso socializar os meninos, que cheguem aqui e que ponham em dúvida uma medida que devia ter sido feita em 84 e se calhar a concentração não seria como hoje, haveria naturalmente mais escolas. Assim é preciso de facto juntar muito mais escolas para termos alguma sustentabilidade nesses locais onde as escolas vão funcionar. -----

----- Eu estou disponível para qualquer esclarecimento relativamente a esta matéria, porque estive, como sabem, mercê da posição que ocupo relativamente à educação, neste momento, estive metido nesta medida e trabalhei isto com os Senhores Presidentes das Câmaras, com os Conselhos Executivos dos agrupamentos, com toda a gente envolvida na matéria e as coisas foram todas, a maior parte delas, consensuais! Portanto não há nada escondido aqui e a Senhora Ministra veio aqui essencialmente para isto, para sossegar os Senhores Presidentes de Câmaras e que há dotação financeira para aquilo que for preciso fazer. -----

----- Tenho dito. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso. -----

----- Tem a palavra. -----

----- **Luís Afonso** – Relembro ao membro do Partido Socialista que deixou de prestar algum esclarecimento relativamente à questão do futuro dos profissionais de educação, dos professores, relativamente à política que o Partido Socialista pretende implementar no território nacional. -----

----- Bom, a minha vinda aqui prende-se por uma notícia de que eu tomei conhecimento ontem, e que confirmei agora junto do Senhor Presidente de Câmara, do seguinte. A Política do Partido Socialista tem de facto uma tónica especial, e reforçando as palavras que o meu amigo e companheiro Guedes de Almeida disse aqui há pouco, de facto o Engenheiro José Sócrates devia ser apelidado de “o despovoador”, mas provavelmente o “despovoador do interior de Portugal”. -----

----- Um conjunto de iniciativas do Governo que tem por objectivo fazer emagrecer a despesa do Estado, que é de facto, enfim, uma atitude correcta, porque de facto o despesismo do Estado teve ao longo dos anos limitado o crescimento de Portugal, o Partido Socialista poder

com esta nota traduzir no futuro um equilíbrio de contas, o Estado podia permitir também ao País crescer de outra forma. -----

----- No entanto, é curioso como ao longo dos últimos meses nós temos visto uma atitude firme do Primeiro Ministro em, de um lado, reter a despesa do Estado, vulgo esvaziar o interior de Portugal, mas tendo uma política também firme de afirmação, de despesismo em obras megalómanas, de eficácia duvidosa, mas curiosamente todas elas desenvolvidas no litoral de Portugal: OTA, novas travessias sobre o Tejo, TGV (transporte Ferroviário de Alta Velocidade), parece que a A4, enfim, não há nada de concreto, parece que agora uma anunciada e seguramente não necessária construção de um centro de estágio para a Selecção Nacional, como se não tivesse sido já, por vontade do Partido Socialista no tempo do Engenheiro Guterres, que levou ao condicionamento financeiro do país a construção de dez novos e gigantescos estádios de futebol, hoje pelos vistos a maioria delas às moscas. -----

----- É curioso vermos que o Governo do Partido Socialista mantém uma atitude de afronta ao interior de Portugal, limitando serviços, extinguindo serviços, deslocalizando serviços, pondo em dúvida a continuação do trabalho de alguns profissionais no interior de Portugal, aumentando naturalmente a oferta de novos equipamentos sempre no litoral de Portugal. -----

----- E essa situação teve ontem, dizia eu, mais uma nota clara da vontade do Partido Socialista, que espero que, atenção, não venha a ser concretizada noutras atitudes, nomeadamente naquela preocupação que foi dada aqui naquele documento elaborado pela CDU da deslocalização da Sede da Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes para o Litoral, onde a agricultura não é um factor essencial. Mal seria que deslocalizassem para aqui a de um qualquer pólo tecnológico de lanifícios ou de sapatos ou o que quer que seja, porque aqui não é área de intervenção industrial nessa matéria. -----

----- Mas na agricultura é verdade que o interior de Portugal vive e sobrevive com uma actividade económica agrícola muito importante. -----

----- Esperemos que o Partido Socialista dentro de alguns meses venha aqui corroborar as palavras que foram ditas pelo Vítor Prada Pereira de que estarão contra e frontalmente contra o Partido Socialista que governa actualmente Portugal, se essa decisão vier a ser tomada. Registe-se, registe-se. -----

----- Bom, acontece que ontem tomei conhecimento de que o Governo de Portugal, liderado pelo Engenheiro José Sócrates, “ o despovoador do interior de Portugal”, que decidiu anular o concurso para o projecto de arquitectura de construção da Sede definitiva do Parque Natural de Montesinho. -----

----- Há anos que esta área protegida que é considerada o Ex-libris de Portugal tem estado a ser instalada em instalações precárias. É do conhecimento de todos! Instalações precárias!-----

----- E várias vezes houve em que o Governo de Portugal, com vários Partidos, umas vezes com o Partido Social Democrata, outras vezes do Partido Socialista, manteve sempre a intenção de dotar esta área protegida de umas instalações condignas, condignas para o funcionamento em termos de capacidade de trabalho condigna para os funcionários que ali desempenham as suas funções, mas também para a população que nos visita do interior de Portugal, do Litoral de Portugal, do estrangeiro, e que visita esta área protegida e que não tem nas instalações, quaisquer instalações condignas que permitam ter exposição daquilo que é a flora e a fauna existente nesta área protegida, etc., etc., etc. -----

----- Havia uma expectativa de que houvesse, de facto, vontade do Governo de dotar este Parque Natural de uma Sede definitiva. Ficamos agora surpreendidos e não sei o que é que o Partido Socialista poderá dizer sobre esta matéria, depois do anúncio do Governo, da anulação do concurso para o projecto de arquitectura da Sede definitiva do Parque Natural de Montesinho. -----

----- E nesse sentido, o Partido Social Democrata apresenta uma moção, que eu passava a ler sobre esta matéria, e a ver se eu num minuto consigo fazer leitura desta moção: -----

“MOÇÃO

----- A existência no Nordeste Trasmontano, nomeadamente na área geográfica dos Concelhos de Bragança e Vinhais, daquele que é considerado uma referência nas áreas naturais protegidas, “O Parque Natural de Montesinho”, não tem tido ao longo da sua existência a devida atenção da tutela dotando-o dos meios e instrumentos necessários para a efectivação de um desempenho digno quer junto da Comunidade que serve, quer junto dos visitantes que ali se dirigem e que pretendem obter as necessárias informações que potencializam o conhecimento desta área protegida. -----

----- É muito relevante relembrar que o Parque Natural de Montesinho desde a sua criação não dispõe de uma sede definitiva que permita dotar esta área de instalações condignas que possibilitem aos funcionários que ali trabalham, condições de desempenho profissional adequado, bem como disponibilizar aos visitantes do Parque que se dirigem às instalações/sede a qualidade de instalações necessárias e compatíveis com a qualidade da riqueza natural existente nesta área protegida. -----

----- A recente decisão do Governo em anular o concurso para elaboração do projecto de construção da sede definitiva do Parque Natural de Montesinho, é mais uma decisão restritiva e estranguladora do Norte interior de Portugal, reforçando uma atitude sistematicamente crescente de uma política de concentração de investimento no litoral. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 17 de Fevereiro de 2006, vem mostrar a sua preocupação, descontentamento e repúdio com a recente decisão do Governo em anular o

concurso relativo à elaboração do projecto de arquitectura da Sede definitiva do Parque Natural de Montesinho e solicita ao Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro Engenheiro José Sócrates que reveja esta decisão, por forma a dotar o Parque Natural de Montesinho de um edifício Sede definitivo, condigno e compatível com a qualidade da riqueza natural existente nesta área protegida,-----

----- O membro da bancada do Partido Social Democrata,-----
----- 17 de Fevereiro de 2006 -----
----- a) Luís Manuel Madureira Afonso”-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----
----- Eu vou aceitar as inscrições para pedidos de esclarecimento. -----
----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia e inscreveu-se também o Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre. -----
----- Faça favor Senhor Lídio Correia.-----

----- **Lídio Correia** – O meu pedido de esclarecimento dirige-se ou ao subscritor da moção ou eventualmente ao Senhor Presidente da Câmara. -----
----- Eu tenho aqui uma fotocópia da Revista de Arquitectura, de Dezembro de dois mil e cinco, onde está aqui e como se fala aqui da elaboração de um projecto, mas está aqui “concurso de ideias para o Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho – 2.º prémio”. Imagino que se está aqui a fotografia e a atribuição relativa ao 2.º prémio, imagino eu que terá havido um primeiro prémio também. E como tal eu gostaria de saber, de facto, o que é que na realidade se passa com a Sede do Parque Natural de Montesinho. -----
----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----
----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre.-----
----- Faça o favor. -----

----- **Luís Silvestre** – Tenho uma questão a colocar, é só uma. -----
----- A minha questão é só uma. Se de facto a preocupação é com a criação só de uma Sede ou a criação só da Sede do Parque Natural de Montesinho, se for essa é a nossa preocupação também, ou se a preocupação é criar uma Sede ao Parque Natural de Montesinho nos moldes em que o Presidente da Câmara quer e como o Presidente da Câmara quer. -----

----- É só essa pergunta. -----

----- **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Luís Afonso eu perguntava-lhe se quer responder aos pedidos de esclarecimentos? Faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – Mas...o que é isto? Mas o dono da obra não é o Governo Central? O concurso não foi lançado pelo Governo Central? Onde é que o Presidente da Câmara está metido nisto? Mas que história é esta? -----

..... -----

----- **Luís Afonso** - Mas responde o quê? Quem tem que responder é o seu Governo. O Senhor Presidente da Câmara não é achado nem ouvido nesta matéria. É seguramente um parceiro que é seguramente ouvido pelo Governo Central. Mas quando o Governo estabelece as condições do concurso, a assinatura que vai lá não é do Senhor Presidente da Câmara! É do Governo, é da Administração Central! Mas você quer atirar com poeira para os olhos de quem? Quer enganar quem?-----

----- O seu Governo é que está a enganar Portugal, está a enganar o Norte e o interior de Portugal, está a enganar Bragança, está a limitar Bragança, o Distrito de Bragança!-----

----- Deviam ter vergonha de continuar a dar apoio ao vosso Governo em matérias tão fundamentais para este Concelho e Distrito. O Senhor Presidente da Câmara nesta matéria não é ouvido nem achado! A decisão é do dono da obra, é do Estado Português, ou quer ou não quer fazer, mas de resto, quis fazer e lançou o concurso, e estabeleceu as normas do concurso, os procedimentos. Essa decisão é do Governo. Está dado o esclarecimento.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Eu ia abrir inscrições para pedidos de intervenção. O senhor membro da Assembleia Luís Pires, o senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, senhor membro da Assembleia Lídio Correia e senhor membro da Assembleia Luís Filipe. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** - É a discussão da moção. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor. -----

----- Eu pedia, de facto, a máxima concisão para não deixarmos, sem ter oportunidade de haver discussão, mas a máxima concisão nas intervenções. Faça o favor.-----

----- **Luís Pires** – Ó! Dr. Luís Afonso, eu já várias vezes lhe disse uma coisa, quer dizer, o senhor qualquer dia começa a querer dar porrada, já disse que vai bater no Afonso Henriques... O Senhor não pode vestir um fato quando está um Governo, e quando está outro arruma no armário e veste outro, vamos lá ver uma coisa.-----

----- Relativamente a esta matéria, tanto quanto eu sei, tem a ver com várias coisas.-----

----- Primeiro, eu não reconheço competência ao Engenheiro Sócrates para num ano e pouco vir aqui um bocado mentir e levar as pessoas do interior, com calma. Isto não é feito por uma pessoa em dois ou três dias. Há, mas vai e, se calhar, a culpa é de outros Governos anteriores também. Eu já lhe disse uma vez que nós temos que ser sérios, eu participo e trabalho conjuntamente mas sem ambiguidades.-----

----- A culpa é partilhada pelos vários Governos que ao longo dos anos têm feito várias coisas, alias, não têm feito, para que nós estejamos neste ponto. Agora não me venha aqui dizer, que isso aí é uma inverdade dizer que isto é culpa do Engenheiro Sócrates, por amor de Deus. Desculpe, ele tomou uma série de decisões neste momento, mas algumas vêm de trás e muitas delas a maior parte. Não é num ano e sabe isso tão bem quanto eu, e ao dizer isso não está a ser sério. E sabe que eu gosto de trabalhar seriamente.-----

----- Depois, outra coisa, tem a ver com o facto da Sede. Vamos lá ver uma coisa, posso estar enganado, mas acho que o Projecto da Sede foi lançado no tempo do Governo do PSD e, sem qualquer tipo de ambiguidade e ingenuidade sabemos, de certeza, que foi concertada uma posição entre a Câmara, o ICN também e o Governo, certo? Agora, se calhar, os condicionalismos desta proposta e os pressupostos que partiram para o projecto não foram considerados correctos por este Governo.-----

----- Se calhar havia imposições para que se auxiliasse um projecto da Câmara Municipal de uma forma paralela, digamos assim, para ser breve, de aquela porta não sei quantos, e aquele projecto que a Câmara tem, não é? A Sede do ICN ia ficar junto a esse projecto.-----

----- Se calhar, este Governo tem que ter agilidade, flexibilidade para que haja um ponto intermédio de consenso. Porque, se calhar, a Câmara também não tem essa capacidade. A Câmara chega a um ponto e diz “não, queremos assim, se não for assim não aceitamos” e não pode ser! Sabe isso tão bem quanto eu, não pode ser!-----

----- Agora, o que lhe pedia é que nas suas intervenções, nestas matérias, que não fizesse aquela posição que já várias vezes, uma vez, eu recordo-me, já disse isso, já uma vez eu recordo-me que ia votar contra uma moção, que concordava com tudo excepto a última linha,

em que dizia, “nós precisamos disto, daquilo etc., e não temos porque a culpa é do Partido Socialista”. Quer dizer, isto não pode ser. Temos que por as coisas como são, precisamos disto porque é preciso. E deixemos esta parte política que, às vezes, prejudica o rumo do barco todo no caminho, não pode ser! Não pode ser! -----

----- De uma vez por todas, nós, com estas posições, também temos culpa de isto estar como está. E fico-me por aqui porque vou deixar espaço para outras pessoas falarem. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia. -----

----- Continuando, a pedir concisão... -----

.:.... .:.... .:.... -----

----- **Presidente da Mesa** - É um ponto de ordem ou uma defesa da honra? -----

.:.... .:.... .:.... -----

----- **Presidente da Mesa** - Não sei, estou a perguntar. -----

----- Então faça o favor de fazer o seu ponto de ordem ou pedido de esclarecimento. -----

----- **Luís Afonso** – Fica aqui na palavra dos elementos do Partido Socialista a dúvida de que eventualmente tudo quanto foi o processo preparatório de um concurso que foi lançado por um Governo do Partido Social Democrata, e que foi chumbado pelo Partido Socialista, e o Hospital foi a mesma coisa, que o Presidente da Câmara até tem alguma coisa a ver com o assunto. Eu gostava até que o Senhor Presidente de Câmara, se me permitisse, desse à Assembleia alguns esclarecimentos sobre esta matéria! Se calhar é importante, porque estamos no “se calhar” e no “se calhar” e dá impressão que o Presidente da Câmara ainda sai machucado nisto, que parece que ele é que condicionou o Governo a fazer alguma coisa. Se calhar o esclarecimento do Senhor Presidente de Câmara era importante nesta matéria. -----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, eu pergunto, em que facto e a que título é que queria usar da palavra, e isso é um pedido de esclarecimento à intervenção anterior e eu peço a todos, de facto, rigor na utilização das figuras regimentais. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, a si pedia também muita concisão, por favor um minuto, porque nós estamos ao meio dia e um quarto num período que devia ter acabado às onze e um quarto. -----

----- **Luís Silvestre** – É só para dizer o seguinte. Não é por vir aqui falar alto e pôr-se aos berros que tem razão. Parece que lhe toquei nalguma ferida e que você ficou exaltado. É preciso é ter calma, eu só fiz uma pergunta, e agora na segunda intervenção que veio cá fazer afinal você já quer que o Presidente da Câmara esclareça alguma coisa, como eu quero! Senhor deputado, eu também quero ser esclarecido, ouvi uns “zuns zuns” em que o projecto era megalómano, iam-se gastar muitos milhões para satisfazer a vontade do Presidente da Câmara. Eu ouvi isso! E eu vim cá fazer a pergunta, é verdade ou é mentira que tem a ver com essa condicionante? É verdade ou mentira que o Senhor deputado está disposto em que o Parque Natural de Montesinho tenha uma Sede seja lá onde for, é preciso ter uma sede! É isso que eu quero saber. Só. Mais nada. -----

----- É que se for assim, tem o voto favorável do Partido Socialista para se fazer a Sede. Ainda não percebeu isso? -----

----- Valha-me Deus. -----

----- **Presidente da Mesa** – Estão inscritos o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, Luís Filipe e Luís Vale. O Senhor Presidente da Câmara pediu... -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** - Quer falar primeiro?-----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** – A minha pergunta ia ser essa, se vê interesse em que o Senhor Presidente da Câmara falasse primeiro. Se quer falar primeiro tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia. Faz favor.-----

----- **Lídio Correia** – Bom, eu começaria pelo fim, e uma das questões que eventualmente estará em causa agora é exactamente uma frase que se escapou ao Luís Silvestre, que é, “seja lá onde for”, e como “seja lá onde for” a gente de vez em quando pode imaginar “seja lá onde for”, onde houver um Presidente da Câmara Socialista que, por exemplo, seja no Concelho de Vinhais. Mas isto é tão só...-----

----- Esperem aí, não batam palmas que não vale a pena! -----

----- Se vocês não têm Sede do Parque Natural de Montesinho é porque os sucessivos Governos do PSD não quiseram, é porque os sucessivos Governos do PSD nem sequer conseguiram que se elaborasse um plano de ordenamento do Parque! E não venhamos aqui falar alto, e dizer que assim e que assado, porque a questão é só esta, a Câmara tem tanto que ver com isto como tem o Governo! O Senhor Presidente da Câmara faz parte do Conselho Directivo do Parque. -----

----- E eu pergunto, o que é que o Senhor Presidente da Câmara disse antes disto ter acontecido? E pergunto mais, o que é que o Senhor Presidente da Câmara disse alguma vez face à falta de orçamento para o Parque Natural de Montesinho? Portanto, o que é grave nesta questão é a falta efectiva de uma Sede, mas é também a falta de orçamento que o Parque tem, que é da culpa deste Governo, é um facto a falta de orçamento, este ano, mas já vem do antecedente. -----

----- Portanto aquilo que eu quero perguntar é, o que é que o Senhor Presidente da Câmara pensa disto. -----

----- Ninguém me respondeu acerca daquele segundo prémio que ali está e que eu imagino que haja um primeiro, e efectivamente o que é que se pensa da falta de orçamento, e qual é o papel da Câmara enquanto membro do Conselho Directivo do Parque. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro Luís Filipe faz favor. -----

----- Pedia a maior concisão que os tempos estão todos mais que ultrapassados. -----

----- **Luís Fernandes** – Ora muito bom dia a todos. -----

----- Esta é a minha primeira intervenção e saúdo aqui a Mesa da Assembleia e a Vereação. -

----- Ora muito rapidamente para vos dizer e porque os ânimos estão muito exaltados, hoje, isto hoje aqui está uma situação muito complicada. Para vos dizer que o Parque Natural de Montesinho vai ter uma Sede. Podem ter a certeza que o Parque Natural de Montesinho vai ter uma Sede. Agora, o que o Parque Natural de Montesinho não vai ter é a Sede que o Senhor Presidente da Câmara queria, e isso é que é importante dizer. Porque se não fazemos um bocadinho de história atrás, e vemos quando é que esta Sede avançou, ou a ideia da Sede avançou, o projecto avançou, e vemos quando é que foi, em que tempo é que foi. E vemos que foi no tempo das grandes obras megalómanas desta Cidade. -----

----- O que acontece neste momento é que o Ministério do Ambiente está a equacionar esta situação e não concordou com este projecto. E está no seu pleno direito de não concordar com

este projecto. Quer outro projecto. Qual é o problema? Mas ninguém quer dizer que o projecto que vai ser feito não seja um projecto adequado às necessidades reais do Parque Natural de Montesinho e que venha contemplar as necessidades do Parque Natural de Montesinho, e não outras necessidades que, se calhar, este projecto também vinha contemplar. Esta situação tem que ser equacionada e esta situação real. -----

----- Agora, todo o PSD ficou escandalizado porque não ia ter uma obra mais para inaugurar à maneira dele. Não, quem vai inaugurar essa obra vai ser o Governo do Partido Socialista, à maneira do Partido Socialista. E é isso que vos dói! Tenham calma! -----

..... -----

----- **Luís Fernandes** - Vamos ver o projecto, que o projecto vai ser feito, vai avançar e se calhar mais rápido do que o que vocês pensam!-----

----- Agora, não há dúvida que o Lídio tocou aqui num assunto bem mais importante. Para mim a Sede é importante, o Parque precisa efectivamente de novas instalações para instalar os seus funcionários e receber condignamente quem vai lá. -----

----- Agora vejam o que é que vocês fizeram do Parque durante os três anos que estiveram lá! O que é que aconteceu! Na redução, todos os anos, anual, do orçamento do parque, em que não houve investimento, não houve qualquer contemplação quer na parte de conservação da natureza quer na parte de investimento das populações e os Senhores Presidentes da Junta estão aí podem-no dizer se quiserem. -----

----- Agora, “aqui del rei” que não vamos ter uma obra como nós queremos. Não, não vão ter, vão ter conforme o Governo do Partido Socialista quer e vai ser feito, podem ter a certeza.

----- Já agora, o Dr. Luís Afonso veio aqui dizer e falar na saída de serviços de Bragança por parte do Partido Socialista? Eu desafio-o a dizer um!-----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faz favor. -----

----- **Luís Vale** – Por ser a minha primeira intervenção, hoje, antes de mais cumprimentar a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, demais Executivo, Senhores Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Comunicação Social, Público.-----

----- Ora bem, eu venho aqui então de alguma forma manifestar a minha indignação pelas palavras utilizadas pelo Dr. Luís Afonso. Até parece que o seu Partido nunca esteve no

Governo e até parece que não tinha também responsabilidade directa sobre o Parque Natural de Montesinho. -----

----- Bem sabemos que o Parque Natural de Montesinho, desde a sua formação, já teve períodos em que foi considerado um exemplo nacional e internacional, da gestão, e de projectos e ideias lá aplicados. O que é verdade é que ao longo dos últimos anos temos vindo a assistir a um desleixo a todos os níveis, de gestão, de equipamento dessa mesma área protegida. -----

----- Eu acho que devíamos todos defender que as instalações do Parque deviam ter a dignidade suficiente para que o trabalho pudesse ser desenvolvido. -----

----- Agora, este tipo de moção, quer dizer, e vindo da parte de quem vem, não me parece que tenha grande sentido. E depois para além disso e no que diz respeito ao próprio edifício, acho que os edifícios ou as obras não são feitas para serem inauguradas, deverão ser um veículo, um instrumento de trabalho para que os técnicos, para que todo o trabalho possa ser bem feito. -----

----- Para terminar, gostava de deixar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara. É verdade ou não que a Sede do Parque poderá ser instalada no Concelho de Vinhais? Penso que sendo Presidente de uma das duas Câmaras que cujo território integra o Parque, e tendo em conta a proporção do Concelho de Vinhais para com o Concelho de Bragança, acho que era de todo o interesse termos cá a Sede no Concelho de Bragança. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara tem a palavra se faz favor. -----

----- **Presidente da Câmara** – A Direcção do Parque Natural de Montesinho procura desde há vinte e cinco anos ter uma sede condigna. Houve um projecto para a Zona de Intervenção POLIS, tendo sido adquiridos os terrenos por parte da Câmara Municipal e do ICN, não se concretizou, perderam-se anos. -----

----- Com a saída do Colégio do Sagrado Coração de Jesus da Zona da Estacada fizemos diligências e propostas ao ICN para que aquele edifício pudesse ser adquirido pelo ICN, houve negociações nesse sentido. O edifício tinha condições, espaço suficiente, espaço para estacionamento e valor patrimonial acrescido por estar no Centro Histórico, lamentavelmente nada aconteceu. -----

----- Não se tendo concretizado a compra do edifício referido, fizemos a proposta ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, na altura de uma sua visita a Bragança para que equacionasse a construção de um Centro de Interpretação no qual incluiria a Sede. -----

----- Porquê um Centro de Interpretação? Porque os organismos da Administração Pública estão impedidos, neste momento, de construir edifícios sede. -----

----- A Câmara Municipal decidiu disponibilizar um terreno para o efeito, o terreno foi aceite e a Câmara não interferiu no programa em termos funcionais, nem na apreciação das propostas concorrentes, a não ser designar um técnico, por solicitação do ICN, para integrar a Comissão de Avaliação. -----

----- Para a Câmara e para o Município de Bragança aquilo que é relevante é de facto que o Parque tenha uma Sede condigna. -----

----- Passado um quarto de século, aquele que em tempos foi considerado a jóia da coroa, não o deixou de ser, porque o território se mantém humanizado, mantém qualidade paisagística e territorial. Lamentavelmente, continua instalado em condições precárias. É uma vergonha tendo em conta que há áreas protegidas no país praticamente sem dimensão, que têm sedes verdadeiramente sumptuosas, sedes que custaram mais de um milhão de contos.---

----- O Senhor Secretário de Estado na altura impôs ao ICN um valor máximo de custo, próximo dos trezentos mil contos. Se alguém diz que o projecto só não é feito ou o contrato não é desenvolvido porque não está satisfeita a vontade do Presidente da Câmara é uma verdadeira falsidade e desonestidade intelectual, de quem serve prioritariamente interesse partidários em detrimento dos interesses do concelho. -----

Essa pergunta não é ingénua e deixa a suspeição. Eu acho que é uma falsidade e uma desonestidade completa e acima de tudo é um desviar de atenção sobre aquilo que é fundamental e relevante. Fundamental e relevante é que o Parque tenha de facto uma Sede! Se for dentro da área protegida, é óptimo, se for dentro da cidade é óptimo. Já não é aceitável manter as condições actuais, o que não louva os seus sucessivos responsáveis. -----

----- Como referi, há áreas protegidas no País com menos de um décimo de área e que têm sedes sumptuosas, não faltaram recursos. A anulação do contrato de realização do projecto de execução, tendo sido feita a respectiva adjudicação e selecção, resulta, segundo indicação que tenho, de que não há verba disponível. -----

----- Mais uma vez só não há verba disponível para Bragança. Mas trata-se de verba para fazer um projecto, não para fazer uma obra. Era útil para o Governo poder dispor de um projecto para no próximo Quadro Comunitário de Apoio dispor do projecto e aproveitar recursos, se essa for a vontade. -----

----- Quanto ao pedido de indicação do senhor deputado Lídio Correia, evidentemente que há um primeiro prémio, que é o prémio que corresponde ao Gabinete que ganhou o concurso. Não conheço os projectos concorrentes. Designamos um Arquitecto da Câmara que acompanhou a Comissão.-----

----- Do meu ponto de vista, à volta deste problema deve-se centrar atenção e inteligência sobre o que é relevante, e relevante é dispor de uma Sede em tempo oportuno. Se vai ser no terreno que foi indicado pela Câmara ou noutra terreno, do meu ponto de vista é indiferente, importante é que os funcionários tenham condições de trabalho, e que os muitos turistas que se dirigem às instalações do PNM, tenham a primeira boa impressão do território e o visitem, aí venham a fazer refeições, dormir, comprar produtos da terra e contribuir para a economia local. Isso é relevante. -----

----- O Senhor deputado Lídio Correia falou no funcionamento da Comissão Directiva, a Comissão Directiva não funciona há algum tempo por falta de nomeação de um membro por parte do ICN, devia funcionar. -----

----- As posições que o Presidente da Câmara sempre tem tomado relativamente ao Plano de Ordenamento e ao necessário Plano de Investimentos, tem sido de discordância relativamente ao abandono desta área protegida. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Qual é a figura que quer utilizar? -----

----- Defesa da Honra?-----

----- Eu peço algum rigor, porque estive com atenção e não ouvi uma palavra para defesa da honra, só se eu não estou a entender já onde é que pode estar implícita uma ofensa à honra. --

----- Eu peço rigor na utilização destas figuras. Faça o favor mas com toda a brevidade. -----

----- **Luís Silvestre** - Quando se vem aqui por em causa a inteligência de uma pessoa, temos que vir cá defender. -----

----- Eu tinha uma dúvida, e a dúvida tinha a ver se havia alguns condicionalismos, e pelos vistos o Senhor Presidente da Câmara veio cá dizer quais eram os condicionalismos. Os condicionalismos eram que os pressupostos para a criação da Sede do Parque Natural de Montesinho tinha que ser feita juntamente com o Centro de Interpretação. E a pergunta que eu fiz foi essa! O Senhor tinha que vir cá dizer, “não, não tive nada a ver, não tenho lá nenhum

técnico, e nem fui eu que dei os pressupostos para se fazer o projecto” ou sim, “eu tenho lá um técnico, e fiz os pressupostos para se fazer o projecto”. Só isso que eu queria saber. E a pergunta que eu fiz, que ainda não tive resposta, espero tê-la agora, é se vocês querem que o Parque Natural tenha uma Sede? Se isso é o que vocês querem, é só isso.-----

----- **Presidente da Mesa** – Francamente, deixe-me fazer-lhe um reparo, eu não vejo onde é que, com aquilo que disse, podia ter evocado e utilizado a defesa da honra, mas eu peço...-----

----- **Luís Silvestre** – Foi dito pelo senhor Presidente que levantei uma suspeição aqui, e pôs em causa a minha inteligência, logo tenho que vir cá a justificar.-----

----- **Presidente da Mesa** - Está encerrado este ponto.-----

----- Senhores membros da Assembleia vamos ... -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Voltar a ler? -----

----- Senhor proponente da Moção, ela é relativamente longa, mas para ler a moção tenho que lhe pedir que o faça. -----

“MOÇÃO

----- A existência no Nordeste Trasmontano, nomeadamente na área geográfica dos Concelhos de Bragança e Vinhais, daquela que é considerada uma referência nas áreas naturais protegidas, “O Parque Natural de Montesinho”, não tem tido ao longo da sua existência a devida atenção da tutela dotando-a dos meios e instrumentos necessários para a efectivação de um desempenho digno quer junto da Comunidade que serve, quer junto dos visitantes que ali se dirigem e que pretendem obter as necessárias informações que potencializam o conhecimento desta área protegida. -----

----- É muito relevante lembrar que o Parque Natural de Montesinho desde a sua criação não dispõe de uma sede definitiva que permita dotar esta área de instalações condignas que possibilitem aos funcionários que ali trabalham, condições de desempenho profissional adequado, bem como disponibilizar aos visitantes do Parque que se dirigem às instalações/sede a qualidade de instalações necessárias e compatíveis com a qualidade da riqueza natural existente nesta área protegida.-----

----- A recente decisão do Governo em anular o concurso para elaboração do projecto de construção da sede definitiva do Parque Natural de Montesinho, é mais uma decisão restritiva e estranguladora do Norte interior de Portugal, reforçando uma atitude sistematicamente crescente de uma política de concentração de investimento no litoral.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 17 de Fevereiro de 2006, vem mostrar a sua preocupação, descontentamento e repúdio, com a recente decisão do Governo em anular o concurso relativo à elaboração do projecto de arquitectura da Sede definitiva do Parque Natural de Montesinho e solicita ao Senhor Primeiro Ministro Engenheiro José Sócrates que reveja esta decisão, por forma a dotar o Parque Natural de Montesinho de um edifício Sede definitivo, condigno e compatível com a qualidade da riqueza natural existente nesta área protegida,-----

----- O membro da bancada do Partido Social Democrata,-----

----- Luís Manuel Madureira Afonso -----

----- 17 de Fevereiro de 2006 -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Vamos votar esta moção, que acaba de ser lida.-----

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e cinco votos a favor, quinze votos de abstenção e zero votos contra, estando momentaneamente oitenta membros presentes.** -

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor.-----

----- **Lídio Correia** – Nós votámos favoravelmente esta moção, atendendo a que efectivamente nela está bem explicito que ao longo destes vinte e cinco anos de existência do Parque, os sucessivos Governos têm culpa pela inexistência de uma Sede do Parque. -----

----- Mas há uma coisa que ficou efectivamente por esclarecer, por responder e o fim da moção di-lo, e nós continuamos com esta dúvida, é que diz que o projecto de arquitectura está feito, e também por outro lado diz-se que efectivamente é necessário elaborar um novo projecto. E nós continuamos sem saber efectivamente o que se passou.-----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Filipe, por favor. -----

----- **Luís Fernandes** – Ora bem, o voto de abstenção do Partido Socialista deve-se a uma situação muito simples. Se isto fosse uma moção de defesa da Sede do Parque Natural de Montesinho, nós não tínhamos qualquer problema em votar a favor. Agora, isto não era uma moção na defesa da Sede do Parque Natural de Montesinho, era uma moção na defesa de uma Sede já devidamente idealizada e já devidamente na cabeça, digamos assim, de alguém. Como com essa situação nós não concordamos, o nosso voto é de abstenção. -----

----- Também na moção não concordamos de maneira nenhuma, no último trecho, quando se diz “ um voto de repúdio..” De repúdio? Repúdio a quem? E o líder do Grupo Parlamentar do PSD, se calhar, tinha aqui oportunidade de dizer, para quem era esse voto de repúdio. Se era para o actual Governo, se era para o anterior ter aceite o projecto que aceitou.-----

----- Também não podemos concordar, de maneira nenhuma, e deixo aqui expresso, que também gostava que ficasse na declaração de voto, que a preocupação grande, agora, com a Sede não foi preocupação igual no orçamento do Parque, não foi preocupação igual na aprovação do Plano de Ordenamento, que era um ponto de honra, até Dezembro de 2004 estará pronto, ainda hoje ninguém sabe o que é que se passa com o Plano de Ordenamento, que é um documento fundamental para as populações que habitam o Parque Natural de Montesinho. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Ortega, faz favor. -----

----- **João Ortega** – Ora bom dia mais uma vez. -----

----- Eu votei a favor desta moção, por vários motivos.-----

----- Primeiro, porque sendo um Arquitecto e tendo participado no concurso que está em causa, para a Sede, não do Parque, porque essa estava lá camuflada, mas para o Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho, entendo como Arquitecto, que não posso ser a favor de que organismos públicos, quer seja o Governo, quer sejam as Câmaras Municipais, anulem concursos a seu belo prazer. -----

----- Depois, entendendo que, de facto, esse é já o segundo concurso que é feito para o mesmo motivo, o seu adiamento, a sua anulação, conduzirá a que mais anos vão passando e a situação fique na mesma. -----

----- Portanto perante esta situação e havendo algumas questões particulares e que não concordava, na generalidade concordo e por isso votei a favor. -----

----- Já que não entendo e que fique claro, eu não sou filiado no PS, a minha posição é de independente, por isso ao longo destes quatro anos é natural que a minha posição nem sempre esteja de acordo com os companheiros com quem me sento ao lado. E tenho muita dificuldade em entender que se estamos aqui interessados no interesse da nossa região, quer dizer, as situações, seja aqui de um ping pong, que sinceramente não lhe vejo qualquer sentido.-----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.-----

----- Senhor membro Guedes de Almeida, faça o favor.-----

----- **António Almeida** - Eu vou pegar na raquete do Senhor Arquitecto, e de facto nós estamos aqui num jogo de ping pong, que não tem servido os interesses da comunidade do nosso Concelho. E, atento à moção, e passando despercebido por aqueles pormenores, ao Senhor Engenheiro Luís Pires, na moção do Dr. Luís Afonso, que aqui foi votada, diz claramente, está escrito, refere-se ao abandono da tutela do Parque de Montesinho ao longo dos anos, portanto, está a englobar toda a governação ao longo dos anos, não exclusivamente deste Governo. Claro que o acto em si da anulação foi deste Governo, foi dos responsáveis governamentais que tomaram esta decisão.-----

----- Administrativamente e com a experiência técnica do Senhor Arquitecto Ortega disse aqui que isto é mais um adiar, se querem mais um serviço que está a ser retirado passivamente, embora não o retirando, mas que não vai funcionar, aqui têm mais um exemplo de como o Partido Socialista é contra o interior, é contra os interesses de Bragança.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.-----

----- **Luís Afonso** – Bom, o Partido Social Democrata naturalmente propôs esta moção, votou favoravelmente e deve deixar aqui claro que quando há vontade de fazer ela fica expressa nos actos, e também quando não há vontade de fazer também fica expressa nos actos.-----

----- O Partido Social Democrata no Governo tinha vontade de fazer. Abriu um concurso para a construção da Sede do Parque Natural de Montesinho, o Partido Social Democrata tinha vontade e mandou abrir um concurso para a execução das obras de ampliação do Hospital de Bragança. E há depois vontade de fazer o contrário, de nada fazer.-----

----- O Partido Socialista anulou este concurso, como anulou o outro que eu acabei de referir relativamente à unidade de saúde de Bragança. E isso é que é uma vontade expressiva, votou contra, anulou um concurso, havia uma vontade de fazer, e anulou com essa vontade de fazer.

----- O Partido Social Democrata, respondendo também a essa questão, O Partido Social Democrata impulsionou a elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, esse plano está a ser desenvolvido no IPB, já foi a discussão diversas vezes, houve vontade de fazer. Também essa nota, fica aqui bem claro o que é que o Partido Social no Governo pretendia, e aquilo que o Partido Socialista não quer fazer. -----

----- Votamos a favor desta moção porque ela é ofensiva dos interesses do Concelho de Bragança e naturalmente também do Concelho de Vinhais. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor membro da Assembleia, antes de interrompermos para almoço, e terminamos o Período de Antes da Ordem do Dia ao meio dia e quarenta e cinco, o Senhor Secretário quer dar duas informações aos Senhores membros da Assembleia e aos Senhores Presidentes de Junta. -----

----- **Primeiro Secretário** – A Câmara Municipal pede-nos para transmitir-mos aos Senhores Presidentes de Junta e a todos os membros desta Assembleia, duas informações: a primeira, e esta dirigida aos Senhores Presidentes de Junta, é que deverão levantar os Cadernos Eleitorais que se encontram nos serviços de apoio hoje a funcionar aqui, onde assinaram as senhas de presença. O segundo aviso extensivo a todos os membros desta Assembleia, há uma lista para inscrição do jantar do dia vinte, portanto todas as pessoas que pretendam vir ao jantar do dia vinte, segunda - feira, fazer a inscrição e referir o número de pessoas. -----

----- **Presidente da Mesa** Muito obrigado.-----

----- Eu chamando a atenção de que só depois do almoço vamos entrar no Período da Ordem do Dia, perguntava se estão de acordo e esse acordo significa estar cá, em que retomemos os trabalhos às duas da tarde? -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Então eu pedia a assiduidade de todos para às duas e um quarto estarmos aqui. Muito obrigado -----

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos. -----

----- **Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia queiram fazer o favor de tomar os vossos lugares, vamos reiniciar os trabalhos, uma contagem feita há momentos diz que estão cinquenta membros ou cinquenta e um, na sala, havendo cinquenta ou cinquenta e um membros na sala temos quórum para recomeçar os trabalhos. -----

----- Repito o pedido de tomarem os vossos lugares. -----

----- Vamos então, renovando o pedido de que tomem os lugares na sala os senhores membros da Assembleia, vamos recomeçar os trabalhos interrompidos à hora de almoço. -----

----- Vejo que um grupo de alunos de uma Escola da Cidade está presente nesta sala, e eu queria apresentar-lhes as boas vindas em nome da Assembleia Municipal e desejar que fiquem com uma boa impressão do funcionamento deste órgão autárquico. -----

----- Para essa boa impressão se concretizar eu volto a pedir aos senhores membros da Assembleia que tomem os vossos lugares, e Senhor Presidente da Câmara entramos no ponto da Ordem de Trabalhos relativo ao -----

----- **PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:**

----- **PONTO 4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.**-----

----- Senhor Presidente tem a palavra, por favor. -----

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos. -----

----- Uma saudação especial para a turma da Escola Secundária Emídio Garcia, alunos e Professor aqui presentes. Bem vindos a esta Sessão. -----

----- Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e previamente distribuído pelos membros: -----

-----**ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO**-----

---- Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da situação financeira do município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 19 de Dezembro de 2005, até à presente data. -----

---- Assuntos tratados para aprovação da Assembleia Municipal: -----

---- a) Concessão do direito da exploração de dois parques públicos de estacionamento subterrâneos para viaturas ligeiras e concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública. -----

-----b) Aumento de capital social da sociedade M.M.B. – Mercado Municipal de Bragança, E.M., em 219 000 euros, mediante a emissão de 43 800 acções de 5,00 euros cada. -----

-----c) Geminação da Cidade de Bragança com a Cidade de León. -----

----- Principais deliberações e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento: -----

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA -----

1.1 - Divisão Financeira -----

----- No âmbito desta divisão, destacam-se como assuntos de maior relevância: -----

----- Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento – a receita cobrada elevou-se a 2.726.053,60€ representando uma execução de 7,37% relativamente ao valor orçamentado. Do total recebido, as receitas correntes atingiram 1.987.348,18€ e as receitas de capital contribuíram com 27,00% do total dos recebimentos. Os pagamentos foram de 2.533.627,43€, representando 6,85% do total previsto. A despesa de capital foi de 863.725,48€ enquanto que a cobrança da receita de capital foi de 736.106,48€. A taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento situa-se em 4,84% com um valor de 867.801,37€ correspondendo 47.956,89€ à concretização de projectos no âmbito das Funções Gerais, 598.272,34€ e 221.572,14€ no âmbito das Funções Sociais e Económicas, a que corresponde uma taxa de execução de 3,94%, 4,72% e 5,47%, tendo por base a dotação inicial das respectivas funções. -----

1.1.1- – Secção de Taxas e Licenças -----

----- Neste período a receita cobrada foi de 72.051,95€. Deste valor as receitas mais significativas foram de terrados com um valor de 12.963,28€ e da utilização das Piscinas Municipais com um montante de 8.087,30€. As rendas de habitações e edifícios contribuíram com 9.940,50€, seguindo-se por ordem de importância a receita proveniente da utilização dos Parques de Estacionamento com um valor de 8.388,42€. -----

----- Do sector de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 6.844,24€, correspondente a trinta processos e do sector de Execuções Fiscais a importância de 13.154,01€, valor correspondente a cerca de 500 processos. -----

----- Em Reunião de Câmara foi deliberado aprovar a actualização da Tabela de Taxas e Licenças e dos tarifários para fornecimento de água e recolha de resíduos sólidos e urbanos, de acordo com o valor da inflação reconhecida pelo INE para o ano de 2006 (2,3%). -----

1.1.2- Secção de Património e Aprovisionamento – nesta secção decorrem os processos de registo e actualização do património e os processos de aquisição e organização dos correspondentes concursos de aquisição. -----

1.1.3 - Transferências para as Juntas de Freguesia -----

----- Foram autorizadas as seguintes verbas: J. F. da Sé, 318,74€, para apoio a actividades culturais; Junta de Freguesia da Sé, 4.420,00€, para apoio à realização da Festa de Natal para as crianças dos Jardins de Infância e das Escolas do 1.º Ciclo e Idosos das IPSS da cidade; Junta de Freguesia de S. Pedro de Serracenos, para apoio à conclusão das obras do Centro Comunitário, 25.000,00€; Junta de Freguesia de Santa Maria, para apoio à construção de passeios no Bairro do Sapato, 5.000,00€; Junta de Freguesia de Parada, para apoio às obras de adaptação de uma sala de aulas da Escola EB1 de Paredes, para aí ser instalado o Posto Médico, 14.500,00€; Junta de Freguesia de Sortes, para apoio às obras a decorrer no Centro de Convívio de Lanção, 5.000,00€. -----

Subsídios e Participações -----

----- Foram atribuídos a Associações e outras Instituições os seguintes apoios: Associação de Professores de Matemática, 750,00€, para apoio à realização do IX Encontro Regional de Professores de Matemática – BragançaMat 2005; Centro Paroquial de Baçal, para apoio às obras de construção do Centro de Dia e Lar de Idosos, 50.000,00€; Centro Social e Paroquial de S. Bento e S. Francisco, para apoio à construção da creche, 25.000,00€; Clube de Bragança, para apoio às obras de remodelação da instalação eléctrica do edifício sede do Clube de Bragança, 1.200,00€; Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Baçal, para apoio

às obras de remodelação do adro da Igreja (lado frontal) 5.000,00€; Lions Clube de Bragança, para apoio à realização do VII Festival “Cantar dos Reis - 2006”, 900,00€; Associação do Centro de Ciência Viva de Bragança, para os encargos relativos ao projecto em curso e não financiáveis pelo FEDER, 48.206,25€; NERBA – Associação Empresarial de Bragança, apoio financeiro no âmbito do protocolo celebrado entre esta Câmara Municipal e o NERBA, aquando da realização da NORÇAÇA 2005, 34.334,86€; Universidade Sénior do Rotary Club de Bragança, para apoio ao apetrechamento de salas de aula, para funcionamento da Universidade Sénior, 3.495,00€; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança, Programa de Apoio à Vigilância Móvel nos Espaços Rurais – Brigadas Autárquicas de Voluntários 2005, 7.019,20€; -----

1.1.4 - Divisão Administrativa-----

----- No âmbito desta Divisão, destacam-se como assuntos de maior relevância: além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal; produção de certidões; registo e classificação de documentos; registo de faltas e remunerações mensais; acompanhamento dos processos de concursos iniciados em 2005; atendimento a jovens que se pretendem recensear e a todos os munícipes, em geral; prestação de apoio aos Presidentes das Juntas, ao nível de processamento informático tendo sido mantida actualizada a base de dados dos eleitores das 49 Freguesias. -----

----- Ainda neste âmbito, é de registar a actividade do Município na organização do processo eleitoral para a Eleição do Presidente da República.-----

----- De salientar a formação personalizada a ser ministrada aos funcionários da Câmara Municipal, com início no presente mês de Fevereiro, integrada na formação extensiva a todos os funcionários e iniciada em 2005 e a terminar em Agosto de 2006, tendo em vista a elaboração de manuais de procedimentos para todos os serviços e a certificação parcial: serviços de obras particulares, água para consumo doméstico e saneamento e transportes urbanos e escolares. -----

----- De registar ainda o apoio que este Município vem dando a jovens recém formados, proporcionando-lhes o primeiro contacto com o mercado de trabalho estando, em Janeiro, a decorrer 7 estágios profissionais nas seguintes áreas: Biblioteca; Informática; Aprovisionamento e Património; Informática; Sistema de Informação Geográfica; Desporto e Urbanismo.-----

----- Também estão em curso 6 estágios curriculares, necessários para a conclusão da sua formação académica, nas áreas de: Ciências do Desporto; Psicologia Organizacional; Animação Social; Segurança e Higiene no Trabalho; Auditoria, Contabilidade e Fiscalidade. ----

----- Em colaboração com as Escolas Profissionais, proporcionámos 3 estágios de aprendizagem, acompanhando a actividade prática de alunos, nas áreas de Medidor Orçamentista e Técnico de Informática. -----

1.1.5 - Divisão de Informática e Sistemas-----

----- No âmbito desta Divisão e para o ano em curso, a actividade desta divisão está a ser desenvolvida tendo como principais objectivos: actualizar e modernizar o Sistema de Informação Autárquico potenciando uma melhor acção administrativa; obter ganhos de eficiência (redução de tempos, custos e erros) inerentes às diferentes fases dos processos de atendimento, recolha de dados e processamento da informação; melhorar a qualidade e a segurança dos dados tratados pelos serviços e garantir a sua integração no âmbito das aplicações que são utilizadas por cada processo; aproximar a Autarquia do cidadão e melhorar a sua imagem junto da sociedade em geral. -----

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL-----

2.1 - Área do Ensino – nesta área de actividade, destaca-se no período em apreciação: gestão e distribuição dos transportes dos alunos para a Escola de Trânsito; informação, levantamento e tratamento de carência ao nível do equipamento no pré-escolar; planificação e organização da actividade: “ Pai Natal nas Escolas Rurais”- entrega de prendas, durante o mês de Dezembro, a todos os alunos e professores do pré-escolar e 1º ciclo da área rural do Concelho de Bragança; preparação e organização da deslocação dos alunos para as actividades no Teatro Municipal; concurso de presépios; preparação da Assembleia Jovem. ----

----- Foram contratados os serviços de transporte de alunos, resultante da implementação do programa de generalização do Ensino de Inglês, para o ano lectivo 2005/ 2006. -----

2.2 - Área Cultural – Concurso de Presépios 2005; Festival Sons em Trânsito - Armenin Navy Band, Teatro Municipal de Bragança; Cortejos dos Mascarados, Caretos e Mascaretos; Exposição de pintura e cerâmica “Máscaras com Carácter” de Luís Canotilho, Centro Cultural Municipal; I Colóquio da Máscara, Auditório do Conservatório de Música de Bragança; Abertura da Feira da Máscara, Mercado Municipal de Bragança; Abertura do Encontro Sons da Tradição – Gaitas de Foles: saberes e fazeres; Orimar Serip - O Mágico, Teatro Municipal de Bragança; Cerimónia de Encerramento da Mascararte 2005 - II Bienal da Máscara e entrega de Prémios; Concerto de Natal, Igreja da Sé; Concerto de Natal: Orquestra do Norte, Teatro Municipal; Exposição Bibliográfica – A Caça; Exposição: A Máscara Angolana – tons e texturas da

Angolanidade; Exposição dos trabalhos premiados dos concursos de Arte Infantil e Juvenil, fotografia, pintura e escultura; Postais de Natal – Exposição de Serigrafias; Concerto de Ano Novo: Banda Sinfónica Portuguesa; 1º ciclo colóquios “Despertar para a Ciência” Manipulação genética: Medos e Esperanças – Prof. Alexandre Quintanilha; Exposição colectiva de pintura e escultura; Cantar dos Reis - 2006, Lions Clube de Bragança – Teatro Municipal; Entrega de prémios do concurso: “Presépios de Bragança 2005”; Concerto: Orquestra Orff do Porto; Teatro de Castilha y León: Teatro del Azar – La última noche de Giodano Bruno; Lançamento do Livro “Alquimia das Constelações” de Fernando de Castro Branco; Teatro de Castilla y León: Teatro Corsário – Vampyria; Teatro de Castilla y León: Teatro Corsário – Bloque C., Angeles Caídos buscan el cielo.-----

2.3 - Área do Desporto – Início do projecto da Expressão e Educação Físico Motora junto das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bragança com 189 aulas já leccionadas nas Piscinas Municipais; gestão dos transportes para a deslocação dos alunos ao projecto de Expressão e Educação Físico Motora; gestão da distribuição das instalações desportivas; apoio à realização de torneios e competições oficiais; actividades orientadas das Piscinas Municipais de Bragança.-----

2.4 - Área Social – foram iniciados os estudos tendo em vista o lançamento de um programa de habitação social; está em elaboração o projecto de candidatura para a Rede Social; estudos de subsídios escolares; organização do subsídio público dos transportes escolares em risco; apoio à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; análise/acompanhamento de problemas resultantes da degradação habitacional das famílias carenciadas - neste âmbito foi deliberado aprovar o pedido de apoio social do cidadão Alfredo da Conceição Rodrigues, residente em Fermentãos, transferindo o montante de 5.000,00€ para a Junta de Freguesia de Sendas; atendimento, encaminhamento e solução de situações problemáticas; gestão dos processos das refeições e suplementos alimentares das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância; auxílios económicos - neste âmbito e ao abrigo do regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, foi deliberado aprovar o auxílio a duas crianças de sete anos que frequentam a Escola EB1 de Alfaião, residentes na Quinta dos Banhos e que diariamente eram obrigadas a realizar um percurso de 4Km por caminho em terra batida. A Autarquia suportará o alojamento e a alimentação destes alunos; organização dos processos dos boletins de candidatura para as habitações.-----

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO -----

3.1 - Divisão de Urbanismo -----

----- O trabalho desenvolvido pela Autarquia na área do urbanismo, nos últimos anos, leva a que os níveis de exigência por parte dos cidadãos sejam cada vez maiores. -----

----- *Queria salientar o projecto de Urbanismo Digital que está em fase de estruturação e que pensamos poder estar executado no final do ano.* -----

----- *Trata-se de um projecto que pretende disponibilizar, em tempo real, a informação aos Municípios, em suas casas, nos gabinetes técnicos, permitindo-lhes acompanhar os processos dentro da Instituição e acederem à informação relevante, informação que está a ser digitalizada e toda ela é geo-referenciada.* -----

----- *Muita desta informação vai surgir dentro em breve na página da Câmara, já com um conjunto de mapas interactivos, que permitirá ao cidadão através da Internet, aceder a um conjunto vastíssimo e um potencial de informação muito grande.* -----

----- *Este projecto de Urbanismo Digital seguramente vai mudar muitos procedimentos e facilitar muito a relação com os cidadãos na área de licenciamento de obras particulares.* -----

----- *São dados alguns indicadores relativamente à construção nos últimos anos e também à tipologia dessa construção.* -----

----- Prossequindo no sentido de corresponder a essa exigência, a autarquia manterá como grandes objectivos a requalificação urbana assente numa abordagem transversal, cobrindo todas as áreas que influenciam directa e indirectamente o planeamento do espaço, desde o edificado e a sua relação com o não edificado, mobilidade, lazer e cultura, saúde e ambiente.

Porque consideramos a gestão urbanística factor essencial para a prossecução dos objectivos de mais e melhor qualidade urbana e no que se refere à Divisão de Urbanismo daremos particular atenção à relação da Autarquia com os municípios, implementando o conceito de Urbanismo Digital, disponibilizando informações via Internet, desenvolvendo e concretizando o conceito de proximidade, facilitando o acompanhamento dos processos por parte dos municípios. -----

----- Com a conclusão dos planos de ordenamento (PU e PDM) que, pensamos poderem ser aprovados até ao final de 2006, entraremos numa nova etapa da gestão urbanística. A informação digitalizada e geo-referenciada possibilitará a todos os intervenientes neste processo maximizar a capacidade de resposta quer em tempo quer em conteúdo, no que se refere aos licenciamentos e permitirá, em particular aos técnicos, uma leitura precisa e concisa

das pretensões e das condicionantes envolvidas, resultando numa maior eficácia na decisão dos processos. -----

----- No âmbito do licenciamento de obras particulares, relacionadas com novos processos de construção e licenças de obras emitidas, verifica-se um nível idêntico ao de há um ano atrás. Salienta-se, relativamente aos últimos quatro anos, os seguintes dados relativos à construção urbana de iniciativa privada e sectores de actividade: foram aprovados 1398 processos de construção; 38 processos de loteamento; emitidas 2022 licenças de construção; e emitidas as seguintes licenças de utilização: 2267 fogos habitacionais; 85 para restauração e bebidas; 61 para actividades liberais; 10 para actividades industriais; 202 para actividade comercial e 11 para actividade hoteleira. -----

3.2 --- Divisão de Obras-----

----- A Divisão de Obras desenvolve o seu trabalho em várias vertentes, desde a manutenção e conservação de edifícios, manutenção e conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos.-----

----- No âmbito das obras de empreitada, foram concluídos trabalhos de calcetamentos em várias aldeias, iniciadas as obras de saneamento na aldeia de Soutelo, empreitada que inclui a aldeia de Espinhosela; iniciados os trabalhos de terraplanagem da estrada de ligação de Fontes de Transbaceiro à fronteira; iniciadas as obras da 2.ª fase do Centro de Arte Contemporânea; as obras de pavimentação da área envolvente ao NERBA; concluída a a pavimentação do Bairro da Coxa; realizados os contratos das empreitadas de remodelação da Avenida Cidades de Zamora e da obra de arranjos Complementares do Centro Histórico. Foi realizada a consignação dos trabalhos de execução das redes de saneamento nas aldeias de Carocedo, Valverde, Castrelos e Conlelas. -----

----- Foram aprovados os projectos de saneamento das aldeias de Viduedo, Lanção, Carrazedo e Alimonde com um custo de empreitada estimado em 992.693,00 euros e os projectos de saneamento das aldeias de Sanceriz, Sendas, Fermentãos Veigas de Quintela e Pombares, com o valor de 1.280.785,00 euros. -----

----- Os trabalhos das empreitadas em execução decorrem de um modo geral conforme o previsto, salientando os principais: Arranjo Envolvente da Catedral; Centro de Ciência Viva; Museu da Máscara e do Traje; Recuperação de Fachadas e Coberturas nos Edifícios da Cidadela -----

----- Relativamente às obras de administração directa, salientam-se os trabalhos de conservação de edifícios escolares; conservação de outros edifícios municipais, salientando obras de remodelação do edifício do armazém central e área dos Serviços Sociais, tendo em vista assegurar maior eficácia na gestão centralizada dos armazéns e integração automática com a contabilidade. -----

----- No que concerne à manutenção e conservação de vias urbanas é de salientar: preparação dos locais para instalação dos quiosques multimédia da Rota da Terra Fria; substituição das pedras de granito na Central de Camionagem; arranjo do passeio na Av. Sá Carneiro e chumbada a grade de vedação danificada na Escola EB1 da Mãe D' Água e outros trabalhos diversos de manutenção. -----

----- Para além das tarefas correspondentes ao acompanhamento técnico, administrativo e financeiro das várias obras em curso, foram tomadas as seguintes decisões relevantes:-----

----- Deliberado autorizar a demolição de dois edifícios na Quinta da Trajinha, adquiridos no ano de 2005, em virtude do seu elevado estado de degradação.-----

----- Deliberado autorizar abertura de procedimento por ajuste directo com consulta, com vista à execução dos arranjos nos arruamentos da cidade e execução da praça de táxis na estação rodoviária. -----

----- Deliberado autorizar abertura de procedimento por ajuste directo com consulta, com vista a execução de redes e infraestruturas de saneamento básico, nas aldeias de Castro de Avelãs, Fontes Barrosas, Grandais e Donai e execução das ligações dos ramais de água. -----

3.3 - Divisão de Equipamento -----

----- No âmbito desta Divisão, foram realizados trabalhos de apoio às Freguesias em áreas diversas, destacando-se: o arranjo e limpeza da ligação Chãos/Bragada, limpeza, enchimento e arranjo de caminhos e bermas de estrada, bem com de aceiros em cerca de 20 aldeias; colocação de terra em vários Jardins da Cidade; demolição de casas na Quinta da Trajinha; abertura de vala no Aeródromo; limpeza da antiga linha do comboio; limpeza da rotunda na saída para Vinhais; distribuição de água à aldeia de Vila Meã e transporte de terras na aldeia de Lanção e entre Zamora e Milhão. Estão em fase de início os trabalhos de terraplanagem do caminho rural de ligação entre Donai e Vila Nova. -----

4-- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

4.1 - Divisão de Saneamento Básico -----

----- Relativamente ao fornecimento de água à Cidade de Bragança, desde o mês de Outubro de 2005 que a tomada de água da barragem de Serra Serrada tem permanecido fechada. O abastecimento à Cidade tem sido garantido maioritariamente a partir da adução, implementada na Primavera de 2005, do Porto Sabor. Actualmente estão a ser diariamente produzidos na ETA de Bragança cerca de 250 m³/h dos quais, cerca de 150 m³/h são aduzidos aos reservatórios da Mãe D' Água e cerca de 100 m³/h destinam-se ao reservatório de S. Bento ----.

----- No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área da Cidade foram realizados os seguintes trabalhos: substituição da conduta de água na Rua de Vale D'Álvaro; reparação da rede de água nas oficinas da C.M.B.; substituição da conduta de água na Rua Alexandre Herculano (em frente à moagem do Loreto); reposição do pavimento do passeio na Av. das Forças Armadas e colocação de lâ de vidro em diversos contadores. -----

----- Neste Sector e relativamente ao ano de 2005, salienta-se: aumento real de 584 novos consumidores, foram fornecidos à rede 2 691 984 m³ de água com as seguintes origens: ETA 2 105 904 m³; Sabariz 58 560 m³; Cova de Lua 400 800 m³ e Sabor 126 720 m³. A relação entre a água fornecida e facturada, evoluiu do ano de 2001 de 57,8% para 67,1%, um ganho de eficácia muito significativo. Os consumos globais subiram de 348 842 m³ de 2001 para 2006, de 2004 para 2005 verificou-se uma diminuição de 191 070 m³. -----

----- Relativamente à área rural destacam-se os trabalhos: nas Aldeias de Vila Meã – execução de furo e Santa Comba de Rossas – ligação da água ao Lar. Está em estudo para decisão nas próximas semanas, a aplicação extensiva de tarifário, de modo a reduzir os consumos nas redes das aldeias, única forma de garantir o fornecimento de água para todos, em especial em períodos de seca prolongada como a que se verifica e que no corrente ano poderá ser trazer problemas mais graves que no ano anterior. Esta decisão, que ocorrerá durante o mês de Março, tem sido discutida com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Mantemos em funcionamento um plano de contingência à semelhança do ano anterior e que será aplicado de forma gradual.-----

----- A Secção de Águas procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 135 processos; execução de novas ligações – 75; ligações de corte após pagamento – 62; substituição de contadores – 207; contadores abatidos – 123; contadores reparados – 154; fugas/reparações – 21; reparações escolas – 8; reparações em W.C. públicos/balneários – 7. -----

----- No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede – 5 situações de reparação/substituição de tampas e grelhas; execução de 144 trabalhos de desobstrução em colectores – 8 em rede predial e 136 em rede pública;

execução de 4 domicílios. No município temos algumas centenas de Km de redes de drenagem de esgotos instaladas e os problemas de limpeza e desobstrução tendem a aumentar pelo que os meios actuais respondem com muita dificuldade, pelo que estamos em fase de adquirir um camião adaptado para o serviço, com o qual pretendemos executar melhor e com mais baixo custo. -----

----- Foram ainda executados: substituição de colector de saneamento na Rua de Vale D'Álvaro; reparação de fugas na conduta da estação elevatória da Ponte do Sabor; execução/reparação de um troço de saneamento na aldeia de Sortes; em execução o levantamento da rede de saneamento (fossas/ETAR's) nas aldeias do Concelho. -----

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente -----

----- A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades concernentes à prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana. -----

----- A requalificação de espaços verdes e a oferta de utilização procura atingir o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e o meio biofísico de suporte. O uso de espécies vegetais adaptadas à Cidade e à estrutura urbana induz, no ano corrente, a um aumento em cerca de 12% do parque arbóreo, traduzindo-se em 6000 árvores. A oferta dos espaços verdes corresponde à utilização de 11,32 m²/hab., valor que caminha no sentido das exigências e orientações emanadas pela legislação europeia, 20m²/hab. -----

----- Durante o ano de 2006, a orientação para os serviços é de concentrar recursos na manutenção e requalificação de espaços existentes, com reposição de árvores e arbustos perdidos durante o ano de 2005, face à grave seca que ocorreu, o que obriga a aquisições superiores a 100 000 euros. A requalificação de alguns espaços e a execução de novos espaços está a ser conduzida no sentido de menores consumos de água. -----

----- A Cidade de Bragança conta já com 311.758m² de espaços verdes de utilização, sendo que 172.633m² de utilização formal e 139.125m² de utilização lúdica. -----

----- Os espaços verdes em regime de adjudicação à prestação de serviços de manutenção representa 52.77% da área total, com encargos económico-financeiros mensais para o Município de 7.045,80€, valor obtido em contrato a cinco anos, prestação muito baixa comparativamente ao custo médio dos serviços de administração directa. -----

----- No sector da manutenção urbana temos três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária. -----

----- No município, no sector de Resíduos Sólidos Urbanos, tem-se respondido de forma positiva ao desafio da valorização de resíduos, tendo no ano de 2005 apresentado um incremento, em relação ao ano de 2004, de 10%.-----

----- A recolha indiferenciada procurou igualmente atingir os indicadores definidos nas orientações europeias em 0.80 kg/hab./dia.-----

A capitação Kg/hab./dia atinge 1.19kg, correspondendo à produção da R.S.U em 15.094.84 ton/ano referente a 2005, sendo que 71,76% da produção da R.S.U cabe ao sistema urbano e respectivamente 28,24% ao sistema rural. O custo total da produção de serviços situa-se em 1.382.095,99€.-----

----- Através da implementação da Agenda 21 Local, a Autarquia de Bragança caminha para a implementação do Plano de Acção, 2ª fase e auditoria urbana. No Site do Município estará acessível a 1ª fase do processo relativo ao Diagnóstico.-----

----- No âmbito do projecto da Sinalização Urbana estão a ser tomadas medidas tendentes à aquisição de sinais de trânsito em cerca de 650 unidades, continuando gradualmente a implementação do Plano de Mobilidade. Na área da sinalização horizontal, foi executada uma extensão de 35km de pintura rodoviária nas estradas do município, com destaque para a estrada de ligação entre Varge e Rio de Onor, assegurando ao automobilista melhores condições de circulação, sob o ponto de vista da segurança rodoviária.-----

4.3 - Divisão de Transportes e Energia -----

----- No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semafóricos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.-----

Salienta-se que a produção de energia no ano de 2005, foi de 250 621,44 euros, uma redução de 49,78% relativamente ao ano de 2004, realçando o facto de em 2004 se ter registado já uma diminuição de 33,67% relativamente ao ano de 2003.-----

----- Apresentam-se a seguir alguns dados relativos ao mês de Dezembro de 2005, relativamente a: produção energética facturada - 73.094,10€; distância total percorrida pelas linhas do STUB - 31.436Km; gás natural utilizado no aquecimento das escolas EB1 do Concelho - 4.643,37€; gás natural utilizado no aquecimento dos diversos edifícios públicos camarários - 108.800,30€. Quanto aos consumos globais de energia eléctrica, envolvendo: sistemas de bombagem; escolas; outros edifícios e iluminação pública, o consumo global foi de 877.617,06 euros, registando-se uma diminuição de 8% nos consumos.-----

----- De salientar também que a nível dos transportes urbanos, está a ser implementado um novo sistema informático de gestão integrado, em resultado das alterações realizadas, consequência do aumento da frota e número de linhas. -----

----- Em Reunião de Câmara foram autorizadas: adjudicação da empreitada relativa ao concurso público para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização do auditório Paulo Quintela; adjudicação de serviço com vista à instalação da mini-hídrica do Fervença – estudo prévio de viabilidade, licenciamento e processo de candidatura de apoio à produção de energia eléctrica; adjudicação do fornecimento, remodelação e instalação das infra-estruturas eléctricas e de aquecimento nas escolas do Concelho de Bragança. -----

----- No âmbito da Divisão é assegurada a gestão da estação rodoviária, do Aeródromo Municipal, no qual foi instalada uma estação meteorológica automática e também a gestão dos parques de estacionamento. -----

5 - Outros assuntos -----

----- Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança – Parceria com vista à leccionação do curso de especialização tecnológica em Qualidade Ambiental. -----

----- Aprovada proposta de reconhecimento de Mérito Desportivo a João Carlos Martins Domingues, Campeão Nacional de Autocross - Divisão 1, cerimónia promovida em colaboração com o NAC – Nordeste Automóvel Clube, na qual foi entregue Diploma e Medalha de Mérito Desportivo. -----

----- Foi atribuído Público Louvor e Medalha de Mérito Municipal ao Bragançano, Professor Doutor Dionísio Afonso Gonçalves, como testemunho e reconhecimento pela dedicação e trabalho realizado em prol do crescimento e consolidação do Instituto Politécnico de Bragança e por essa via pelo desenvolvimento do concelho. A imposição será realizada na Sessão Solene da Assembleia Municipal, no mês de Abril. -----

----- Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia de Baçal – Cedência da Escola EB1 de Vale de Lamas à Junta de Freguesia para instalação de Centro de Convívio. -----

----- Reordenamento da rede escolar do 1.º Ciclo – a Câmara Municipal avaliou a comunicação da DREN, tendo em vista o encerramento de 33 escolas na área rural, tendo

encetado negociações com a DREN de modo a reduzir o n.º de escolas a encerrar, situação de que demos conhecimento às Juntas de Freguesia. A Senhora Ministra da Educação visitou no dia 10 do corrente mês a escola do 1.º Ciclo de Quintanilha, escola de acolhimento de 19 aldeias da zona nascente do concelho.-----

----- A Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território, enviamos uma comunicação dando conta da nossa discordância relativamente à anulação do contrato de elaboração do projecto de construção do Centro de Interpretação/ Sede do PNM, anulação erradamente decidida pelo Presidente do ICN.-----

----- No dia 14 de Janeiro a Câmara Municipal realizou uma recepção aos imigrantes, seguida de um espectáculo no teatro municipal.-----

----- Residências para estudantes do ensino não superior – Residência Calouste Gulbenkian e Residência da Estacada – a DREN propôs à Câmara a transferência para a tutela do Município. A Câmara deliberou não aceitar a proposta, tendo em conta que as residências continuam a cumprir um importante papel social ao servirem de residências de alojamento para estudantes vindos de concelhos próximos e cujas famílias encontram nesta solução uma garantia de bom acolhimento dos seus filhos.-----

----- Município de Bragança, 10 de Fevereiro de 2005-----

----- O Presidente da Câmara Municipal-----

----- Eng.º António Jorge Nunes-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. --

----- Senhores membros da Assembleia: Amílcar Pires, Luís Costa, Víctor Prada, Presidente da Junta de Espinhosela e José Luís Baltasar.-----

----- Amílcar Pires, por favor tem a palavra.-----

----- **Amílcar Pires** – Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Turma e Professor da Escola Emídio Garcia, Público, Comunicação Social, boa tarde para todos.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, quatro ou cinco pedidos de esclarecimento.-----

----- O primeiro é sobre a água. Soube que houve uma reunião entre os Autarcas de Trás os Montes e Alto Douro, através da sua Associação de Municípios, com a Águas de Portugal, onde os Autarcas manifestaram o seu descontentamento pela tarifa que serão obrigados a pagar de cinquenta e nove cêntimos por metro cúbico, creio eu, a água que é cedida em alta. --

----- É realmente uma tarifa exagerada, eu creio que deve ter havido alguma evolução, perguntava ao Senhor Presidente se houve. -----

----- Mas já agora que falamos em Águas de Portugal e ao mesmo tempo em Águas de Trás os Montes e Alto Douro, que é a designação que a empresa tem entre nós, eu perguntava-lhe se não sente que nós do Partido Socialista tínhamos razão na altura em que foi discutida a adesão da Câmara à Águas de Trás os Montes. Víamos aí alguma dificuldade, desde logo e até hoje não vimos que tivesse havido para o Concelho de Bragança qualquer benefício directo, entregamos o que tínhamos e parece-me que em troca, pelo menos que eu saiba, até hoje não recebemos nada. -----

----- Creio até que a Barragem de Montesinho continuará sem ter um bom encaminhamento no sentido de que se construa. E agora vem-nos também a questão do preço da água. Se os Municípios tiverem que pagar a água em alta a cinquenta e nove cêntimos o metro cúbico, com certeza que isso se irá reflectir no preço final do consumidor. Essa é a primeira questão. -----

----- A segunda questão são as escolas. Todos nós, hoje, na comunidade educativa, pais, professores, funcionários e os próprios alunos, sentem, como dizia, há pouco, o meu camarada Manuel Pires, a necessidade da socialização com os alunos, ou seja, não se justifica o funcionamento de escolas com um, dois, três, quatro, cinco, mesmo dez alunos. -----

----- Por força disso o Ministério da Educação está a elaborar a reorganização escolar e está a tentar fazê-la de acordo, ou por consenso pelo menos com as Autarquias, no sentido de evitar grande discussão. E tanto quanto sei a DREN, a Direcção Regional de Educação do Norte, tinha como objectivo praticamente aceitar as propostas que viessem dos Executivos Municipais. -----

----- No Concelho de Bragança gerou-se alguma polémica, a Comunicação Social chegou-lhe a chamar a guerra das escolas, que não foi guerra nenhuma, fruto de um pequeno atraso que a Câmara de Bragança teve para entregar a proposta que deveria ter entregue até quinze de Dezembro, como não entregou, os serviços locais do CAE avançaram com uma proposta e houve aí um pequeno desfasamento que deu origem e essa pseudo-guerra. -----

----- E aí eu perguntava, Senhor Presidente da Câmara qual foi a razão desse atraso, dado que se tivesse entregue a proposta em devido tempo, tal como agora à posteriori já houve consenso com a DREN, está tudo pacificado, em vez de fecharem trinta e três escolas só fecham trinta e uma, que era a proposta da Câmara, está tudo aceite, até pacificamente. Mas,

eu, além de perguntar qual é a razão do atraso que houve e que deu origem a essa discussão, queria deixar não só à Câmara mas agora a todos uma pequena interpelação. -----

----- Eu próprio sinto a necessidade de proceder a essa reorganização, a esse encerramento de escolas. Mas o problema que a mim me aflige está a montante. -----

----- É que temos vindo, de alguns anos a esta parte, assistindo ao encerramento de cada vez mais escolas, agora já ficamos com onze ou doze, daqui a três ou quatro anos ficaremos com quatro ou cinco escolas, no limite, se calhar, ficamos só com a escola da Cidade de Bragança e depois no limite não sei se até essa desaparecerá, ou seja, há todo um fenómeno de despovoamento, de desertificação a que ninguém quer por cobro. -----

----- Senhor Presidente da Câmara não seria útil e atempado elaborar um fórum de discussão intermunicipal na AMTAD, na Associação Nacional de Municípios, com o Governo, no sentido de ver o que é necessário e possível fazer para evitar todo este despovoamento a que estamos a assistir. Essa é a questão que deixo. -----

----- Depois, sobre o Museu da CP. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com a Administração da CP, no sentido de ver o que é que há que fazer ao pouco património que a CP deixou em Bragança. Há meia dúzia de peças que ali estão armazenadas, mas o espaço é tão pouco que não permite a sua exposição. E parece-me que a CP pretendia que a Câmara construísse um pavilhão, um edifício que tivesse área suficiente para expor aquelas peças. E se a Câmara o não fizer, acho que a CP ameaça que leva, senão todo, pelo menos outra boa parte do que cá temos. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, o que é que há de concreto sobre isso? -----

----- Depois sobre a área social, há muito tempo que o Partido Socialista vem dizendo à Câmara que em Bragança é necessário que se construa habitação social para a população carenciada em geral, mas também para as minorias étnicas, eu estou-me a lembrar que as condições em que vivem a etnia cigana em Bragança envergonha-nos a todos. Todos nós devemos sentir vergonha das condições em que eles vivem. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, ultimamente, ou pelo menos para este mandato, parece estar sensível ao fenómeno e fala já até, aqui no Estado e Vida do Município que vai iniciar os estudos conducentes ao lançamento do programa da Habitação Social. -----

----- Que tipo de programa é esse Senhor Presidente e qual é o universo de famílias que irá ficar abrangido. -----

----- Os nossos Vereadores na Câmara fizeram já algumas propostas nessa matéria, e tanto quanto sei, quer a Segurança Social, quer a Pastoral dos Ciganos, em concreto, estão disponíveis para ser parceiros da Câmara num qualquer desses programas e ajudar a procurar o financiamento. -----

----- Por último, a iluminação do Polis. O Polis é uma área lindíssima com que a Cidade de Bragança ficou depois das obras, mas desde sempre alertamos que a iluminação era muito deficitária, muito pouca. Quem passeia pelo POLIS, hoje, à noite, já são poucos, que aquilo tem condições mínimas de iluminação, sente que além de ser pouca, há muitos candeeiros que não têm luz nenhuma, ou se fundiram as lâmpadas ou se avariou o sistema de iluminação e eu perguntava Senhor Presidente, para quando a reposição da iluminação, pelo menos nestes candeeiros que estão fundidos? -----

----- Obrigada a todos. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa por favor. -----

----- **Luís Costa** – Muito boas tardes. -----

----- Eu tenho aqui só quatro ou cinco perguntas muito rápidas, neste período, que gostaria que, por não estarem bem explícitas ou mesmo ausentes do Estado e Vida do Município que apresentou o Senhor Presidente, gostaríamos que fossem respondidas dentro do possível. -----

----- A primeira, está relacionada com a terra onde vivo, portanto com Gimonde. Gostaria de saber se há ou não acordo para a ETAR, de facto, ser deslocada do sítio para onde estava programada ser, e ser deslocada para oitocentos metros mais abaixo, como nós e a população também a preconizávamos, e se há, de facto, acordo também para o IPJ construir no sítio onde era para ter ficado a ETAR, nos seus terrenos, portanto nos terrenos do IPJ, um parque de lazer. -----

----- Outra questão que gostaríamos de ver esclarecida é, não muito longe daqui, ou seja, aqui mesmo ao lado, este terreno ao lado do Teatro. O Teatro se considerarmos e bem, como um dos Ex-Libris de Bragança, temos aqui ao lado este terreno que continua sem destino ao que parece, portanto desfigurando esta bela obra. Nós perguntamos quais são as perspectivas para ele, o que é que o Senhor Presidente da Câmara, o que é que a Direcção da Câmara pretende fazer para a urbanização deste espaço aqui ao lado. Urbanização, portanto compreende-se que seja espaço verde, seja o que for, achamos é que assim, possivelmente, não poderá ficar, ou pelo menos fica muito feio se continuar assim. -----

----- Outro dos pontos que continuamos a insistir e insistiremos sempre até que nos seja respondido, é na parte da distribuição das verbas para as Juntas de Freguesia. Quais foram os critérios que foram usados para a distribuição dessas mesmas verbas? Se é que existem alguns...Portanto gostaríamos de saber se foi por grau de importância, se por número de eleitores, se foi por obra a fazer, portanto continuamos a pugnar por uma resposta que não nos

tem sido dada ao longo destes anos, mas qual é o critério de distribuição das verbas pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Outra questão, é que perguntamos o que é que andam a fazer os trabalhadores da Câmara Municipal de Bragança a tapar as juntas junto aos passeios da Avenida Abade de Baçal, nomeadamente. Nós pensamos que quando se manda asfaltar ou quando se faz algum trabalho, seja de introdução de condutas de gás, etc., são coisas que têm sido aqui ventiladas, que esses trabalhos devem ser adjudicados, pensamos nós, à empresa a quem esses trabalhos são adjudicados, se a Câmara já paga a esses empreiteiros para fazerem isso, portanto isso estará dentro do custo da obra, não têm que ser depois a expensas próprias da Câmara -----

----- E aproveitamos para perguntar também, que moda é esta agora de taparem alguns buracos feitos para se meterem condutas de gás ou outras nalgumas avenidas da nossa Cidade com paralelo em vez de ser com alcatrão. Portanto se é remedeio, se é para ficar assim, ou se é alguma obra de engenharia nova que nós desconheçamos.-----

----- E por fim, a última pergunta é, e relacionada também com o problema da água ou da falta dela, da barragem de Gostei, que continua com fugas, continua praticamente e constantemente vazia, desaproveitando os escassos caudais que temos ao nosso dispor, portanto continua com fugas. O que é que ali acontece, há má gestão da parte de quem, o que é preciso fazer para se colmatar de facto e se por a funcionar aquilo como deve ser. -----

----- Tenho dito.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, há mais três inscritos para pedidos de esclarecimento. O Senhor Presidente quer responder em conjunto, no fim?-----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, faça favor.-----

----- **Vítor Prada** – Muito boa tarde a todos.-----

----- Uma saudação muito especial aos alunos da Escola Secundária Emídio Garcia e ao seu professor, pela insistência pela positiva com que, praticamente todas as sessões, nos tem brindado com a sua presença. Muito obrigado. Porque é assim que se educa para a cidadania.

----- Umas simples perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, muito rápidas.-----

----- Começo pelo imposto municipal sobre imóveis. Eu ouvi na Comunicação Social, ontem, salvo erro foi ontem, que o Senhor Presidente de Câmara tinha prometido, na campanha eleitoral, que se iria debruçar sobre o assunto, e queria alterar, de certeza, a taxa demasiado elevada que está a vigorar neste momento. Eu pergunto Senhor Presidente, quando é que

efectivamente essa taxa é alterada, porque me parece que há cidadãos que estão, e de que maneira, a ser lesados. -----

----- Outra pergunta, Senhor Presidente, ainda relacionada com imóveis, a requalificação. Há um imposto sobre a requalificação de imóveis, de edifícios, e eu sugeria ao Senhor Presidente de Câmara se era possível alterar o Regulamento e na Zona Histórica da Cidade, nomeadamente na zona envolvente ao Castelo de Bragança, se era possível, à semelhança do que acontece noutras cidades, se era possível efectivamente acabar, para esta zona, com o imposto. É uma pergunta que eu deixo, qual é a disposição do Senhor Presidente da Câmara?

----- Por outro lado também, Senhor Presidente, eu queria perguntar ao Senhor Presidente, diz aqui na Estado e Vida do Município, que iria apoiar as comissões de menores. Eu gostava de saber qual é este tipo de apoio ou que tipos de apoios o Senhor Presidente de Câmara está disponível para efectivamente dar a essa dita comissão. Quais são os apoios concretamente? Porque eu, devido às minhas funções institucionais tive ontem uma reunião com essa dita Comissão de Menores do Concelho de Bragança e uma das coisas, além de carpir outras coisa, mas uma das coisas que efectivamente eles estão a dizer é que necessitam urgentemente de pessoal técnico qualificado.-----

----- Qual é, no fundo, a abertura da Câmara? -----

----- Eu faço aqui um parêntesis. Desde já, eu critico a posição do Governo deste País em que diz que, só a partir de cento e cinquenta menores de atendimento é que lhes é dado um técnico. Como vêem nós temos essa abertura de espírito, eu critico isso. Eu acho que desde que haja um menor em risco que isso só por si justifica sempre a presença de um técnico. -----

----- E por outro lado para terminar, muito rapidamente. Senhor Presidente, eu ouvi dizer, também não tenho a certeza sobre isto, que a Direcção Regional de Agricultura que iria lançar um programa de recuperação de represas. E já que estamos a falar de política da água, Senhor Presidente, não seria de equacionar realmente a recuperação, não digo de todas, mas pelo menos de algumas represas do Sabor ou mesmo dali do Baçeiro, para efectivamente reter água, já que o problema da água é tão premente. -----

----- São estas questões que eu deixo no ar Senhor Presidente.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Baltasar tem a palavra.-----

----- **José Baltasar** – Senhor Presidente da Assembleia, digníssimos elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- Dentro deste ponto que estamos a tratar – Estado e Vida do Município – eu fico com algumas preocupações, quando ao ler a descrição do Senhor Presidente da Câmara, fala em muitos aspectos, dos quais eu me congratulo em saber ao pormenor como é que foram feitos, mas há um sector que não se vê falar nada acerca dele e dá ideia que não nos toca de perto, que é o sector agrícola. -----

----- Ainda que possa parecer reincidente, mas a mim parece-me que anda relacionado com a situação de retirar as crianças das aldeias, não se fala nada daquilo que devem fazer os pais das crianças das aldeias. -----

----- Ora bem, se nós não pensarmos nessa situação que está antes, ou que suporta, portanto, as nossas crianças das aldeias, nós ficamos sem saber muito bem como é que o desenvolvimento económico do Município é entendido neste sector pelo Presidente da Câmara. -----

----- A minha questão é esta, será que pode ou não pode a Câmara também dar uma atenção mais especial, uma vez que e como vimos da parte da manhã, o Governo dá ideia que já abandonou a agricultura, para mim é quase assim que a entendo, mas nós que vivemos num meio essencialmente rural, a Câmara dá-me ideia que tem que ter uma atenção especial para este sector. O que é que a Câmara pode efectivamente fazer sobre isto, é esta a questão que eu deixo aqui.-----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela, tem a palavra para um pedido de esclarecimentos. -----

----- **Hélder Rodrigues** – Muito boa tarde. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Deputados, colegas Presidentes de Junta, Emídio Garcia, bem-vindos.-----

----- Eu queria dizer o seguinte, na positiva, ao senhor Presidente da Câmara. Sei que já está adjudicado o saneamento de Espinhosela e por isso tenho de me congratular com Vossa Excelência. Já temos o Projecto que Vossa Excelência mandou elaborar, de Terroso. Eu só queria saber, de facto, quando será iniciado o saneamento de Espinhosela, e quando haverá oportunidade de lançar o de Terroso e depois a seguir, os projectos de Vilarinho e de Cova de Lua. Portanto, fico muito contente o termos que avançar já com esse projecto de Espinhosela.

----- Bom, quanto aos alunos das escolas de acolhimento, das escolas primárias, eu congratulo-me o irem para Espinhosela. -----

----- Primeiro - Centro de Dia; segundo - Posto Médico; terceiro - Sede da Junta que está a ser construída a dez metros; quarto - a Câmara Municipal, penso que não foi por casualidade que fez uma intervenção no ano passado na Escola Primária e que de facto veio a dar frutos. E mais, é que quando eu pressionei o Senhor Presidenta da Câmara para fazer a Sede da Junta na Escola Primária, o Senhor Presidente, é verdade, disse-me “Hélder se calhar no futuro nunca se sabe o que vem ...”, e veio! -----

----- Penúltimo, queria dizer aos Senhores Presidentes de Junta que se se concretizar o que está previsto, da área que vão para Espinhosela, eu tenho que fazer uma reunião com eles! Vai haver gastos! -----

----- Senhor Presidente, por último, também fiquei muito contente quando vejo a estrada de Cova de Lua a Soutelo. Fiquei muito contente. Se Vossa Excelência me puder dizer quando pode ser lançada eu agradecia. -----

----- Porque é assim, que esta Assembleia fique a saber, é que o autocarro passa em Cova de Lua, chega ao cruzamento de Soutelo e Carragosa, mas de Soutelo, vai para trás a Soutelo, buscar os estudantes, e vem para trás. Se for por Cova de Lua a estrada, matamos duas lebres com um cajato só. Primeiro, as pessoas idosas e miúdos têm que vir de Cova de Lua à Senhora da Hera. E assim o autocarro chegaria a Cova de Lua e iria para Soutelo e não voltaria para trás. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Membro da Assembleia Domingos Seca, faz favor. -----

----- **Domingos Seca** – Em primeiro lugar boa tarde a todos. -----

----- Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social. -----

----- Senhor Presidente da Câmara eu só queria fazer aqui um reparo, que julgo que realmente pode não ser culpa sua, mas para que tenha conhecimento. -----

----- A estrada de Paradinha Nova esteve vários anos para levar um tapete, não há duvida que agora levou tapete, mas há meses que levou o tapete e as bermas estão uma miséria. -----

----- É uma estrada relativamente estreita, e nessa estrada para passarem dois automóveis um deles tem que parar para passar o outro. Quando há autocarros, a mim já me aconteceu várias vezes, parei. Portanto, se a pessoa for um bocadinho mais lançada, um deles vai para a berma. Eu só queria que o Senhor Presidente da Câmara tivesse em atenção isto, ou com o

empreiteiro, ou com a Câmara, que visse, até lá puseram morros de terra de um lado, que nunca espalharam e que está por concluir. -----

----- Era isto o essencial que eu queria dizer. -----

----- No caso das Escolas, meus Senhores, cada um puxa a brasa à sua sardinha. Mas eu aqui concordo com uma concentração de alunos. E concordo por isto, porque eu tenho tido alunos, sou uma aldeia pequena mas, se calhar, tenho mais alunos nos postos de ensino que muitas aldeias grandes. -----

----- Segundo me parece e se a memória não me engana, tenho quinze ou dezasseis alunos desde a primária ao secundário e ao IPB. E há alunos da minha terra que têm tido até agora, passavam por cinco ou sei postos, ou por cinco ou seis localidades, ou por cinco ou seis professores, até chegar ao IPB. Passaram da pré para a primária, da primária para a telescola, da telescola para o ciclo, do ciclo para a secundária, e depois ainda vinham para Bragança e depois é que iam para uma escola superior. Ora isto não está com nada. Estes garotos, o que é que se faz deles, qual é o desenvolvimento destes miúdos? Portanto, eu neste aspecto concordo que os garotos estejam concentrados e que tenham condições, professores e condições para eles poderem desenvolver a sua vida no futuro. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara tem então agora a palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos feitos. -----

----- **Presidente da Câmara** – Senhor Deputado Amílcar Pires - Se o PS teve razão ou não relativamente à construção do Sistema, eu acho que não se pode confundir a estratégia com os pormenores da implementação. Acho que a constituição de um Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi decidido de forma estratégica e bem decidido e bem apoiado pela Câmara Municipal de Bragança e pela Assembleia. -----

----- Os pormenores relacionados com o melhor funcionamento do sistema, evidentemente que nos preocupam, quer à Câmara de Bragança, quer aos restantes Municípios, e esse processo para ser corrigido tem se ser objecto de decisões de política nacional também. -----

----- Tive oportunidade de participar em alguns painéis tendo em vista a preparação do “Programa Norte 2015”, e nessa área específica, na área dos sistemas ambientais, tive a oportunidade de referir algumas das preocupações fundamentais, uma delas, tem a ver com os tarifários. -----

----- É necessário aproximar os tarifários a nível nacional. Percebemos que não será fácil criar um tarifário único, diria mesmo que seria impossível porque as áreas metropolitanas não o aceitam, mas o Governo tem obrigação de fazer um exercício de coesão a nível nacional, criando um tarifário ou um instrumento equivalente, que aproxime mais os valores dos vários sistemas ou sub sistemas, no sentido de crescer um bocadinho o tarifário nos sistemas das áreas metropolitanas, que são as áreas dos grandes consumidores, para poder baixar nas áreas dos sistemas mais frágeis em termos dos consumidores. -----

----- Esse exercício é um exercício de política nacional, está a ser equacionado e pensamos que surgirá legislação, proximamente. -----

----- Continuo a dizer sim, acho que foi uma boa política a criação desses sistemas, precisam de ser melhorados, com legislação de âmbito nacional. Só assim é que podem verificar-se evoluções. -----

----- A questão da desertificação é uma questão de vontade política, da Administração Central. -----

----- A Câmara Municipal faz o que pode, e não tem feito pouco, nos últimos anos, no sentido de criar melhores condições de vida e bem estar nas nossas aldeias. -----

----- Temos uma rede de estradas que não tem comparação com o que era há oito anos, nem no estado de conservação, nem na dimensão da própria rede. -----

----- Temos mais população servida de infra-estruturas de saneamento básico. -----

----- Temos as aldeias mais qualificadas, não há tantas ruas em lama, ou praticamente já não há, como havia há oito anos. -----

----- Há mais centros de convívio, mais Sedes de Juntas de Freguesia, houve investimentos em várias áreas no sector rural. A Câmara Municipal não consegue na área da actividade económica, supera a ausência de políticas de âmbito nacional. -----

----- Se a agricultura for considerada como um sector estratégico de economia por parte do Governo, certamente que adoptará políticas tendentes a reanimar a actividade económica nessa área, a fixar população, a combater o declínio demográfico, portanto isso envolve decisões que estão para além da competência, da atribuição e da capacidade do Município. ----

----- Questão da CP - Ninguém leva, certamente, nenhum do material armazenado. A Dr.^a Rosa Gomes que é a responsável do Sector Museológico da CP a nível nacional ficou de entregar, há muito tempo, um plano de organização do equipamento que está armazenado e retido e para efeitos de exposição no edifício que foi mantido e conservado na zona da antiga estação ferroviária. -----

----- O acordo com a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos para a construção de um parque de lazer e recreio na zona de Gimonde e a relação que se tem com a estação de

tratamento de águas residuais, há um acordo de princípios, ainda não há nada em concreto no papel, nem há ainda identificação de nenhum processo ou forma como o espaço pode ser usado dentro desse princípio, e é em sede dessa avaliação que serão verificadas quais as possibilidades de conciliar a permanência da Estação de Tratamento de Esgotos, beneficiando esse projecto ou de ter que a deslocalizar com investimentos maiores. É em sede dessa avaliação e dessa parceria que esse processo vai ser tratado. -----

----- Terreno colocado ao lado do Teatro - Há prioridades no investimento, o terreno foi adquirido pela Câmara que fez investimentos significativos para disponibilizar esse espaço no sentido de libertar a área envolvente a sul do teatro, das antigas construções em ruína, aí existentes. -----

----- Inicialmente previa-se para esse espaço, a construção de um bloco de habitação, a Câmara desistiu dessa ideia, mandou elaborar um estudo prévio à equipe do projecto que fez o arranjo urbanístico de toda esta zona e prevê-se que venha a ser um espaço predominantemente utilizado como um espaço de estar, de lazer, com algum aproveitamento comercial. Para todos os efeitos, não é uma prioridade, há outras prioridades no investimento, importante é que o terreno está livre, está disponível e é municipal. -----

----- As distribuições de verbas para as juntas de Freguesia, têm naturalmente os critérios inerentes ao número de eleitores, à área e aos respectivos projectos. -----

----- Tapamento de juntas na Avenida Abade de Baçal e Avenida das Cantarias – sobre essas obras as empresas construtoras já não têm responsabilidade, foram construídas há muitos anos, os períodos de garantia foram ultrapassados. O que a Câmara fez foi proceder à colmatação, das juntas no asfalto para diminuir as infiltrações na sub-base e reduzir os danos, não mais do que isso, não está pois a substituir-se às responsabilidades de nenhuma empresa. -----

----- A colocação de paralelo em zonas pontuais da cidade em vez da colocação de asfalto - Não é possível neste momento colocar tapete, aquilo que exigimos às empresas é que nas zonas de travessias, as zonas mais sensíveis coloquem transitoriamente um pavimento em paralelo, que depois será retirado para repor o pavimento nas condições iniciais, quando as condições climatéricas o permitirem. -----

----- Barragem de Gostei - Tivemos oportunidade de alertar em reunião da Sub-Comissão da Seca, os respectivos responsáveis, o INAG e a Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes e Alto Douro para a situação em que a barragem se encontrava e penso que deverão estar a actuar dentro em breve. -----

----- Questão do IMI - Penso ter existido uma confusão, não ouvi as declarações da Brigantia, terei referido que no ano 2006 é o ano em que a CNAPU faz a avaliação do processo tendente a eventuais alterações. E essa competência não é da Câmara, é da CNAPU. E disse, feita

essa avaliação, na qual a Câmara pretendes também dar o seu contributo, vamos fazê-lo segunda feira, por escrito junto do Delegado da Associação Nacional de Municípios Portugueses que reúne na terça feira na CNAPU para esse efeito. Vamos fazer chegar alguns contributos.-----

----- A Assembleia ficou de fazer algum trabalho de casa para poder dar o seu contributo. ---

----- Feita a avaliação, a nível nacional, pela CNAPU, a Câmara estará em condições para em 2007 ponderar com mais informação qual o tipo de decisão que deve tomar relativamente às taxas. Penso que era essa a leitura que devia ter sido feita.-----

----- Comissão de Protecção de Menores - É verdade que o Governo contratou centena e meia de técnicos, a nível nacional, para apoiar as Comissões de Protecção de Jovens em Risco. Não o fez para as zonas de menor densidade populacional, o caso de Bragança, prejudicando o atendimento às crianças em risco. -----

----- A Câmara disponibiliza os meios que tem, o espaço de trabalho e atendimento, os meios técnicos que tem, assistente social, sociólogo e não pode fazer mais do que isso. Nem pode contratar mais pessoas. Vamos ter dois estágios profissionais, que têm outras áreas de preocupação, designadamente a área de habitação social. A Câmara Municipal não pode contratar mais técnicos, o Governo sim, deveria rever a atitude que tomou contratando mais técnicos para apoiar as comissões de protecção de jovens em risco, e não discriminar mais uma vez de forma negativa as regiões do interior.-----

----- É importante que o governo ajude, aumentando os meios, ou então a Segurança Social tentar disponibilizar mais meios, assegurando as suas responsabilidades no processo. -----

----- Quanto à recuperação de represas, trata-se de um projecto que poderá surgir por via da Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes e Alto Douro, que esperamos se mantenha em Mirandela. Trata-se de possíveis projectos para o próximo QCA, não há assim, neste momento nenhum programa a que a Câmara se pode candidatar. Quando houver abertura de candidaturas a Câmara estará presente certamente. -----

----- Paradinha Nova - A estrada não está concluída, falta o enchimento das bermas, antes da empreitada fechar, seguramente estará tudo arrumado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Abriamos então inscrições para intervir neste período. -----
----- Senhor membro da Assembleia Paula e Lídio Correia. -----
----- Tem, desde já, a palavra o senhor membro da Assembleia Fernando Paula, faz favor.-----

----- **Fernando Paula – Apresentou, por escrito, o seguinte:** -----

----- Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, ilustres Alunos da Escola Emídio Garcia, Comunicação Social, caros Colegas. -----

----- “As recentes iniciativas de alguns dirigentes e Presidentes de Câmara do PSD, movidas por interesses alheios à vontade das populações que os elegeram e, certamente, pela irreprimível tentação da demagogia populista, lançaram a confusão e alguma intriga de que os órgãos da comunicação social regional deram algum eco. -----

----- Pelo teor das mesmas, pela falta de seriedade com que os seus interlocutores procuraram manobrar a opinião das populações e ainda pelo dever de respeitar e fazer respeitar os mais dignos compromissos estabelecidos com o eleitorado é que o PS/Bragança vem repor, com a serenidade e a convicção das suas opções, aquilo que nos parece merecer o comentário e o cotejo político adequados. -----

----- Assim:-----

----- 1. Foi nos Governos do PSD, quer sob a liderança de Cavaco Silva quer, mais tarde, sob a liderança de Durão Barroso, que Serviços Públicos foram encerrados, esvaziados ou transferidos, dos quais destacamos os seguintes:-----

----- a. Direcção Comercial dos CTT; (*o Senhor Presidente da Câmara, certamente se lembrará, quando o seu amigo Dr. Maurício era o responsável*) -----

----- b. Delegação Regional da RTP;-----

----- c. Inspeção das Actividades Económicas;-----

----- d. Esvaziamento do CAE (Centro de Área Educativa);-----

----- e. Abolição de parte dos Benefícios Fiscais à Interioridade;-----

----- f. Encerramento da PSP em Torre de Moncorvo e Macedo de Cavaleiros;-----

----- g. Perda de poder de decisão, a favor do Porto, dos organismos desconcentrados do Estado (*Entre outros, Saúde e Segurança Social*); -----

----- h. Extinção da Delegação dos Serviços Consulares; -----

----- 2. Em nenhum Governo do Partido Socialista foram, nem serão, encerrados ou transferidos Serviços Públicos, antes pelo contrário, foram criadas novas plataformas descentralizadas de que destacamos: -----

----- a. Direcção Comercial dos CTT, que abrangia uma vasta região do Norte e que fazia movimentar em Bragança toda a coordenação dos serviços regionais da área comercial da empresa;-----

----- b. Delegação da RTP que promovia diariamente um serviço noticioso regional e garantia a cobertura para o país de todas as informações e eventos que, no quadro de um serviço público de televisão, mereciam chegar ao conhecimento dos telespectadores;-----

----- c. Foi ainda no Governo do Partido Socialista que foram criados os Benefícios Fiscais à interioridade que, na altura, constituíam o primeiro suporte de um pacote mais amplo que visava a criação de condições de atracção para a localização de empresas no interior do país, de acordo com o objectivo superior de uma maior e mais ampla coesão territorial.-----

----- 3. Este Governo, liderado pelo Eng. José Sócrates, iniciou funções executivas há pouco mais de 10 meses. Os seus desígnios estão na base da convergência entre a extrema necessidade de equilibrar as Finanças Públicas e as políticas de desenvolvimento económico e de coesão social e territorial que possam fazer voltar Portugal à convergência com a economia da U.E..-----

----- Neste domínio, no que tem a ver com o interior do país e particularmente com o distrito de Bragança, salientamos, a título de exemplo, os compromissos assumidos na área das acessibilidades, que aqui reiteramos:-----

----- a. Construção da auto-estrada entre Quintanilha e Amarante;-----

----- b. Construção dos troços do IP2 no distrito de Bragança, cujo concurso deverá ser lançado até ao final deste ano;-----

----- c. Continuação da construção do IC5 nos troços situados no distrito de Bragança.-----

----- 4. Em relação às recentes medidas tomadas no âmbito do Ministério da Saúde, de transformar os Hospitais S.A. em Estabelecimentos Públicos Empresariais, foi criado o Centro Hospitalar do Nordeste que integra os Hospitais Distritais de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, concedendo-lhe a mesma importância, em termos de qualificação da entidade, dos Centros Hospitalares de Lisboa e do Porto. A medida visa a racionalização dos meios e a qualificação dos cuidados de saúde à população, únicos objectivos da atitude política do Ministério em relação ao sector da saúde;-----

----- 5. Não colhem, portanto, as afirmações gratuitas, irresponsáveis e incendiárias dos dirigentes políticos do PSD, particularmente nas pessoas do Presidente da Comissão Política Distrital (Dr. Adão Silva) e dos Presidentes das Câmaras de Mirandela e Bragança, respectivamente Dr. Silvano e Eng. Nunes. A atitude do Governo de cancelar a obra de 45

milhões de euros no Hospital de Bragança tem a ver, tão só e apenas, com o facto de a gestão pública ser aferida por critérios de rigor, exigência e respeito pelo esforço dos contribuintes. Quem pensa que fazer instalações para Hospitais ou Centros de Saúde resolve os problemas da saúde tem como exemplo caricato o novo Centro de Saúde de Vimioso, que possui mais gabinetes para médicos do que aqueles que alguma vez poderão existir e vários espaços sem qualquer ocupação ou utilidade reconhecida. Estas opções revelam desprezo pelo dinheiro dos contribuintes, desbragamento e uma irresponsabilidade política que não pode ser escamoteada; -----

----- 6. O PS não encerrará nenhuma maternidade, nem sequer qualquer serviço de urgência. Não vale a pena ao PPD/PSD montar-se em cima de um qualquer "Cavalo de Tróia" para disputar uma guerra contra um "inimigo" que não existe. Pena é que no tempo em que foram retirados os serviços públicos ao nosso distrito ninguém tenha visto, nem ouvido, o PPD/PSD ou seja, o Eng.^o Jorge Nunes, Dr. Silvano e o Dr. Adão Silva a encabeçarem uma luta pela defesa dos interesses dos nordestinos;-----

----- 7. O PS/Bragança tem da política e das suas iniciativas uma profunda convicção de que só com ética e com respeito pelos compromissos assumidos se pode credibilizar e responsabilizar o mandato conferido pelo povo aos seus eleitos. Por isso não cede, nem nunca cederá, a qualquer tipo de "chincana" política que procure instrumentalizar, sabe-se lá, submetida a que interesses e objectivos. Por nós o único pacto que assumimos é com Bragança e com os transmontanos. -----

----- 8. Bem recentemente, este governo criou e já está a funcionar, com sede na cidade de Mirandela um novo Serviço Público - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica -. Este serviço trás de novo ao nosso distrito a Inspeção-Geral das Actividades Económicas (*retiradas pelo PPD/PSD*)-----

----- 9. Perguntamos ao Eng.^o Jorge Nunes porque no passado não convocou a população de Bragança para ser ouvida sobre os diversos elefantes brancos que nasceram na cidade de Bragança e de sua autoria, aí sim, e que tinha toda a lógica auscultar a população e não agir como eu quero posso e mando. -----

----- Tenho dito. -----

----- Bragança, 17 de Fevereiro de 2006 -----

----- Fernando Paula"-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia. Deixe-me confessar-lhe que tive de ler duas vezes que estávamos no ponto Estado e Vida do Município, porque tive dificuldade em me colocar lá. Mas muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, por favor, tem a palavra. -----

----- **Lídio Correia** – Então boa tarde a todos. Permitam-me uma saudação especial aos jovens que aqui estão e dizer-lhes que é com prazer, pelo menos pela parte da CDU, que os vemos aqui, porque efectivamente isto será um dos muitos locais onde se vai exercendo a Democracia. Dizer-vos também que a Democracia se não for defendida por vocês jovens, estará efectivamente em perigo, porque quando vos encaminham a todos vocês para contratos de trabalho a termo, quando vos encaminham para o desemprego, não se está de certeza absoluta a cumprir a democracia. -----

----- E dito isto, dizer também à Assembleia que afinal podemos estar descansados. De facto é verdade que foi nos tempos do PSD que a esmagadora maioria dos serviços foram embora, nomeadamente o Presidente eleito, que pela calada da noite mandou retirar, com auxílio da GNR as máquinas do comboio. -----

----- Tudo isto é verdade, e também tudo isto é verdade, e também é verdade que de facto os sucessivos Governos que vieram depois envidaram todos os esforços no sentido de esses serviços regressarem. Claro está que como já não havia comboio não puderam chegar a tempo e neste momento já não os temos, não é? De qualquer das formas temos o compromisso de que vamos ter “n” coisas, eu congratulo-me que efectivamente por esses compromissos, só que, sabem uma coisa, eu já ando nestas coisas há muitos anos, já sou muito velho, e de facto só ver para crer, porque enquanto não vir podem ter a certeza absoluta que não acredito nada, porque já ouvi o PS, já ouvi o PSD reiteradamente prometerem a mesma coisa e o seu contrário conforme estão no Governo ou conforme estão na oposição e têm sido eles que ao longo destes trinta anos têm contribuído para a desertificação absoluta deste Nordeste, atenção. -----

----- Quanto ao Estado e Vida do Município, eu, e penso que isto também faz parte do Estado e Vida do Município, mas, e para ser muito mais rápido, eu tinha aqui algumas duas ou três coisas que tinha alinhavado, e começo por estranhar de facto o teor deste Estado e Vida do Município, aliás como já os anteriores e dá-me a sensação que o Senhor Presidente tem andado a mandar fazer o Estado e Vida do Município a alguém que não tem entendido muito bem as suas orientações. Efectivamente eles têm vindo a perder qualidade de sessão para sessão. Portanto acho que deveríamos voltar ao tempo em que o Estado e Vida do Município tinha efectivamente alguma qualidade ou então terá que pedir aos seus assessores que se preparem melhor e que sejam interpretes daquilo que o Senhor pretende dizer aqui. -----

----- Algumas das questões que aqui estão, de facto acho que não têm razão nenhuma sequer daqui estar, quer dizer, eu começo logo por ter aqui... eu acho que este Estado e Vida

do Município tem uma falta de clareza, logo à partida, em termos do limite temporal. Eu não sei bem se isto é a seguir à última Assembleia, ou se isto vem já desde há oitos anos que o Senhor Presidente da Câmara é Presidente. -----

----- Já foi aqui dito mais uma vez e mais uma vez não foi respondido, por exemplo, qual é o critério de transferência das verbas para as Juntas de Freguesia, sendo que as Junta de Freguesia da cidade nomeadamente a Junta de Freguesia da Sé, leva o grosso do bolo, e gostaríamos efectivamente de saber quais são os critérios, como gostaríamos de saber quais são os critérios, por exemplo, para a comparticipação das várias Associações. -----

----- Eu, quando vejo, por exemplo, aqui, que o NERBA recebeu, eu não tenho nada contra esta Associação nomeadamente, muito pelo contrário, mas quando vejo, por exemplo, que o NERBA recebeu para a realização da Norçaça trinta e quatro mil trezentos e trinta e quatro euros e oitenta e seis centímos (34 334, 86 €) eu pergunto, então porque é que só se financiam estas e não se financiam outras, há aqui qualquer coisa que... acho que há, como sempre, uma falta de critérios sobre isso. -----

----- Eu diria também que, face àquilo que aqui está escrito, nós dispensaremos, a partir de agora, a agenda cultural porque efectivamente aquilo que está aqui é tudo aquilo que veio expresso na agenda cultural, que foi profusamente distribuída por aí fora, portanto não haverá necessidade de ela estar aqui. -----

----- Mas há aqui uma coisa, por exemplo, que me mete uma confusão muito grande e que diz assim: “na área social foram iniciados os estudos tendo em vista o lançamento de um programa de habitação social”, mas então isto não estava já feito, não estava já anunciado, não havia uma placa ali para aquela zona de Vale D` Álvaro a dizer que havia habitação social, etc, e só agora é que foram lançados e iniciados os estudos ou foram antes? É outra coisa...

----- **Lídio Correia** - Se estou errado peço desculpa. -----

----- Depois, aqui também nesta área social, há uma coisa que não entendi francamente, é que “a Autarquia suportará o alojamento e a alimentação destes alunos”. Depois tem “organização dos processos dos boletins de candidatura para habitações”, francamente acho que deve faltar aqui qualquer coisa, que eu não entendi minimamente o que é isto. -----

----- Agora chegamos à fase da planificação, e aqui é que eu acho que a porca torce o rabo, desculpem-me a expressão. -----

----- Anunciam-se aqui uma série de questões, grandes objectivos da requalificação urbana assente numa abordagem transversal, cobrindo todas as áreas que influenciam directa e

indirectamente o planeamento do espaço, desde o edificado e a sua relação com o não edificado, mobilidade, lazer, cultura, saúde e ambiente. Eu acho isso muitíssimo bem, eu gostava era de saber qual é a planificação, em que documentos é que se suporta efectivamente esta planificação. -----

----- Mais abaixo diz que foram licenciados dois mil duzentos e sessenta e sete fogos, e permitam-me dizer aqui uma coisa, nestes dois mil duzentos e sessenta e sete fogos, se cada um destes fogos for habitado por duas pessoas nós temos aqui cinco mil e tal pessoas, portanto aqui estaremos numa situação em que, cai por terra a teoria da desertificação do nordeste. Ou será que tudo o resto que está desertificado está tudo aqui na cidade? Ou será que não estão quantificadas aqui as casas que estão a ficar devolutas? -----

----- Também gostaria de saber se a Câmara sabe efectivamente quantas casas tem devolutas? -----

----- Mas mais grave, é que quando isto tudo estiver construído nós deixamos de ter necessidade do Plano de Urbanização e deixamos de ter necessidade da revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Se daqui a nada já não vamos ter gente, temos casas a construir, já há casas a mais, então não vale a pena, sequer, depois estarmos aqui a gastar dinheiro com o Plano de Urbanização, quando o Plano de Urbanização depois de tudo estar construído, depois de tudo estar feito já não vale a pena sequer estar a fazê-lo. -----

----- Depois, tenho aqui, já agora permita-me chegar a brasa à minha sardinha Senhor Presidente, eu gostaria entre as várias obras que aqui são elogiadas, também gostaria de saber para quando é que haverá obras de repavimentação e nos passeios no Bairro do Campelo. Eu pergunto isto todos os dias, é porque é o meu bairro, e de facto temos o Bairro do Campelo, que é o Bairro dos ricos, à parte de cima, que está perfeitamente estabilizado, e temos o bairro dos pobres, da parte de baixo, que efectivamente não tem ruas nem tem passeios e já era tempo de ter até porque eu, do meu ponto de vista, um Bairro muitíssimo bem traçado da cidade e que mereceria outro tratamento. -----

----- Depois, fala-se aqui na manutenção da rotunda da Avenida Abade de Baçal. Eu fazia aqui uma sugestão, Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Porquê não analisar a retirada do monumento ao 25 de Abril? Porque há gente que não gosta dele. Eu gosto. E como fui eu o autor da proposta para que se fizesse um monumento ao 25 de Abril, e como na altura sugeri que ele fosse colocado na Abade de Baçal, e constatando hoje que efectivamente aquele monumento ali não está, de facto, bem enquadrado, porquê não encarar a possibilidade de o transferir efectivamente para a rotunda da Avenida Abade de Baçal? -----

----- E depois gostaria que me explicassem o que é que é esta transferência de terras, distribuição, transporte de terras da aldeia de Lanção e entre Zamora e Milhão. Fiquei, francamente, sem saber. -----

----- Eu acabo, e haveria muitas questões que eu queria colocar, mas permitam-me só e peço a sua compreensão, Senhor Presidente, para que eu consiga dizer só duas palavras sobre educação e desculpem-me na Assembleia se eu não for muito preciso nos termos, porque eu ainda andei na escola primária, nem sequer andei num jardim de infância e portanto posso de vez em quando não saber os termos técnicos actuais, mas é assim. -----

----- Uma miudinha de Lagomar, que é a única, teve que ser transferida para a escola de Oleiros. Durante um determinado período de tempo, essa miúda, porque só tinha aulas de manhã, saía de casa de manhã e vinha almoçar a casa quando acabavam as aulas. -----

----- Mas porque a Senhora Ministra da Educação, bem ou mal, não estou para discutir isso aqui, agora, até porque, se calhar, não tenho esse conhecimento, resolveu que a Escola tinha que estar aberta o dia inteiro e então essa menina que sai de Lagomar de manhã, vai a Oleiros à Escola, vem um táxi a Oleiros, que portanto a escola passou a abrir da parte de tarde, e vem um táxi a Oleiros buscá-la, leva-a a Espinhosela a almoçar, espera pela menina enquanto ela almoça e depois vem para Oleiros e à tarde vem trazê-la a Lagomar. -----

----- Para quem anda para aqui a defender, e eu peço desculpa a todos vocês, mas quem fala na socialização das crianças, eu digo-vos uma coisa, esta criança deve ter cá uma socialização do raio! -----

----- Por outro lado, quando se fala na socialização e no juntar e nos transportes e isso, eu só coloco a seguinte questão, quer a quem defende tudo isto, quer ao Senhor Presidente da Câmara, que é o seguinte. O Governo pode ter legislado no que se refere à questão dos transportes das crianças em termos da segurança nos transportes, mas há uma coisa que eu penso que não salvaguardou, quem acompanha estas crianças nos transportes? -----

----- Eu a única coisa que sei é que, neste momento, as crianças são transportadas de um lado para o outro, o vigilante e quem trata deles é um motorista de táxi, que leva como já aqui foi dito não sei quantos, são os indivíduos que vão nos autocarros, porque até agora nunca vi ninguém responsável onde quer que fosse, por essas crianças. E isto sim é grave meus amigos. É que durante o trajecto para a escola as crianças têm que efectivamente ser acompanhadas por quem de direito e por um técnico que sai efectivamente aqui de cada aldeia. -----

----- Muito obrigado e desculpem. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais inscrições, não sei se o Senhor Presidente da Câmara pretende ainda, neste ponto, ter alguma intervenção? -----

----- Faça favor Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra -----

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.-----

----- De forma sintética responder às duas questões. -----

----- Primeira ao Senhor deputado Fernando Paula - Evidentemente que quem julga a acção do Presidente da Câmara são os cidadãos e fá-lo de quatro em quatro anos. Fê-lo recentemente de forma muito expressiva relativamente à acção e à actividade da Câmara Municipal. -----

----- Eleições Autárquicas daqui a quatro anos, que é quando voltam a repetir-se, são as regras da Democracia. -----

----- É inquestionável que a Câmara de Bragança tem tido uma atitude reivindicativa, uma atitude exigente, e só isso lhe permitiu fazer a obra que está à vista dos cidadãos e que foi positivamente reconhecida, não fosse essa atitude e certamente que os resultados seriam diferentes. -----

----- A qualidade da informação prestada sobre o Estado e Vida do Município, o Estado e Vida do Município reporta-se, esta e em todas as Assembleias, ao período que medeia entre a última Assembleia e a Assembleia que é executada, portanto é essa a informação sobre a actividade Municipal. Nós não podemos inventar actividade nem trocar a actividade, e portanto nessa perspectiva, esta intervenção sobre o Estado e Vida do Município, considero que, se lida com atenção, tem informação muito importante para os Senhores deputados. Tem informação importante em várias áreas, que é útil de certo, tive o cuidado de resto, de garantir a inclusão dessa informação para que os Senhores deputados acompanhem, de uma forma melhor o Estado e a Vida do Município. -----

----- Há problemas com o reordenamento da rede escolar. Problemas com transportes, problemas com pessoal, problemas com alimentação, entre outros, além dos problemas do desenvolvimento rural e da desertificação, esses são estruturais e são bem mais importantes até do que este. Mas estes existem e é preciso pensar neles. -----

----- Os Presidentes de Câmara do Distrito elaboraram um documento que apresentaram à Senhora Ministra aquando da sua vinda a Bragança, em que fizeram um conjunto de exigências. -----

----- Tudo o que diz respeito a pessoal auxiliar necessário para acompanhar os alunos durante o tempo de almoço e noutros momentos, esse pessoal auxiliar de acção educativa tem que ser assegurado com verbas vindas do Ministério.-----

----- O acompanhamento nos transportes é uma matéria complexa, para a qual não foram ainda dadas orientações. -----

----- Evidentemente que não pode ser a Câmara Municipal a contratar pessoal para acompanhar os alunos nos transportes, aumentar os funcionários não parece ser a solução. ---

----- Por outro lado há outra realidade presente, é que quando for aberto o processo de transportes públicos no Distrito para o próximo ano lectivo, nas condições actuais os transportadores não vão ter condições para responder, ao transporte. Nem têm transportes adequados, em número suficiente para que isso aconteça., porque é um transporte em simultâneo, em muitas localidades. -----

----- Portanto há problemas que têm que ser equacionados, que envolvem custos muito elevados, muito significativos, e a Autarquia não pode responder sistematicamente no âmbito da parcela das despesas, sem ter contrapartidas financeiras e essas compete ao Governo disponibilizá-las. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Terminado o Ponto 4.1 da Ordem do Dia, nos termos do ponto 3.º da proposta da Câmara Municipal que foi aprovada na Assembleia Municipal de 19 de Dezembro, foi agendado o ponto 4.2 para análise da situação e definição de procedimentos, conforme estava nesse ponto terceiro da proposta da Câmara, e para análise das matérias relativas ao Hospital Distrital de Bragança. Dado que houve sequências à deliberação tomada na Assembleia Municipal, eu penso e dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder informar a Assembleia de quais foram as respostas obtidas à deliberação que houve na Assembleia, sob proposta da Câmara. -----

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa...-----

----- Nós estamos no -----

PONTO 4.2- ANÁLISE DA SITUAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS, CONFORME PREVISTO NO PONTO 3º. DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL APRESENTADA E APROVADA NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.-----

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal na sequência da última deliberação da Assembleia enviou a Sua Excelência o Primeiro Ministro, o documento que foi aprovado, ao Senhor Ministro da Saúde e às demais entidades relativamente às quais existia recomendação. Ao enviar o documento pedi simultaneamente uma audiência, o Senhor Primeiro Ministro respondeu que tinha enviado o processo para o Gabinete do Senhor Ministro, da Saúde, no sentido de que a situação fosse ponderada. A resposta do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro foi a seguinte: -----

----- Na presença da carta que Vossa Excelência solicita uma audiência para abordar questões relacionadas com a modernização do Hospital Distrital de Bragança, encarrega-me o Senhor Primeiro Ministro Engenheiro José Sócrates de sugerir um contacto sobre a matéria em apreço junto do Ministério da Saúde a quem foi transmitido o conteúdo desta mensagem. ---

----- Da parte do Ministério da Saúde houve uma resposta que já é conhecida de alguns dos Senhores deputados, em que diz, e vou sintetizar, qual é a apreciação do Senhor Ministro da Saúde: -----

----- “1 - Tive ocasião de trocar impressões de forma livre e tranquila com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança há cerca de um mês.-----

----- 2 - Anunciei então a solução técnica e política que o Ministério tinha preparado. -----

----- 3 - Essa solução foi imediatamente aplicada quanto à criação do Centro Hospitalar, e acrescentar uma dotação adicional de cinco milhões de euros ao seu capital social para fazer face à primeira fase das obras do Hospital Distrital de Bragança, o Governo cumpriu rigorosamente o prometido. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tem todo o direito de discordar mas não é possível ao Governo rever a sua decisão dada a circunstância de nada ter alterado, nestes termos dada a sempre presente limitação de tempo e o elevado custo de oportunidades de novos contactos directos não parece recomendável que o Governo volte a contactar a nível Central o Senhor Presidente da Câmara, sem embargo de continuarem todos os contactos regulares e sempre úteis com o Senhor Governador Civil, com o Senhor Presidente da ARS Norte. -----

----- Estarei disponível para voltar a encontrar o Senhor Presidente da Câmara Municipal no segundo semestre do corrente”. -----

----- O Essencial é isso. O resto foi já discutido com os líderes dos Grupos Parlamentares. Demos sequência à orientação da Assembleia Municipal.-----

----- Fez-se entretanto uma sessão com cidadãos no sentido de alertar e discutir aspectos relacionados com a saúde no Concelho e no Distrito, sempre intervindo de uma forma positiva. O contacto com o Senhor Primeiro Ministro foi feito nessa lógica, e será sempre assim. Recentemente voltei a estabelecer outro contacto escrito, e estou a preparar resposta ao

Senhor Ministro da Saúde relativamente a esta comunicação, fá-lo-ei também com sentido positivo, também com sentido de firmeza tendo presente que o Presidente da Câmara representa legitimamente os cidadãos do seu Concelho e democraticamente, tem legitimidade como tem o Governo.-----

----- No essencial é isso, portanto, a Câmara desenvolve e tem desenvolvido uma postura positiva, entendemos que há um assunto relevante e importante que deve unir os cidadãos, deve unir os eleitos naquilo que é estratégico, a discussão à volta da forma como se consegue obter as coisas no sentido do interesse público pode ser diferente, agora quando se trata de sintetizar sobre matéria fundamental e relevante, eu acho que particularmente nós os eleitos não devemos deixar de ter presente sempre e em primeiro lugar o interesse público em detrimento do interesse pessoal ou político partidário. É essa a orientação que a Câmara tem tido sempre, em todas as questões, e também nesta iremos manter essa orientação, mantendo presente e de forma firme, frontal e correcta, a atitude de defesa dos justos interesses dos cidadãos de Bragança. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Vamos registar os pedidos de inscrição para intervenções sobre esta matéria. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires, Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, Senhor membro da Assembleia Luís Vale, Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, Senhor membro da Assembleia Luís Filipe.-----

----- Vamos então reler, peço ao Senhor Secretário da Assembleia para reler as inscrições, seguidas. Faça o favor. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Tenho aqui uma lista enorme. Eu vou ler o nome das pessoas de que tomei nota, se alguma ficou de fora agradecia que me dissessem. -----

----- Luís Pires, Lídio Correia, Luís Vale, Vítor Prada, José Lourenço, Luís Afonso, Luís Filipe e Fernando Paula. -----

----- Não sei se houve alguma que me passou. -----

----- Parece que não. -----

----- **Presidente da Mesa** - Bom, tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia Luís Pires, faz favor. -----

----- **Luís Pires** – Bom, uma muito boa tarde a todos. Eu gostaria de fazer aqui uma pequena intervenção que inicia ou vai tentar iniciar pela definição, que acho que não ficou muito clara,

na última Assembleia, por parte da posição do Partido Socialista, farei uma elevação sobre aquilo que nós achamos e concretizarei com uma proposta concreta. -----

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Relativamente à questão da saúde no concelho de Bragança, e às posições tomadas pelo grupo municipal do PS, permitam-me, em nome do grupo municipal, tecer os seguintes considerandos:-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem afirmado publicamente a necessidade de convergência de esforços em prol de benefícios para o colectivo. Posição também manifesta na última assembleia onde o Senhor Presidente refere concretamente que:” *Acho que a proposta procura unir vontades, tem um texto que não agride ninguém politicamente, houve essa preocupação, para juntar esforços, por se tratar de um problema que diz respeito a todos os cidadãos, à melhoria dos cuidados de saúde” no nosso Concelho e também indirectamente no nosso Distrito.*— Retirado da acta de 19/20 Dezembro. -----

----- Pois bem, Senhor Presidente permita-me que lhe refira que só podemos concordar em parte com as suas palavras, uma vez que a *intenção pela* concretização dessa vontade não foi implementada de forma consequente. O esforço pela união de vontades não foi conseguido, uma vez que se tentou passar a mensagem de que o Partido Socialista, *de uma maneira encapuçada*, quer a decadência dos serviços de saúde em Bragança, apresentando-se como um factor de inércia no objectivo de conseguir melhores serviços e melhores cuidados e qualidade de saúde para as populações concelhias. Esta mensagem subtil, não converge com a preocupação de unir e não agredir politicamente. Parece-nos uma *pequena e leve* canelada!!

----- Dissecando a mensagem do documento distribuído *pela Assembleia Municipal* aos munícipes, este sustenta um conjunto de premissas que, *quanto a mim*, não são adequadas, ou porque erróneas, ou porque desactualizadas e consequentemente indutoras de ruído *num tema importante*.-----

----- É nossa convicção que se partiu de uma estratégia errada – Mandar elaborar um projecto de modernização e ampliação que custou mais de um vírgula dois milhões de Euros e cujo valor global de investimento foi estimado em cerca de quarenta milhões de Euros, *dados que estavam na última acta*, não é realista face aos tempos que se vivem. -----

----- Com base em alguns documentos de acesso público é possível concluir-se que a construção de um hospital de raiz com capacidade aproximada à prevista para o de Bragança é de cinquenta a sessenta milhões de euros (Hospital de Lamego)...Logo, pensando apenas na componente financeira da grandeza em questão, valerá a pena requalificar? *A nós e numa primeira impressão e à data da última Assembleia não nos parece que isso seja verdade!* -----

----- Lê-se também no documento "Inscrever em planos de investimento da Administração Central nos anos de 2001 a 2003 verbas adequadas ao lançamento dos trabalhos no terreno"; **Inscreveram-se estas verbas? Que consequências tiveram? Não vimos também, aparentemente, nada.**-----

----- Lê-se ainda "Concurso da primeira fase dos trabalhos de obra de construção civil com um valor estimado de 25 milhões de Euros" – **Que miragem é esta? Porque esse valor nunca chegou a ter consequência.**-----

----- Contrariamente a estas alegorias, o Governo PS transferiu esta semana, e são dados recentes que eu tenho, para o Centro Hospitalar do Nordeste 25 milhões de euros, portanto referentes ao seu capital social, que permitem dar início às obras, o que indicia claramente uma atitude concreta diferente da tomada por executivos anteriores.-----

----- Refira-se também que dado que em 31 de Dezembro de 2005 o Centro Hospitalar do Nordeste era já uma realidade, o ponto 4 da comunicação realizada aos municípios enferma de actualidade, e mantendo a mesma coerência e responsabilidade de então, deveria o Sr. Presidente da Câmara proceder no sentido de averiguar quais os pressupostos que estão em cima da mesa relativamente ao Centro Hospitalar do Nordeste.-----

----- O ponto cinco, do mesmo documento refere a seco, com vincada e propositada ambiguidade, que à reunião entre Administração do Hospital Distrital de Bragança e do Director Clínico, dos membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal e do Presidente da Câmara Municipal, o representante do PS informou sobre a decisão de não comparecer. Parece que seria adequado e ajustado divulgar que a não comparência não teve por base divergências formais sobre a diligência, mas sim de índole funcional.-----

----- Finalmente, já tinha dito também ao Senhor Presidente da Câmara, que não podemos concordar com as afirmações do Senhor Presidente da Câmara ao jornal Mensageiro de Bragança, onde diz, relativamente ao grupo municipal do Partido Socialista: "Deviam nesta matéria ter uma posição muito clara, já que na Assembleia não a tomaram, o que prejudicou o futuro do distrito"!!-----

----- Nesta matéria Senhor Presidente, permita-nos dois apontamentos:-----

----- 1 – A posição do Partido Socialista foi clara, como se pode comprovar das declarações de voto dos elementos da bancada do PS, consubstanciados pelo que pude ler, pelas declarações de elementos da bancada do PSD.-----

----- 2 – O ponto dois vai no sentido de refutar a ideia de que a posição do Partido Socialista prejudica claramente o futuro do distrito. *Isso, quanto a nós, não é verdade.* Nunca entendi que racionalidade, responsabilidade e ponderabilidade fossem sinónimos de prejuízo para o que quer que seja.-----

----- *Permitam-me uma graça, mas prejudicial para o distrito é a longa-metragem que acontece no seio do PSD distrital, que consagra o duelo entre os Presidentes das Câmaras de Bragança e de Mirandela. Mas isto é um aparte que me permite fazer.*-----

----- Mas para que não permaneçam duvidas, o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar bem vincado que:-----

----- *Na nossa óptica, a gastar 40 milhões de Euros na reestruturação de um edifício, somos claramente pela construção de um Novo Hospital para Bragança, enquadrado, obviamente, nas necessidades que a regulamentação do novo Centro hospitalar do Nordeste pressupõe. É preciso ter essa realidade em conta.*-----

----- A solução a adoptar para o futuro deverá considerar o plano estratégico inerente à criação do Centro Hospitalar do Nordeste, pelo que deverá haver a abertura e flexibilidade suficiente para permitir ao governo tomar as decisões mais ajustadas e tecnicamente sustentadas, tendo presente que este demonstrou da sua parte interesse na resolução do problema claramente patenteado pelo conjunto de obras que *vão iniciar-se brevemente* e que passamos a listar:-----

----- Consulta externa;-----

----- Serviços administrativos;-----

----- Obras de reformulação profunda para a Administração;-----

----- Central térmica; *deslocalização daquele ponto*;-----

----- Remodelação dos pisos 1, 2, 3, e 4, ao nível do internamento;-----

----- Laboratório de análises clínicas;-----

----- Bloco operatório (mais duas salas);-----

----- Entre outros”...-----

----- Com base nisto e para terminar, eu apresentava um documento que tem no topo a designação de Moção, e que diz o seguinte, e vou ler isto com bastante calma.-----

“MOÇÃO

----- Na sequência das mudanças na saúde, protagonizadas pelo governo no nosso concelho, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe:-----

----- 1. Reiterar e reafirmar, convictamente, da necessidade de iniciar imediatamente as obras do Hospital de Bragança, que face ao estado de degradação em que se encontra o tornam pouco funcional, quer para funcionários, quer para utentes.-----

----- 2. O dito no ponto anterior, nunca poderá constituir obstáculo nem desculpa para a elaboração de um estudo técnico sério que possibilite a viabilização de construção de um novo Hospital em Bragança, se essa for a solução. -----

----- 3. Propomos, urgentemente, um debate ou outra forma de esclarecimento, promovido pela Assembleia Municipal de Bragança, com a participação indispensável das autoridades competentes na matéria, a fim de, de uma forma séria, isenta e independente esclarecer quer os membros desta Assembleia quer os Municípios.-----

Enviar ao Gabinete do Primeiro-Ministro com conhecimento ao Gabinete do Ministro da Saúde e aos grupos parlamentares da Assembleia da República”.-----

Bragança, 17 de Fevereiro de 2006.-----

Luís Carlos Magalhães Pires -----

----- Era só. Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Bom, isto é uma moção, não é obrigatório que seja discutida e votada imediatamente, o que não seria o caso se fosse um requerimento, e atendendo à natureza da matéria, eu penso que é útil ouvir primeiro todas as contribuições, sem prejuízo de uma moção que é apresentada no devido momento, tem todo o direito de ser especificamente discutida e especificamente votada. Neste contexto eu dava a palavra ao Senhor membro da Assembleia Lídio Correia. Faz favor. -----

----- **Lídio Correia** – E é isto assim geralmente onde queríamos chegar...temos andado todo dia a ver se chegávamos aqui.-----

----- Bom, relativamente a esta questão do Hospital, Centro Hospitalar, eu na altura da discussão da proposta, pois terei oportunidade se me for possível de fazer alguns pedidos de esclarecimento relativamente a esta proposta e portanto, relativamente a toda esta situação de Centro Hospitalar, de Hospital, de obras, de Hospital Novo. -----

----- Eu começaria por dividir isto em três partes. -----

----- A primeira tem que ver com a reunião que houve aqui neste Teatro, em que de alguma forma, digamos, a Câmara “convocou” a população. E eu ponho isto entre aspas por uma razão simples. Eu acho que, aquela reunião Senhor Presidente, deveria ter tido o envolvimento da Assembleia Municipal, até porque desde o início o Senhor Presidente pediu à Assembleia

Municipal a sua presença e não lhe foi regateada e portanto até aqui também ela deveria ter estado. -----

----- Provavelmente também, a assistência que aqui esteve de utentes, eventualmente, dos serviços de saúde, poderia ter sido outra. Podia ter sido quase a mesma assistência, a assistência que aqui esteve é a prova de que quando se quer se conseguem mobilizar pessoas, mas poderíamos eventualmente até ter tido aqui, em vez daqueles utentes que já sabiam, e já todos nós sabíamos qual é que era, e qual é o estado, até porque ele faz parte da nossa vida, infelizmente temos que ir ao hospital, qual é o estado do Hospital. Poderíamos ter tido aqui eventualmente, por exemplo, a maioria das pessoas que estiveram no 10 de Junho, que também enchiam este Teatro. A maioria das pessoas que estiveram, por exemplo, quando foi da reunião do Conselho de Ministros em Bragança, também conseguiam encher este Teatro, porque são esses efectivamente os responsáveis do estado a que chegou esta situação e a situação da saúde neste Concelho e neste Distrito. Portanto provavelmente deveriam ser esses a ter sido convocados. -----

----- Depois, eu considero que o envolvimento disto, desta reunião, mesmo assim, não foi o mais correcto. E não foi o mais correcto nomeadamente quando se aprovou, ou quando se disse que tinha sido aprovado um documento que nem sequer foi colocado à votação, nem à consideração das pessoas que aqui estavam presentes, e esse documento deveria ter sido, tinha muito mais força, mais, teria tido muito mais força esta reunião que houve aqui, se tivessem sido convidados inclusivamente algumas das entidades responsáveis pela saúde. -----

----- E, por exemplo, do nosso ponto de vista CDU, é incompreensível que nomeadamente o ponto 3 seja quase, se é que não é *ipsis verbis*, aquilo que por exemplo dizia o Representante das Instituições Privadas de Solidariedade Social. Porque para nós o cumprimento do Serviço Nacional de Saúde e por conseguinte o cumprimento da Constituição, faz-se a partir do momento em que o Estado cumpre as suas obrigações e não pela intervenção de qualquer entidade privada seja IPSS ou outra qualquer. O Estado é que tem obrigação, de acordo com a Constituição, de efectivamente de garantir a saúde das pessoas. -----

----- Depois, e a parte mais grossa desta questão, é efectivamente a correspondência trocada entre a Câmara de Bragança, o Senhor Primeiro Ministro e o Senhor Ministro da Saúde. Devo dizer-vos que esta carta é, do nosso ponto de vista, algo de absolutamente inaceitável num estado democrático. É uma carta eeporrenta, sobranceira, sem o mínimo de humildade democrática! Esta carta não se escreve a ninguém. Mais, esta carta é uma falta de respeito pelas pessoas todas do Nordeste. Mais, quando se diz e se envia ao Presidente da Câmara que o que tiver a tratar, que vá tratar com o Governador Civil, está-se a dizer, desculpem o termo, uma aldrabice! O Ministro não tem o direito de outorgar ao Governador Civil o que quer

que seja. Não tem autoridade para isso e o Governador Civil não tem atribuições mínimas para decidir do que quer que seja e muito menos decidir de obras ou de construção de um Hospital novo. E aquilo que efectivamente nós temos na prática é que:-----

----- 1 – O Primeiro Ministro recusou-se a receber o Presidente da Câmara de Bragança. Não é de certeza absoluta do Partido Comunista Português, e eu não estou aqui não sou advogado de defesa dele, agora a verdade é que se recusou a receber a entidade que efectivamente representa, gostemos ou não, queiramos ou não, representa o Concelho de Bragança. Por sua vez o Ministro é absolutamente malcriado na resposta que dá ao Senhor Presidente da Câmara. Isto para dizer que nós congratulamo-nos pela posição que o Partido Socialista vem a tomar neste momento relativamente à construção de um Hospital novo, porque recordo que em dois mil e quatro, se não estou em erro, em Julho de dois mil e quatro, nós propusemos a todas as forças políticas, nós CDU, mais propriamente a Comissão Concelhia do Partido Comunista Português, propôs a todas as forças políticas a discussão, de se sim ou não deveria haver um hospital novo. -----

----- E, se bem me recordo, nenhum dos partidos esteve de acordo connosco. -----

----- Eu folgo, porque o Partido Socialista, de facto, agora que está no Governo, tenha evoluído nesta situação, lamento é que na altura o não tenha feito e nem sequer tenha crido discutir a situação, nomeadamente através do Presidente da Federação Distrital, salvo erro, que é assim que se chama, que achou que isso que era algo que vinha dos Comunista, e pura e simplesmente nem sequer tinha razão para ser discutido. -----

----- Agora há aqui uma outra questão, eu votarei, a CDU votará a construção de um hospital novo, nunca a votaremos se não houver aqui a calendarização de um hospital novo. Essa é que não.-----

----- Por outro lado, foi dito e reafirmado aqui por alguém que eu julgo que será insuspeito, porque as outras pessoas que estiveram no painel, quando foi aqui nesta reunião, ainda poderia eventualmente merecer alguma suspeição, nomeadamente por parte do Partido Socialista que tem alguma ligação ao PSD, penso que por parte do Dr. Arnaldo, por exemplo, não haveria e penso que por outro lado também , que aquilo que nos foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração aquando da visita da Assembleia Municipal lá, disse que o hospital estava em ruptura. -----

----- O Dr. Arnaldo disse aqui que isto já não vai lá com remendos e portanto não vale a pena andarmos aqui a tentar tapar o sol com a peneira. -----

----- E portanto, a questão do hospital é algo que nos deve fazer pensar a todos e que nos deve deixar das questiúnculas partidárias. -----

----- Os dois actores principais desta questão e eu digo-lhes os nomes, que é o Senhor Engenheiro Mota Andrade e o Sr. Dr. Adão e Silva, faziam-nos um grande favor se saíssem de cena! Faziam-nos um favor se deixassem as suas tricas políticas e pessoais, e que deixassem a população de Bragança e do Nordeste resolver o problema. Porque a questão é mais séria e ultrapassa todos os problemas que entre os dois possam existir e todo o protagonismo que qualquer um deles queira ter. Isto para falar claro e bom som e para não andarmos aqui com subterfúgios relativamente a estas questões. -----

----- E portanto, penso que é uma falácia virem-nos dizer que com cinco milhões de euros resolvem o problema do Hospital. Isto porque foi-nos dito por toda a gente que aquilo não tinha remédio se não for com uma intervenção profunda. Uma intervenção profunda não se faz com isso. -----

----- É óbvio que o Senhor Ministro deixa a porta aberta aqui, através de uma primeira fase que será assim, *o Governo cumpriu rigorosamente o prometido*. Numa primeira fase será assim. Nós entendemos que eventualmente haverá uma outra fase, portanto estaremos de acordo com as obras. -----

----- Agora queremos saber é qual é o âmbito das obras e isto leva-me de facto à terceira parte desta questão, que é a questão do Centro Hospitalar. -----

----- Quando aqui se falou, não sei qual é a garantia, mas que há vinte e cinco milhões de euros para o Hospital Distrital de Bragança, eu queria saber é, para o Hospital de Bragança ou é para o Centro Hospitalar? Primeira questão. -----

----- Em segundo lugar, se são vinte e cinco milhões de euros, eu não percebo porque é que no Diário da República de vinte e nove de Dezembro de dois mil e cinco, está aqui o anexo 2º do Decreto Lei 233/2005 que cria os centros hospitalares, está lá que o capital é de trinta e quatro milhões novecentos e quarenta mil euros (34 940 000€). Então falta o resto... -----

..... -----

----- **Lídio Correia** - Ai já lá estava! Ah! Está bem. -----

----- Então, continuando a falar do Centro Hospitalar, a minha dúvida mantém-se, ainda não vi, não sei onde está. E continuando a falar do Centro Hospitalar, eu queria chamar a atenção de todos para uma questão que é a seguinte. -----

----- O Governo e o Senhor Ministro já conseguiram uma coisa, pelo menos por os utentes, ou pelo menos os Centros Hospitalares, ou as localidades onde estão instalados os Hospitais, os que constituem centros hospitalares, já se conseguiram por à bulha uns com os outros. -----

----- Eu chamo a atenção de que a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros aprovou recentemente, e esteve aí na Comunicação Social, um documento de trabalho – Comissão de Acompanhamento da Reforma da Saúde – e eu aqui faço uma chamada, nós nem sequer, e esta é para o Senhor Presidente da Câmara, nós nem sequer um Conselho Municipal de Saúde temos constituído e deveríamos tê-lo há muito tempo.-----

----- Mas a verdade é que o que está escrito neste documento, que foi feito, cuja autoria penso que todos nós sabemos de quem foi, porque basta lembra-nos de quem foi o ex-Secretário de Estado da Saúde e basta lembrar-nos quem é o Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, para sabermos de quem é a autoria deste documento. E este documento que aqui está reivindica, porque já se pegou com o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, e diz: vantagens para o Distrito da manutenção e reforço das valências existentes no Hospital de Macedo de Cavaleiros – urgência médico-cirúrgica, nós temos todas as condições dizem eles. Macedo de Cavaleiros diz “tem uma centralidade privilegiada”, fisioterapia e medicina de reabilitação também têm todas as condições. Tem uma série de questões que eu digo assim, nós é que efectivamente e têm todo o direito de o fazer atenção, nós é que efectivamente estamos aqui no centro, ficamos no centro e temos tudo isto aqui. -----

----- Ora bem, esta é que é a grande questão que nós temos que discutir meus amigos. Ou efectivamente temos obras de fundo calendarizadas como deve ser, ou então, eu queria só chamar a atenção para este ponto, pedir aos membros dos partidos, quer do PS, quer do PSD, alguma contenção e deixem-se de atirar bolinhas de ping pong uns para os outros, porque vocês são todos responsáveis por esta história, para conseguirmos chegar a qualquer lado, ou então efectivamente nós não sabemos onde é que iremos parar com isto tudo. -----

----- E eu tenho uma proposta que vou ler-vos, que considero também que não podemos tomar qualquer tipo de decisão sem sabermos o que é que o Centro Hospitalar, quais são as suas atribuições, que é que vai fazer a cada um dos Hospitais. Nós temos que saber isto. O que é que vai acontecer porque isto decorre da Lei e o Senhor Ministro diz que quem vai decidir vai ser o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, das atribuições e das condições de cada um dos hospitais. -----

----- Mas não nos esqueçamos, Bragança é a Capital de Distrito, e das duas uma, ou tem um Hospital de referência, ou tem um Hospital que efectivamente, passo a expressão, se sobreponha aos outros, ou efectivamente nós havemos de ficar para trás e a culpa meus senhores há-de ser de vocês todos que se deixam enredar nas directivas e, desculpem-me o termo, mas vão de acordo com aquilo que os vosso directórios partidários vos dizem e de

acordo com os interesses de protagonismo da maior parte dos dirigentes distritais que aqui têm. -

----- Eu deixo na Mesa da Assembleia, depois destes considerandos todos ao abrigo da Lei, o seguinte:

“PROPOSTA

----- Considerando que com a criação do Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E., Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro, e por delegação do Ministro da Saúde, compete ao Conselho de Administração **“aprovar os objectivos e estratégias dos 3 hospitais”**, que consistirá, na prática, em regulamentar as atribuições e competências dos hospitais (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela).

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 17 de Fevereiro de 2006, decide:--

----- 1. Mandatar a Mesa da Assembleia para diligenciar no sentido da realização de uma reunião da Comissão Permanente com o Conselho de Administração para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar.

----- Bragança, 17 de Fevereiro de 2006.

----- Os eleitos da CDU:

a) Lídio Alberto Correia e Luís dos Santos Costa”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Dentro do mesmo princípio que utilizamos para a moção do Partido Socialista... ..

.....

----- **Presidente da Mesa** - Não estamos ainda a discutir as propostas e as moções.

.....

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, a moção do Partido Socialista deu entrada, ela será discutida, a proposta da CDU... ..

.....

----- **Presidente da Mesa** – Ah! Um pedido de esclarecimento a este orador. Faça o favor o membro do Partido Socialista, o Senhor deputado Vieira. -----

----- **António Vieira** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados, muito boa tarde a todos. -----

----- Eu só venho aqui pedir e dar um esclarecimento a um amigo – Lúcio Correia – que, relativamente ao Capital Social de que falou, de trinta e quatro milhões, quase trinta e cinco milhões, passa-se o seguinte: -----

----- O Hospital, há três anos, que era o Hospital Distrital de Bragança SA, nessa altura veio um capital social de nove milhões novecentos e oitenta mil euros, e esta semana chegou o restante, mais vinte e cinco milhões, o que perfaz esse total de capital social. -----

----- É evidente que o capital social destes trinta e cinco milhões é para o Centro Hospitalar, não é para a unidade exclusivamente do Hospital de Bragança. -----

----- E acrescento mais, as obras, portanto esta semana vi o projecto elaborado pelo Senhor Arquitecto Tavares da Costa, portanto um conceituado Arquitecto, o pavilhão da consulta externa que estava previsto ser um pavilhão pré-fabricado, já vai ser uma obra de raiz, vão ter início já no início do mês de Junho. Era isso que eu queria esclarecer. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado em vez de fazer um pedido de esclarecimento procurou esclarecer.

----- Chamo o Senhor Deputado Luís Vale. Faz favor. -----

----- **Luís Vale** – Boa tarde a todos. -----

----- De alguma forma, utilizando aquilo que foi aconselhado na reunião da Comissão Permanente, no último dia 15, na quarta-feira, utilizando de alguma contenção e bom senso, num espírito de consenso, passo a redundância, queria dizer o seguinte: -----

----- Tendo em conta os cenários que estão previstos ou que, muito provavelmente, irão acontecer, reafirmo que defendemos a construção de uma nova unidade hospitalar em Bragança, sem qualquer relação, ou independentemente de haver Centro Hospitalar ou não, neste caso, que à partida haverá. -----

----- A leitura que fazemos e todo este processo e da documentação conhecida, assim como das últimas tomadas de posição do actual Governo, nomeadamente do Senhor Ministro da Saúde, com conhecimento do próprio Primeiro Ministro, é que nada, e digo isto na esperança de estar enganado, irá ser alterado. E por mais ou menos que façamos, a decisão está tomada.

Provavelmente o jogo do empurra aqui e noutras instâncias irá continuar.-----
----- No que nos diz respeito a nós, ao Bloco de Esquerda, continuaremos atentos e positivamente participativos de forma a que seja a população de Bragança e sempre eles, os últimos beneficiários de todo este processo. -----
----- Relativamente à resolução que só agora, há uns minutos atrás, tive conhecimento, à resolução que saiu da última reunião da Comissão Permanente, e imbuído nesse pressuposto do consenso, confirmo a nossa concordância. Agora também gostava de dizer, e aí concordo com as comunicações anteriores, que devemos ter em atenção sempre o calendário e o prazo de execução dessas mesmas obras. -----
----- Obrigado.-----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado.-----
----- Chamo o Senhor membro da Assembleia Vítor Prada. -----

..... -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Senhor Dr. Lourenço, faz favor.-----

----- **José Rodrigues** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, que está ausente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados municipais, Público, Comunicação Social. -----
----- Nunca pensei ter que vir aqui a este local para falar do Hospital Distrital de Bragança. E porquê? Porque de facto tenho ouvido, digamos assim, aqui na Assembleia Municipal e acerca deste tema, e acerca de outros temas, que nomeadamente o que está em primeiro lugar é o Concelho e depois estão os partidos. E assim sendo, gostaria de questionar, digamos assim, os meus colegas, porquê, então, não se unem na defesa deste problema? E dir-me-ão então, ou inclusive um deputado do Partido Socialista, Luís Pires, que disse, quando foi agora na sua intervenção, que anteriormente o problema da saúde em Bragança estava a ser resolvido e que era uma miragem. Inclusive falou num número, porque terá, digamos assim, no seu espírito, a dúvida de tudo aquilo que foi feito para resolver concretamente o problema do Hospital de Bragança.-----
----- Também a seguir, e só em jeito de comentário, veio aqui um outro deputado do Partido Socialista, nomeadamente esclarecer e dar o contributo agora acerca do Centro Hospitalar, de qual o montante do capital social, esclarecendo nomeadamente a dúvida do deputado Lídio

Correia, é que esse aumento de capital social passa dos nove milhões e meio de contos para os trinta e quatro e qualquer coisa, é para os três hospitais. -----

----- Assim sendo, pergunto eu, sendo certo que seria mais fácil e também fico perplexo quando se pede a constituição de uma Comissão para reunir com o Conselho de Administração do Hospital ou Centro Hospitalar, como agora se chama, para ver, digamos assim, qual é o ponto da situação. Mas então não seria mais fácil, averiguar junto dos órgãos da Administração Central, independentemente de neste momento estar o Partido Socialista ou estar o PSD, quais as etapas, quais as barreiras a ultrapassar para resolver o problema do Hospital de Bragança? -----

----- Toda a gente sabe que havia um projecto aprovado para ampliação do Hospital de Bragança, não para as obras de mera cosmética, de mera limpeza, de colocação de brincos em orelhas sujas, não! Foi aprovado um projecto, foi aberto o concurso para ampliação do Hospital de Bragança e penso eu que estou a ver aqui algumas caras que foram à apresentação desse projecto, nomeadamente no IPB, ou quando o Ministro da Saúde veio a Bragança e mais uma segunda vez apresentou o projecto de ampliação do Hospital de Bragança.-----

----- Nessa ampliação do Hospital de Bragança não se estava a falar em meras obras de limpeza de fachada, toda a gente sabe, também estou a ver caras de pessoas que trabalham no Hospital, que, esse projecto de ampliação duplicava, digamos assim, a área que tem agora o Hospital de Bragança. Que esse projecto de ampliação respondia a todos os anseios e a todas as necessidades, não do Concelho de Bragança, mas fazendo com que o Hospital de Bragança, o Hospital Distrital de Bragança fosse o Hospital de referência para todo o Distrito. -

----- Agora, ao que parece, iremos ter um centro hospitalar, em que vamos ter três hospitais, Bragança, Macedo e Mirandela para todo o Distrito. -----

----- Mas se dúvidas assistem, digamos assim, aos que me antecederam, eu gostaria de dizer o seguinte: por acaso desconhecem que existia esse projecto? Por acaso desconhecem que foi aberto o concurso para execução desse projecto? Por acaso desconhecem que esteve aberto o concurso público internacional? Por acaso desconhecem que houve opositores a esse concurso, nomeadamente quinze empresas? Que o valor da obra era de vinte e cinco milhões de euros? Que foi feita a abertura das propostas, que foram estudadas estas propostas, que foi seleccionado uma empresa portuguesa a “Teixeira Duarte” que, dada a conjuntura, nomeadamente interna, no domínio das obras públicas, o seu valor, a sua proposta era de dezassete milhões de euros? -----

----- Então pergunta-se, porque razão nós estamos aqui a iludir, na minha perspectiva, os interesses do nosso Concelho, ao querer digamos assim, parece-me mais, disputar quem vai

querer ficar com a medalha do Hospital de Bragança, do que propriamente resolver os problemas da saúde em Bragança? Se assim não fosse, e para quem, digamos assim, pelas expressões que manifesta, está a discordar.-----

----- Também ouvi dizer que, referiu-se ao Centro de Vimioso e que isso era um desperdício de dinheiro. Mas então eu pergunto, e não é desperdício de dinheiro as centenas de milhares de contos, que desde o projecto à abertura das propostas, faltando só a adjudicação, são agora desperdiçados? A essa resposta, Prada, eu respondo-te. É que de facto diz ali o companheiro Prada, que era uma questão de dinheiro. -----

----- O valor da obra eram vinte e cinco milhões de contos, a empresa iria executar a obra por dezassete milhões, faltava a adjudicação, o mecanismo e o financiamento foi aquele agora que foi ali referido pelo colega Vieira, pela via do aumento de capital social. Ou seja, independentemente desse aspecto, eu diria o seguinte, nós tínhamos em mão, em Dezembro de dois mil e cinco, ou melhor, em Março de dois mil e cinco, o projecto, o concurso, uma empresa seleccionada, faltava a adjudicação, e agora andam-nos a acenar com o Hospital novo, com umas obras de mera limpeza, que desde o projecto até à adjudicação, irão ser mais não sei quantos anos para resolver os problemas da saúde em Bragança. -----

----- Assim sendo, e porque é esta a verdade, e porque não é necessário andar a constituir comissões, só é necessário pedir à Administração Central, de facto, para não ser através dos jornais, apurar ou não a veracidade daquilo que foi feito para resolver os problemas do Hospital de Bragança e nomeadamente, agora, até, e muito bem, eu já vejo algumas dúvidas, e as dúvidas são estas, é que se ia gastar no Hospital de Bragança para ser um hospital de referência para o Distrito, vinte e cinco milhões de euros, agora vão-se gastar vinte e cinco milhões de euros, a dar crédito, digamos, ao esclarecimento que aqui foi feito, nos três hospitais.-----

----- Eu gostaria de saber se efectivamente não estaremos todos a contribuir para que, de facto, o problema do Hospital de Bragança se vá adiando, mas sobretudo estamos a contribuir para uma coisa, é que o Hospital de Bragança não irá ter o Centro Hospitalar, porque não pode ter o protagonismo, digamos assim, que iria ter, se efectivamente a obra tivesse sido adjudicada e tivesse sido realizada. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. -----

..... -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Deseja a palavra para que efeito? -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Pedido de esclarecimento? Mas só sobre pedido de esclarecimento. Faz favor. -----

----- **Vítor Prada** – O resto que tenho para dizer, resguardo-me para a minha intervenção que tenho sobre a moção que o PS apresentou, mas eu queria, já que o amigo Lourenço entrou pela retórica da via indirecta, eu vou utilizar a mesma coisa, vou-lhe perguntar concretamente, é ou não é verdade que o capital social do Hospital de Bragança eram nove milhões de euros? Primeira pergunta, correcto? -----

----- É ou não é verdade que as obras, segundo informações que nós tínhamos, o Senhor está a dizer que eram só vinte e cinco milhões, nós tinhas informações de quarenta. Como é que se conseguia isso criando um Centro Hospitalar, se agora foi para trinta e tal milhões, como é que é possível?-----

----- Outra pergunta, é ou não é verdade que em PIDDAC havia praticamente zero para o Hospital de Bragança?. -----

----- Outra pergunta, é ou não é verdade que o Hospital de Vila Real, que foi classificado como um Hospital de referência por um correligionário político seu, eu pergunto porque é que na altura não foi classificado o de Bragança e pergunto mais, porque é que agora sendo o Hospital de Bragança integrado num Centro Hospitalar, porque é que não há-de ser, até porque o primeiro sinal está dado, o Conselho de Administração está sediado no Hospital de Bragança, porque é que não há-de ser, pergunto eu, hospital de referência Distrital dentro do Centro Hospitalar? -----

----- São estas perguntas que eu lhe deixo. -----

----- **Presidente da Mesa** – Faça o favor Senhor membro da Assembleia Lourenço.-----

----- **José Rodrigues** – Eu dou só um esclarecimento ao Prada. Não falei pela via indirecta, tive o cuidado de sempre à medida que ia falando ia referenciando as pessoas a quem me dirigi. -----

----- Eu pensei que não era preciso esclarecer-te. Esse esclarecimento foi feito pelo teu companheiro Vieira, que te disse como é que foi feito agora o aumento de capital social para o Centro Hospitalar. A mesma via de financiamento, a mesma via de financiamento era pela via do aumento do capital social. Aliás, se alguma dúvida tiveres sabes ou devias saber que foi esse o mecanismo encontrado para fazer a ampliação em Lisboa do Hospital Francisco Xavier. Em Março de dois mil e cinco, se não houvesse a alteração que houve a obra seria adjudicada e o aumento de capital seria feito anualmente, porque a obra não se faz num ano, o prazo de execução da obra era de trinta meses e por a via, pela figura do aumento de capital social. anualmente é possível, e foi possível com ampliações bem maiores, nomeadamente o Francisco Xavier, executar a obra e fazer a obra.-----

----- Agora pergunto eu, estou aqui só para esclarecer, mas então deixo esta muito directamente, se o projecto que foi lançado, que foi aprovado, que houve um concurso público internacional, que foram abertas as propostas, que foram estudadas estas propostas, e que estava em fase de adjudicação merece tanta dúvida quanto à viabilidade da sua execução, pergunto eu, que calendarização, neste momento, tens e com a rapidez com que se diz que as obras vão começar em Junho e que toda a burocracia administrativa e financeira está ultrapassada em tão pouco tempo?-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, por favor. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa... -----

----- O Senhor membro não tem tempo nenhum. Ultrapassou largamente os seus tempos. ---

----- **Luís Afonso** – Bom, a intervenção que o Dr. Lourenço fez foi uma intervenção brilhante, na minha opinião, foi conciso e devo até registar que a atenção que lhe mereceu a Assembleia, sem um único comentário, é reveladora de que a sua intervenção foi de grande qualidade, e que, de facto, referenciou os factos que nos últimos tempos têm a ver com a questão do projecto anterior, isso foi desenvolvido pelo anterior Governo. Projecto esse que é preciso lembrar que o Partido Socialista, agora pela vontade expressa do Senhor Ministro da Saúde, acabou por deitar por terra, ou não. -----

----- A verdade é que me parece importante que continuemos hoje aqui a falar sobre esta matéria, pegar naquilo que foi dito na última Assembleia Municipal e na proposta que a Câmara

Municipal, na altura, trouxe aqui a esta Assembleia e que o Partido Socialista manifestou aquilo que manifestou, uma votação que nem era carne, nem era peixe, com a abstenção. -----

----- Eu quero referir aqui o seguinte. A Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente, entendendo a importância desta questão, teve o cuidado, e eu sou testemunha disso porque estive presente, teve o cuidado de chamar os líderes dos grupos parlamentares com assento nesta Assembleia, para uma reunião que aconteceu no dia quinze, quarta feira. --

----- Percebemos claramente qual era a vontade do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, porque em consonância com a Câmara entendiam que havia de haver uma vontade única que os grupos parlamentares e os partidos se entendessem sobre esta matéria, e portanto se juntassem em volta deste assunto, pondo claramente, usando expressões usadas hoje, aqui, por membros do Partido Socialista, pondo em primeiro lugar o Concelho e depois a estratégia de cada partido. -----

----- Devo referenciar isto a quem não tem conhecimento, foi feita essa reunião, eu na altura confesso, fiquei extremamente surpreendido pela positiva pela posição que o membro do Partido Socialista que esteve presente manifestou, ou seja, de uma completa abertura para participarmos em conjunto pela questão do Hospital de Bragança e pela via que o Governo entendesse ser a mais ajustada. Repito, estávamos todos juntos em volta de uma ideia, mobilizadora da sociedade civil e dos partidos, em torno da melhoria das condições do Hospital Distrital de Bragança e ressalvo, de acordo com aquela que fosse a vontade do Governo e lendo-se a proposta que a Câmara fez na outra Assembleia que seria pela adjudicação, de imediato, do processo que já tinha estado em concurso, que se consubstanciou num gasto de cerca um vírgula dois milhões de euros dos cofres do Estado, ou, se essa não fosse a vontade do Governo porque tinha uma ideia estratégica diferente para o Hospital Distrital de Bragança que avançasse com a construção de um novo. -----

----- Eram só estas situações. E um membro do Partido Socialista concordou, a reflexão foi longa, foi desde as cinco e meia da tarde até às oito da noite, e concordou, de resto os partidos concordaram todos, que até o próprio Presidente da Mesa da Assembleia elaborasse um documento abrangente, para que não ficassem dúvidas, nem problemas pelo meio, o objectivo da Mesa era unir os cidadãos, neste caso unir os partidos em volta desta matéria. -----

----- Lamentavelmente, registei ontem, com desagrado, que o Partido Socialista não foi capaz de manter essa posição que foi reflectida naquela reunião pelo seu líder do Grupo Parlamentar, que me parece que saiu claro que apoiariam esta resolução tomada dentro da Assembleia, e que depois parece que o seu partido o desautorizou, o que é lamentável. Lamentável no fundo não é tê-lo desautorizado, lamentável foi não terem participado num processo que se queria de união das gentes de Bragança em volta da questão do Hospital Distrital. -----

----- Bom, eu escusava de dizer mais alguma coisa, que o Dr. Lourenço foi claro, e é bom que se reflecta naquilo que ele disse, porque havia trabalho feito pelo Partido Social Democrata, mas eu nem queria reflectir aqui se o Partido Social Democrata fez bem ou fez mal, estava de facto a trabalhar, e tanto é que há factos históricos, aquilo que disse o Dr. Lourenço que foram factos verdadeiros. Faltava uma vontade política que erra adjudicar, montar o estaleiro e avançar com as obras. -----

----- O processo de financiamento já foi definido qual é que era. A verdade é que vocês, o vosso Governo não deixou que isso acontecesse. Mas ainda há uma réstia de esperança, porque no documento infeliz que o Ministro da Saúde envia para o gabinete do Primeiro Ministro para ser enviado depois ao Presidente de Câmara, ainda há uma réstia de esperança.

----- O Ministro fala que deu indicação para o avanço das obras da primeira fase. Quem fala numa primeira fase imagina que existam fases subsequentes, portanto ainda há uma réstia de esperança. -----

----- Bom era que todos nós juntássemos esforços nesse sentido e ainda estou com esperança que isso possa ser levado por diante hoje aqui. -----

----- Porque o que está em causa, realmente, é que o Hospital, da maneira como está, não está bem. É reconhecido por todos nós, foi reconhecido pelos diversos e sucessivos Governos do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, que reconheceram a necessidade de uma intervenção profunda, nestes últimos quinze anos nada aconteceu. -----

----- Vamos até esquecer, momentaneamente, que já havia passos concretos, como disse o Dr. Lourenço, para que as coisas avançassem. -----

----- Mas eu apelo aqui, mais uma vez, e corroborando o esforço que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia fez no dia quinze, que o Partido Socialista, hoje, aqui, possa dar um passo em frente e que se junte a todos nós numa vontade que é dar liberdade ao Partido que governa Portugal, ao Partido Socialista, ao Senhor Ministro da Saúde que faça de facto uma intervenção de fundo no Hospital Distrital de Bragança, da maneira que os seus serviços técnicos e de planeamento entendam como melhor, se a ampliação ou se a construção. -----

----- Não há nenhuma atitude redutora na proposta que a Câmara Municipal fez no passado dia dezanove de Dezembro. Não há. A abertura é completa, deixe-se decidir quem tem que decidir, mas decida. E na altura aquela proposta que foi colocada aqui a votação era tão só isso, Senhor Primeiro Ministro diga o que vai fazer, ou esta ou aquela decisão. Eu recordo o ponto um e dois da proposta da Câmara: -----

----- Ponto 1 - Que a Câmara Municipal de Bragança solicite ao Senhor Primeiro-Ministro a alteração da decisão tomada de cancelar o concurso de ampliação e modernização do Hospital Distrital de Bragança, procedendo à decisão imediata de execução das obras. -----

----- Ponto 2 - Que, caso assim não aconteça, o Governo decida pela construção de um novo Hospital durante a presente legislatura, informando formalmente os Órgãos da Autarquia sobre as datas com que se compromete para a concretização do investimento. -----

----- Ou seja, a proposta não era redutora, era completamente abrangente. Imbuídos deste sentimento, apelo hoje aqui ao Partido Socialista para num derradeiro esforço, penso que de todos nós, nos unirmos em volta da necessidade do avanço, da concretização de uma vontade política do Governo de Portugal para com as obras necessárias no Hospital Distrital de Bragança ou outra solução qualquer. -----

----- Nesse sentido, e sem mais delongas, sem querer fazer retórica do passado ou fazer qualquer inversão política, que seguramente não teria boas vontades da vossa bancada, nas quais ainda estou esperançado que a opinião manifestada pelo líder do Grupo Parlamentar do PS no dia quinze, que foi, imagino, eu estava lá e pude comprova que era salutar, foi de vontade, foi de coração e que esbarrou. De facto, parece, dentro do Grupo parlamentar do Partido Socialista, parece, a vontade pareceu-me ser franca, do Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista naquela reunião. -----

----- E nesse sentido, e relembrando que houve ali dos elementos de todos os partidos a passagem do testemunho para quem tinha tomado a iniciativa, que foi o Presidente da Mesa da Assembleia, da reunião, que ele redigisse um documento, e eu, trago hoje aqui um documento, de resto devo confessar que já conversamos, de resto já o tínhamos feito naquela reunião, mas hoje mesmo com os membros da CDU e do Bloco de Esquerda, e queríamos propor-lhes aqui uma resolução e apelamos, digo pela última vez naturalmente, já o disse duas ou três vezes ao Partido Socialista que considere isso que é a resolução dos termos que lá discutimos durante três horas. -----

----- Então, Senhor Presidente da Mesa se me permite, eu lia o texto da resolução que poderíamos hoje aprovar aqui, naturalmente por unanimidade. Isto não faz mossa ao Governo, fica claro nesta resolução que vou ler que é dada toda a liberdade, como não podia deixar de ser, que o Governo decida num sentido ou noutro. -----

----- Então passo a ler a resolução: -----

“RESOLUÇÃO

-----A Assembleia Municipal de Bragança tomou conhecimento das respostas recebidas pela Câmara Municipal de Bragança, sobre as matérias relativas às instalações e meios físicos do Hospital Distrital de Bragança, suscitadas na proposta do Executivo Municipal aprovada na primeira reunião da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2005.-----

-----Não constando das referidas respostas posições concretas sobre as medidas e iniciativas futuras, a tomar pela Administração Central, não obstante a referência a uma 1ª. fase de intervenção, o que FAZ SUPOR A EXISTÊNCIA DE FASES POSTERIORES, a Assembleia Municipal resolve, para enquadramento das decisões e procedimentos a adoptar:-----

-----1º. Reafirmar a necessidade, indispensabilidade e urgência de uma intervenção profunda na capacidade das instalações e dos meios físicos do Hospital de Bragança.-----

-----2º. Reafirmar que uma decisão de abandono do projecto de ampliação do Hospital actual – com os eventuais ajustamentos que se revelem convenientes – só é aceitável no quadro de uma opção pela construção de um novo Hospital que se mostre técnico e estrategicamente recomendável.-----

----- 3º. Expressar, no exercício da competência da Assembleia Municipal, prevista na alínea o) do nº. 1 do artº. 58 da Lei nº. 5-A/2002, “ tomar posição perante os órgãos do Poder Central sobre assuntos de interesse para a Autarquia”, a exigência de que o Poder Central esclareça:-----

-----a) se uma intervenção profunda nas instalações e meios físicos do Hospital Distrital de Bragança ou a construção de um novo Hospital faz parte dos seus planos.-----

-----b) em caso afirmativo, qual é a opção retida e qual é o programa temporal para a concretização dessa solução”.-----

----- É a resolução que deixamos aqui à Mesa naturalmente para ser discutida e votada.-----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Filipe tem a palavra por favor. -----

----- **Luís Fernandes** – Ora uma vez mais boa tarde a todos. -----

----- Eu vou começar aqui pelo meu amigo Luís Afonso, porque, por vexes fico baralhado com a posição dele. Geralmente e se bem reparam é de uma extrema agressividade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Mas quando quer levar a água dele ao moinho, torna-se tão amável, pede por favor, faz-nos uns rodeios tão bonitos, que nos deixam a todos intrigados, porquê? Porquê este interesse tão grande do PSD de querer levar esta água ao moinho? -----

----- Ora bem, o Senhor Doutor Luís Afonso, disse e muito bem, que a carta que o Senhor Ministro mandou ao Senhor Presidente da Câmara, fala nas primeira fase, pois, essa primeira fase é aquela que está já decidida, é aquela que o Governo vai fazer já, que é a remodelação do Hospital actual, dado-lhe algumas condições melhores do que tem neste momento. -----

----- O que vai ser a segunda fase? Não sabemos ainda. E não sabemos, mas, se calhar, não sabemos porque o processo não foi bem conduzido. Não foi bem conduzido, e eu passo agora à segunda parte da minha intervenção, para dizer o seguinte. Durante oito anos o Senhor Presidente da Câmara nunca andou preocupado com assuntos da saúde e da educação, por exemplo -----

----- Pensou muito nas suas grandes obras que tinha em mãos, pensou no betão e pôs o betão cá fora. -----

----- Agora, na educação, quando devia ter o trabalho feito, quando devia ter as soluções para apresentar ao Ministério, foi o único Concelho da Região norte que até dia quinze de Dezembro não lhe apresentou, à Directora Regional, a proposta que tinha sido pedida. Acordou, acordou tarde, depois foi preciso que a Direcção Regional contemplasse algumas soluções à última da hora. -----

----- Na saúde, também aconteceu o mesmo, quando as propostas aparecem e é preciso efectivamente mostrar trabalho, apercebe-se que há a intenção de criar um centro hospitalar, que Macedo e Mirandela se mexem, e “aqui Rel Rey” que Bragança não pode ficar para trás, também vamos levantar a bandeira, só que essa bandeira, para mim, foi levantada mas foi mal conduzida e hasteada, porque o Senhor Presidente da Câmara devia ter e reconheçamos que tem legitimidade para o fazer, na discussão dos assuntos e do bem estar dos Municípios de Bragança, mas não se pode alhear de maneira nenhuma de falar com quem decide estas coisas, com quem tem responsabilidade nestas coisas. -----

----- E eu disse, naquela sessão que foi feita aqui, uma sessão pública, que supostamente era para debater os assuntos da saúde.-----

----- Porque é que nessa sessão o Senhor Presidente da Câmara não quis, é que não quis, depois vim a saber que ele não quis, que os representantes da saúde, aqueles que são os interlocutores com o Ministério, aqueles que possivelmente tinham informação para dar à população de Bragança, ele não os quis cá? Porquê? Porque possivelmente desmontavam a estratégia que ele está a utilizar. -----

----- Possivelmente vinham aqui e diziam o que é o Centro Hospitalar, vinham aqui e diziam-nos o que é que o Centro Hospitalar vai ser para o futuro, mas ele não quis que isso acontecesse.-----

----- Portanto, para mim, a estratégia está mal conduzida e esta questão de aprovarmos ou não esse documento é uma questão que terá que ser bem debatida e bem equacionada, porque, estarmos aqui com meias medidas, quando meus senhores, a primeira fase está decidida, não estejam agora a pedir para anular aquela situação, temos garantias de que em

Abril, Maio, as obras estão no Hospital de Bragança. As obras vão avançar, portanto essa é uma situação que para nós não faz qualquer sentido. -----

----- Para dizer também ao Lídio, e só um aparte, rapidamente, penso que os termos da carta foram uns termos fortes, que o Senhor Ministro mandou ao Senhor Presidente da Câmara, mas se atendermos que, e o Ministro diz isso na carta, esteve reunido com o Senhor Presidente de Câmara não fazia quinze dias, e lhe disse aquilo que ele queria para a saúde, portanto, penso que o Ministro o que quis dizer foi que não tinha mais nada a acrescentar àquilo que tinha já dito pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Fernando Paula. -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Prescinde?-----

----- Sendo assim, passávamos a discutir pela ordem que entraram e dentro dos tempos disponíveis os documentos que estão na Mesa. -----

----- O primeiro, portanto, foi a moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista. Nós registamos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção. -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Não tem tempo. -----

.....

----- **Presidente da Mesa** - Não, não, não tem não. Peço desculpa. -----

----- Diz o Regimento assim: *“Os tempos previstos nos números 3.1 a 3.3 deste artigo integram todas as figuras regimentais previstas no artigo 15º, excepto defesa da honra, declarações de voto e interpelações à Mesa.”* -----

----- *“Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Mesa, por cada ponto da ordem de trabalhos do POD, bem como para qualquer proposta ou moção apresentadas para serem discutidas, procederá a inscrições, num primeiro momento para pedidos de esclarecimento e, num segundo momento, para intervenções, sem prejuízo de os Grupos que disponham de tempo solicitarem novas inscrições.”* -----

----- Sem prejuízo do disposto no número anterior em que os tempos são aqueles. -----
----- Tenho muita pena mas é assim. -----
----- Pedidos de esclarecimento, senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.

----- **Luís Afonso** – Senhor Presidente, permita-me só se podia ler novamente, porque já foi há um pouco que esse documento que entregou o Partido Socialista foi lido e talvez... -----

----- **Presidente da Mesa** - Se é esse o pedido, eu pedia ao proponente para ler o documento, porque acho que a maneira como é lido tem a ver com a convicção de quem o fez.
----- Faça o favor. -----

----- **Luís Pires** – Então cá vai. -----

“MOÇÃO

----- Na sequência das mudanças na saúde, protagonizadas pelo governo no nosso concelho, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe: -----

----- 1. Reiterar e reafirmar, convictamente, da necessidade de iniciar imediatamente as obras do Hospital de Bragança, que face ao estado de degradação em que se encontra o tomam pouco funcional, quer para funcionários, quer para utentes. -----

----- 2. O dito no ponto anterior, nunca poderá constituir obstáculo nem desculpa para a elaboração de um estudo técnico sério que possibilite a viabilização de construção de um novo Hospital em Bragança, se essa for a solução. -----

----- 3. Propomos, urgentemente, um debate ou outra forma de esclarecimento, promovido pela Assembleia Municipal de Bragança, com a participação indispensável das autoridades competentes na matéria, a fim de, de uma forma séria, isenta e independente esclarecer quer os membros desta Assembleia quer os Municípios. -----

----- Enviar ao Gabinete do Primeiro-Ministro com conhecimento ao Gabinete do Ministro da Saúde e aos grupos parlamentares da Assembleia da República. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – Sem querer fazer intervenção nenhuma, eu gostava de pedir um esclarecimento que é, que o Partido Socialista clarifique o que são essas obras, porque o que

temos estado aqui a discutir desde a primeira hora é que, o que se pretende são obras de fundo estruturantes do Hospital de Bragança e entendo que este documento ou é definido bem o que são as obras ou o resto, de criar comissões, parece-me a mim que, é apenas querer enredar a conversa, permitir delongas e mais delongas e que nada afinal acaba por se concretizar. -----

----- O que se pretende, muito claramente, do Governo é, as obras profundas de remodelação ou a construção de um Hospital novo, e o esclarecimento é que tipos de obras são essas que vocês referem nesse documento? -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- O proponente da moção quer dar esclarecimento? -----

----- **Vítor Prada** – Sem mais demoras, e sem grandes delongas eu vou directamente dar resposta ao Luís Afonso. -----

----- É evidente que a questão da profundidade das obras é um juízo subjectivo. É a tutela, penso eu, é a tutela e nós estamos aqui com um discurso de pescadinha de rabo na boca, e nunca mais acabamos por nos entender, não saímos daqui. É a tutela que decide e já decidiu efectivamente, já decidiu, a decisão está tomada, é a tutela que decidiu que as obras, e eu tenho aqui uma resenha das obras que são as seguintes: -----

----- Consulta externa - O Vieira já disse que era um edifício ou um pavilhão de raiz. Segundo os técnicos e eu também já participei em algumas estruturas sobre isto, é evidente que isto vai libertar muito espaço ao Hospital, pelos vistos as consultas externas funcionam nos quatro pisos. -----

----- Outro ponto, Serviços Administrativos – tudo isto vai sofrer remodelação.-----

----- Outro ponto, Obras de reformulação profunda para a Administração - portanto digo eu, terá a ver com tudo o que é Administração do Hospital.-----

----- Outro ponto, Central Térmica - -----

----- Outro ponto, remodelação dos pisos 1,2,3, e 4 ao nível do internamento. -----

----- Outro ponto, laboratório de análises clínicas - estou a referir que estou a fazer uma resenha disto. -----

----- Outro ponto, bloco operatório, mais duas salas pelos vistos. -----

----- E outro ponto, entre outros, os elevadores, tudo isso se vai transformar. -----

----- Portanto, resumindo, ó! Luís, nós o que queremos, e também queremos comungar a vossa boa vontade e daí abrimos esta moção. Há um pressuposto aqui a que nós não podemos fugir, Luís, não andemos aqui com mais ou menos jogos de raiz, não vale a pena

andar com estas coisas, há um pressuposto, a tutela decidiu fazer obras no Hospital de Bragança, já decidiu, já vão arrancar em Junho, disse-nos um funcionário. Perante este facto, não me parece e aquilo que nós podemos é que, congratularmo-nos, digamos assim, e queremos que elas arranquem rapidamente e pelos vistos em Junho arrancam. Isso é que é fundamental. Por outro lado, e eu adianto-me já, é evidente que nós dizemos isso aqui na nossa proposta, abertamente, se os estudos forem pela construção de um Hospital novo, faça-se um hospital novo. Nós também queremos um hospital novo! Mais abertura do que isto, nós, o Partido Socialista, não podemos ter. Mais abertura do que isto, nós não podemos ter. -----
----- Agora, Luís, e em jeito de recado, e em jeito de recomendação, nunca mais, penso eu, e eu não te quero dar lições de moral, porque somos da mesma idade, nunca mais divulgues as conversas privadas. Isso não é bonito. Com essa fé não se podem fazer negociações. E eu não estou aqui a defender o meu líder parlamentar. Mas, vir para aqui com conversas da Comissão Permanente, isso não é de quem está de boa fé para negociar, tem paciência. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----
----- Posto isto vamos votar esta moção.-----

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada, com quarenta e um votos contra, nove abstenções e dezassete votos a favor, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.** -----

----- **Declarações de voto** - Senhores membros da Assembleia : Lídio Correia, Vítor Prada, Guedes de Almeida e Luís Afonso. -----
-----Senhor Lidio Correia, faz favor. -----

----- **Lídio Correia** – A CDU absteve-se nesta votação porque efectivamente não... consideramos que estamos a mandar mais uma vez para as calendas a discussão de uma coisa que é importante, ficamos tudo no “se” “e se” e nos compromissos que vai haver. -----
----- E por outro lado também, nós mantemos sempre a nossa palavra e assumimos sempre as nossas responsabilidades, quando consciencializamos na Comissão Permanente, de facto, a outra proposta. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----
----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, por favor. -----

----- **Vítor Prada** – Meus amigos, se alguém aqui, de peito aberto, com a maior das disponibilidades, com a maior da razoabilidade, direi eu, esteve aqui foi o Partido Socialista. ----

----- E eu vou resumir rapidamente a moção. -----

----- Primeiro - obras - arrancar imediatamente; -----

----- Segundo - isso não implica estudo para a construção de um Hospital novo; -----

----- Terceiro - aquilo que o Lídio disse que não estava cá, está, debate, informação, que era isso que nós queríamos, tão simples como isto. Se acham que isto é de estar de má fé, se acham que com isto é não por acima, de tudo, o Concelho, acima dos interesses partidários, meus amigos estamos conversados. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. -----

----- Guedes de Almeida por favor. -----

----- **António Almeida** – Quem esteve desde o início aqui e assistiu aos vários discursos até chegarmos a este momento, e até ao último, em que se acusou o PSD de ter fechado serviços, vemos como teria sido fácil ao PS, quando foi Governo, ter dado continuidade à obra que conseguiu revogar um documento, um projecto que estava aprovado, apenas faltava adjudicá-lo. Não, automaticamente cancelou a adjudicação e, não é que não se justifiquem as obras, aliás a tutela já determinou que têm que ser feitas obras no Hospital de Bragança, este Hospital não serve. Tem trinta anos e é conveniente que se lembre à população desta região. Foi feito no antigo regime, e terão sido os técnicos, os administradores, os responsáveis, que terão dito - isto não é para pessoas, neste momento, não é para esta época, têm que ser obras, é no mínimo o que se exige. Agora, serve este Hospital? Não serve! -----

----- E a moção do Partido Socialista, e isto é que eu não entendo em política, é que vêm com uma moção que tem estas questões, é necessário um estudo de forma séria, isenta e independente. É preciso estudos sérios. -----

----- Pergunta-se, o projecto aprovado que faltava adjudicar, não era sério? Estava aldrabado? Tinha irregularidades? Havia conluios? É isto que se pergunta. Então não é séria a política anterior e esta é séria? -----

----- Portanto, acho que isto é andarmos a fazer actos lúdicos na política, isto é que não é seriedade. As obras são necessárias e a população tem que lutar para que seja construído, de imediato, seja iniciado de imediato a construção do novo Hospital. A este Governo quando lhe interessa, prometeu já em Lamego e prometeu já em Faro. Bragança fica longe, tem poucos

deputados, as pessoas não lhe interessam. Portanto isto não é seriedade na política do Partido Socialista. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, por favor. -----

----- **Luís Afonso** – O Partido Social Democrata votou contra esta moção, tão só porque entende que quando não se quer fazer nada propõe-se a criação de Comissões de acompanhamento, estudos. -----

----- O que o Partido Socialista quis, hoje, aqui, foi lavar a cara, lavar a cara, enfim, de contrariar aquilo que foi combinado.-----

----- Hoje estávamos preparados, aqui, para votar uma moção em conjunto, todos juntos, vocês não foram capazes de aprovar isso na vossa comissão, e quiseram tomar a antecipação daquela que seria a resolução aprovada em reunião da Comissão Permanente, para hoje, aqui, de facto, criar espaço. -----

----- A vossa explicação à minha dúvida, há bocado, as obras são subjectivas, foi dito pelo Vítor Prada, as obras são sempre subjectivas. Não queremos subjectividade, queremos com objectividade de tipo de obras, essas são obras consideradas de emergência, necessárias para não deixar cair em colapso a unidade hospitalar, e portanto, com essas obras nós não concordamos. Por isso não podemos concordar com o teor desta moção. -----

----- Mais, as conversas, o teor das conversas que foram determinadas na Comissão Permanente não são reservadas, foram exclusivamente feitas entre os líderes dos Grupos Parlamentares, é nesse contexto que existe a Comissão Permanente, e eu não tenho que ser limitado a divulgar aqui na assembleia o que quer que seja sobre as conversas que se têm na Comissão Permanente. Portanto estou completamente livre de dizer o que aconteceu, e aquilo que aconteceu é que o Partido Socialista ali mostrou vontade de se unir em torno desta matéria com os restantes partidos, e hoje roeu a corda, fazendo agora a proposta de uma moção que é apenas e só subjectiva e que, como dizia o Guedes de Almeida, quer lançar para as calendas gregas esta matéria. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Terminadas as declarações de voto, vamos passar à proposta da CDU. Atendendo a que a CDU não tem tempo para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe façam... -----

.... .. -----

----- **Presidente da Mesa** - Mas eu ia sugerir o seguinte e que me parece que é equilibrado, eu ia abrir um período de intervenções, para quem tem tempo para as fazer e daria no fim dessas intervenções dois minutos à CDU para se pronunciar. -----

----- Aceitam-se os pedidos de inscrição para intervenções relativamente à proposta da CDU, que diz: -----

----- “Considerando que com a criação do Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E., Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro, e por delegação do Ministro da Saúde, compete ao Conselho de Administração “**aprovar os objectivos e estratégias dos 3 hospitais**”, que consistirá, na prática, em regulamentar as atribuições e competências dos hospitais (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela). -----

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 17 de Fevereiro de 2006, decide:--

----- 1. Mandatar a Mesa da Assembleia para diligenciar no sentido da realização de uma reunião da Comissão Permanente com o Conselho de Administração para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar”. -----

----- Como disse, estão abertas inscrições para intervenções sobre esta matéria.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra. -----

----- **Luís Afonso** – Bom, apenas para dizer, sim senhora, parece-nos bem esta proposta da CDU, e por isso pretende-se com esse encontro esclarecer os Grupos Parlamentares e a Assembleia, por isso, o Partido Social Democrata vai naturalmente votar favoravelmente esta proposta da CDU. -----

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor. -----

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde. -----

----- Vem este pedido de esclarecimento só para uma pergunta muito concisa. A moção diz que fica mandatado o Presidente da Mesa da Assembleia para efectuar as diligências no sentido de propiciar uma reunião, mas eu gostaria que fosse mais clara, no sentido de saber quem são as pessoas que irão representar a Assembleia Municipal nessa reunião, ou se é o próprio Presidente da Mesa que irá depois reunir directamente com a Assembleia. -----

----- **Presidente da Mesa** - Não, não é não. -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, faça favor. -----

----- **Lídio Correia** – Não quero ser acusado de gastar tempo, por isso muito rapidamente, digo assim, para nós e nesta fase, não temos qualquer problema que os membros da Assembleia integrem, simplesmente achamos que aquilo que está neste momento em causa é saber o que é que já foi feito pelo Presidente do Conselho de Administração, porque nós, membros da Assembleia, já estivemos reunidos com, ainda não era Presidente de Centro Hospitalar, mas já estivemos reunidos. Agora, só queremos saber é quais são as atribuições, o que vai fazer cada um dos Hospitais, se o Regulamento já está feito, se não está, que o Presidente do Conselho de Administração se pronuncie e para nós basta-nos que a Mesa da Assembleia vá lá, tome conhecimento, e comunique à Assembleia Municipal. -----

----- **Presidente da Mesa** – Eu antes do Senhor membro da Assembleia Bruno Velosos ter posto a questão, eu tinha a intenção, se isso não fosse esclarecido, de a por, mas, ó! Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, eu propunha-lhe que aqui onde diz “mandatar a Mesa da Assembleia para diligenciar no sentido da realização de uma reunião da Assembleia com o Conselho de Administração”, e então fazíamos uma designação de uma delegação da Assembleia. -----

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Se quer essa... -----

----- **Lídio Correia** - Pode ser. -----

----- **Presidente da Mesa** - Feito este esclarecimento punha esta proposta à votação. -----

----- **Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta membros presentes.** -----

----- Declarações de voto da proposta que foi votada por unanimidade. -----

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Faça o favor. Não tenho maneira de lhe dizer que devíamos apressar-nos.-----

----- **Vítor Prada** – Bom, se efectivamente o processo, se calhar, tivesse sido conduzido, e tivesse começado por aqui, se tivesse começado por aqui o processo, se não tivéssemos andado aqui a enredar em jogos políticos, talvez agora, ó! Luís, nós chegássemos aqui e toda a informação, todo o esclarecimento, com a nossa maior abertura, nós estaríamos de acordo.--

----- Talvez se começasse por aqui Lídio, a coisa teria sido correcta, primeiro informar toda esta gente e todo o Município do que se estava a passar. Mas para informar é preciso saber, quem não está dentro dos assuntos não pode informar, pode é confundir.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Está feita a sua declaração de voto.-----

----- Eu abria inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre o Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires.-----

----- Faça favor de usar da palavra.-----

----- **Presidente da Mesa** - Um ponto de ordem pode fazer sempre.-----

----- **Vítor Prada** - Na sequência da aprovação da proposta anterior da CDU, nós propomos o seguinte, depois da reunião com o Conselho de Administração e com autoridades competentes na matéria, mas é Conselho de Administração que vocês puseram, vocês retiravam isto e depois sim, se calhar, nós votávamos isto a favor. Proponho isso.-----

----- **Presidente da Mesa** - Faça o favor de, no tempo que lhe concedi, faça o favor, se quer ainda usar da palavra, tem menos de um minuto pelo tempo que está registado.-----

----- **Luís Pires** - Muito bem. Eu só queria que vocês, neste pedido de esclarecimento reparassem num pormenor importante, é que o âmago dos dois pontos – 1 e 2 – da moção que foi apresentada pelo Partido Socialista, o âmago, com pequenas nuances, muito pequenas é muito semelhante ao que está na proposta apresentada agora neste momento pelo PSD – o âmago.-----

----- O ponto 3, não permitia convergência de opiniões. Eu disse aos componentes da Comissão Permanente que esse era o grande impeditivo de não se conseguir chegar, digamos,

a uma posição consensual. Também não vi abertura da parte deles para negociar esse ponto.

----- Para terminar e porque não tenho tempo, é assim, eu não fui desautorizado pelo meu Grupo Parlamentar, eu desautorizo-me é às vezes, e neste caso não aconteceu, é com a minha consciência, e não é por palmadinhas nas costas ou empurrões de quem quer que seja, eu tenho a minha consciência que me faz percorrer um caminho ao logo da vida e não aceito qualquer tipo de lição de moral ou coisa do género de outras pessoas. -----

----- Para terminar Senhor Presidente, vou ser mesmo muito breve, dizer que eu acho que se tivesse havido vontade também, e quando há outras propostas apresentadas aqui na Mesa de outros Partidos, há a tentativa de negociar para alterar textos, fazer inclusões e cedências, etc, se calhar, teríamos chegado também a um consenso, e também não vi essa abertura da vossa parte. -----

----- Quanto às conversas privadas esteja perfeitamente à vontade para divulgar aquilo que nós conversamos, que eu falo sempre de consciência tranquila, como digo, não tenho problema nenhum, sou sempre recto.-----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Eu perguntava se há alguma inscrição para intervenções sobre este ponto.-----

----- **Presidente da Mesa** - Foram pedidos de esclarecimentos. Pode usar da palavra para responder, pode.-----

----- **Luís Afonso** – Bom, em relação ao pedido de esclarecimento eu fui agora contactado por alguns elementos do Partido Socialista no sentido de retirar a proposta, e trazê-la mais tarde depois de se dar sequência à reunião que vem da proposta que foi feita pela CDU. Bem, mas eu digo assim, não tem cabimento, porque estas coisas têm que ser feitas é já. E com isto quer dizer que o Partido Socialista, ou bem ou mal, está a tentar arranjar um estratagema para demorarmos mais três meses, porque a próxima reunião é só em Abril. Bom, nesse sentido, foi-me sugerido também Senhor Presidente, se por acaso a deliberação sobre esta moção podia ser feita em votação em sede da Comissão Permanente, o que eu penso que não é possível, porque a votação de uma moção tem que ser feita por maioria na Assembleia, mas ainda fica a dúvida, porque pareceu-me que o Partido Socialista estava na disposição de votar favoravelmente esta resolução depois dessa reunião que vai haver com o Conselho de Administração do Hospital.-----

----- É possível ou não, e coloco agora a questão, que a votação pudesse acontecer na Comissão Permanente? Foi o que me foi dito aí por um membro da Assembleia aí da bancada do Partido Socialista, se fosse possível, se fosse aceitável, não víamos problema qualquer, o que nós queremos é o consenso, agora o consenso gostaríamos que fosse hoje, amanhã, depois de amanhã, em Abril ou depois em Junho ou Setembro já começa a ser cada vez mais tarde. -----

----- **Presidente da Mesa** - Eu pergunto Senhor Presidente, se essa solicitação que fez o Partido Socialista tem algum cabimento? -----

----- Bom, eu acho uma sugestão, com certeza que generosa, não ponho em dúvida a generosidade dela, mas no mínimo peculiar. Porque é esta Assembleia que está aqui reunida, que é soberana para deliberar sobre uma resolução. Agora, se o que está a ser sugerido a esta Assembleia que é soberana, delegar essa soberania numa Comissão, para ela ficar soberana para deliberar sobre a resolução, não pode. -----

----- **Presidente da Mesa** - Foi isso com certeza que foi proposto. -----

----- Eu acho que não vale a pena discutir mais isto. -----

----- **Luís Afonso** - Entendam-se. Eu fui contactado por um membro da vossa bancada, que agora mesmo ali me veio fazer essa proposta, entendam-se por amor de Deus. -----

----- E outra coisa, queria dizer o seguinte, a título de esclarecimento, parece que na quarta feira, dia quinze, a pessoa que esteve sentada na Mesa naquela reunião não é a mesma pessoa que hoje está aqui, por parte do Partido Socialista. Parece que não é a mesma pessoa.

----- Hoje vem dizer aqui que não leva empurrões de ninguém, que a consciência dele é feita por ele próprio, ninguém o empurra. -----

----- O que é que estivemos a fazer das cinco e meia da tarde às oito da noite, que até você disse, parece que vocês vieram todos aqui para conversar comigo! É que você anuiu, reflectiu, deu a sua opinião, concretizou e disse, concordou com os termos da resolução que ia ser elaborada, com o devido cuidado por parte do Senhor Presidente da Mesa, para concordar com ele e depois disse, vamos ver se eu consigo fazer passar isso. -----

----- Eu acho é que o Partido Socialista não quer aprovar é nada, o Partido Socialista fez a apresentação daquela moção por antecipação para retirar espaço a uma coisa que tinha sido combinada entre todos nós. -----

----- Por isso, e não havendo, de facto, de haver a votação dentro da Comissão Permanente, o que eu julgava também que era assim, o Partido Social Democrata não retira esta resolução, porque seguramente que chegávamos ao mês de Abril, estou a ver, depois da experiência que tive esta semana, que tanto íamos hoje como íamos em Abril. Vocês votavam da mesma maneira como seguramente vão votar. -----

----- Mas eu recordo: -----

----- a) Se uma intervenção profunda sobre as instalações e meios físicos no Hospital Distrital de Bragança ou a construção de um hospital novo faz parte dos planos do Governo. -----

----- b) Em caso afirmativo, qual é a opção retida e qual o programa temporal para a concretização dessa solução. -----

----- São apenas questões que se devem fazer de boa fé ao Governo de Portugal. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Só o grupo Municipal do PSD e o conjunto dos Senhores Presidentes de Junta tem ainda tempos disponíveis. Alguém deseja fazer alguma intervenção sobre esta matéria? Em caso negativo vou por imediatamente à votação esta resolução. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa** – Não tem nada, já ultrapassaram. Eu disse ao seu colega de bancada Luís Pires que já tinham ultrapassado o tempo. -----

----- Vou por à votação esta resolução. -----

----- **Após análise e discussão da Resolução, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e sete votos a favor, treze abstenções e zero votos contra, estando momentaneamente oitenta membros presentes.**

----- A Mesa da Assembleia, julgo que está implícito no texto da resolução, embora não esteja claro, se não for o entendimento que eu vou expressar, dir-mo-ão, a Mesa da Assembleia encarregar-se-á de officiar no sentido de dirigir aos órgãos competentes estas perguntas que estão postas nesta resolução. -----

----- Declarações de voto? -----

----- O meu caro amigo Lídio Correia como não tem tempo, não perde nenhuma hipótese de eu não poder negar, e também o Senhor membro da Assembleia Pedro Teixeira. -----

----- **Lídio Correia** – Senhor Presidente da Mesa é que a CDU tem utilizado as declarações de voto para efectivas declarações de voto, contrariamente aquilo que tenho visto aqui, intervenções absolutas e simples em termos de declarações de voto, por isso peço um bocadinho de compreensão só porque tenho duas coisas a dizer. -----

----- Nós votamos favoravelmente esta história, como já tinha dito antes, porque nós assumimos as nossas responsabilidades e cumprimos a nossa palavra.-----

----- Em segundo lugar porque estamos a votar aquilo que julgamos ser o melhor, é só por isso que aqui estamos, ser o melhor para os interesses do Concelho e para os interesses do Nordeste. Sempre que estiverem em causa a defesa dos interesses do Município, contem connosco. Nunca contem connosco para a xincana que o Dr. Luís Afonso costuma fazer aqui. Nunca contem connosco. Nós votamos a favor disto e efectivamente a bancada do PSD se quer levar a água ao moinho, se está efectivamente interessada em defender os interesses da população de Bragança, os interesses em termos de saúde da população de Bragança, tem que ter uma outra postura que não seja a política politiqureira que faz aqui, da discussão pela discussão e dizer “nós é que éramos bons, nós é que fazíamos, nós é que fizemos”. Não! -----

----- Tinham inclusivamente um Conselho de Administração nomeado por vocês, que deixou uma dívida de água de quarenta mil contos. Foi-nos dito pelo próprio Conselho de Administração. Portanto, vamos lá ver se, de facto, estamos interessados na defesa dos interesses da população, ou se estamos interessados em obedecer aos nossos directórios políticos, em que cada um, quer o PS, quer o PSD pura e simplesmente estão interessados em defender os vossos Presidentes das Comissões Distritais, que se degladiam entre si. -----

----- Mas eu digo-vos assim, esses dois actores que saiam de cena e vão fazer as suas guerrinhas para a 24 de Julho em Lisboa. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia, por favor, tem a palavra. -----

----- **João Ortega** – Eu tenho que confessar a minha perplexidade, mas deve ser ingenuidade de membro caloiro destas lides. -----

----- Nunca fui atraído para me inscrever num partido político, e se alguma prova tinha para essa não atracção, acho que o que esta sala aqui fez hoje é bem prova disso. Aparentemente parece que a inscrição ou a simpatia por um lado ou por o outro, tornam-nos seres de espécies diferentes. -----

----- Acusamos todos, e eu tenho-o feito muitas vezes, o Poder Central, da culpa do nosso sub desenvolvimento, da nossa desertificação, daquilo que lhe queiram chamar. -----

----- Os responsáveis primeiros somos nós, e aquilo que aqui fizemos hoje vai pesar, na minha opinião, definitivamente nessa responsabilidade de que aqueles que estarão depois de nós nos atribuirão.-----

----- A incapacidade de chegar-mos a um consenso, e é para todos, é para o PSD, é para o PS, para todos os que aqui estivemos, para a Mesa e para o Executivo, os que aqui estivemos, não somos capazes de nos entender. Desta maneira queremos pedir o quê?-----

----- É só.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.-----

----- Pedro Teixeira, por favor.-----

.....-----

----- **Presidente da Mesa** - Provavelmente está muito convicto do que está a dizer, e eu percebo a sua convicção, mas peço que deixe a palavra ao seu companheiro de bancada Pedro Teixeira.-----

----- Faça favor.-----

----- **Pedro Teixeira** – Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Em primeiro lugar gostaria que, como jovem e como cidadão, me entristece profundamente o facto de não conseguirmos chegar a consenso numa questão fundamental. --

----- Como aconteceu na moção anterior, o voto contra por parte do Partido Social Democrata não está a defender os interesses da região, e não está a defender os interesses dos vossos filhos.-----

----- Não me parece sensato nem correcto votar contra uma moção de coração aberto e de interesse geral, por esta conter as palavras, "séria, isenta e independente".-----

----- Como forma de encadeamento, para concluir, uma forma de elevação política, o PS optou pela abstenção, pelo facto de esta moção de resolução e estas questões não trazerem nada de relevante e de novo, já foi aqui dito que as obras se vão iniciar. Definitivamente há gente que põe o Partido à frente das pessoas e do Concelho.-----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor Luís Silvestre.-----

----- **Luís Silvestre** – Dispensó os cumprimentos. -----
----- Peço desculpa, que eu vou fazer uma declaração de voto, mas tenho que dizer uma coisa. -----
----- Quando se querem consensos, quando se fazem consensos, os consensos começam da pequena coisa. E como começam das pequena coisa, nós tivemos por objecto apresentar uma moção, sem considerandos, só com dois pontos, que eram aqueles, nós achámos que eram consensuais com vocês. E vocês o que é que fizeram? Votaram contra. Nós não, nós abstivemo-nos, queremos o diálogo, queremos encontrar um entendimento. Vocês é que estão a fechar a porta. Vocês votaram contra a nossa moção, que são dois pontos que coincidem com os dois pontos da vossa moção. -----
----- E os consensos conseguem-se pouco a pouco. Claro que somos diferentes, vocês são de um partido, temos uma maneira de ver as coisas diferentes. E se vocês querem consensos, e se a Câmara quer consensos neste Concelho que comece pouco a pouco. Que comece a fazer consensos naquilo que já existe, e a partir daí vamos partir para o resto. -----
----- Peço desculpa por ter fugido um bocado à declaração de voto, mas tinha que dizer isto. -

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----
----- Suponho que terminaram as declarações de voto, com a concordância do nosso estimado companheiro de Assembleia Vítor Prada, e terminamos este ponto da ordem do dia, passávamos ao -----

PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PARA GEMINAÇÃO DA CIDADE DE BRAGANÇA COM A CIDADE DE LEÓN. -----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dois de Fevereiro do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **GEMINAÇÃO DA CIDADE DE BRAGANÇA COM A CIDADE DE LEÓN;**.....

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:.....

----- “Tendo em conta os fortes laços históricos existentes, desde os primórdios da nacionalidade, entre o Norte de Portugal e Leão, e as relações de proximidade, bem como o intercâmbio de experiências no sentido da melhoria das instituições, nas vertentes social, cultural e económica e a aproximação dos cidadãos das duas cidades, bem como a dinamização das relações na vida quotidiana, acrescido do contributo para o progresso e cooperação entre as duas cidades, entendeu-se dar continuidade e reforçar estes laços, pelo que, foram estabelecidos contactos tendentes à efectivação da geminação entre as cidades de Bragança e León, proponho à aprovação da carta de geminação que se apresenta.

----- Mais proponho que o presente processo seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, conforme estabelece a alínea d) do n.º 4 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

----- **CARTA DE GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE BRAGANÇA E LEÓN**

----- **1- PREÂMBULO**

----- A geminação entre cidades caracteriza-se por um empenho especial por parte das instituições e dos cidadãos, no sentido de conferir um impulso importante ao desenvolvimento e promoção da cidadania em cada uma das cidades geminadas.

----- A presente geminação tem como objectivo fundamental o intercâmbio de experiências, alargando os conhecimentos ao funcionamento das instituições, à economia local, aos serviços locais, à saúde, à educação, às condições de vida, ao respeito e à consideração mútuos, bem como ao reforço da identidade e da história que aproxima as nossas cidades

----- Proporcionar novas vias para conhecer melhor a vida quotidiana dos cidadãos, aproximar e dinamizar as comunidades, de forma a valorizar e fortalecer os sentimentos de fraternidade, solidariedade e de universalidade.

----- **BRAGANÇA**.....

----- A tradição atribui a fundação da cidade a um lendário rei Brigos, em 1906 a. C., daí lhe advindo o primitivo nome de Brigância. Mais tarde, foi dominada e reedificada pelos romanos, no tempo do imperador Augusto César que lhe terá dado o nome de Juliobriga. Destruída na altura da guerra com os mouros, foi mandada reconstruir em 1130 por D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques, no lugar de Benquerença, tendo adoptado este nome. Esta nova povoação travou novas lutas com os árabes que a destruíram. D. Sancho I repovoou-a e concedeu-lhe o primeiro foral, em 1187. Em 1199, em lutas com o rei de Castela, o monarca português, restituiu-lhe o nome de Bragança. O foral viria a ser confirmado e reformulado, em 20 de Fevereiro de 1464, pelo rei D. Afonso V. concedendo à Vila de Bragança, o título de Cidade.

----- Cidade fronteiriça, D. Dinis mandou fortificá-la, cercando-a de uma muralha e erigindo um poderoso castelo que, em 1390, D. João I mandou ampliar.

----- A área antiga da cidade, tessitura de várias épocas (com as suas ruas, monumentos, edifícios e espaços), forma, na sua globalidade, um conjunto monumental onde se destaca a Cidadela dotada de um sistema defensivo de muralhas que encerram autênticos tesouros arquitectónicos – Dómus Municipalis, a Torre de Menagem, o Pelourinho

----- A história dos séculos XVII e XVIII permanece inscrita nos monumentos religiosos e em diversas casas e solares da época. Instalado num desses solares, antigo Paço Episcopal, o “Museu Abade de Baçal” guarda um rico e variado acervo patrimonial.

----- Na década de oitenta, foi criado o Ensino Superior em Bragança, iniciativa de grande relevância social e económica.

----- Na transição do século XX para o século XXI, com a construção de importantes e modernos equipamentos culturais, desportivos, com a modernização do comércio, dos equipamentos de transporte e de trânsito, o grande crescimento, modernização e qualidade do espaço urbano, Bragança escreveu novas e importantes páginas da sua história.....

Bragança pretende, no actual contexto, cimentar a cooperação entre povos com vivências e interesses comuns, reforçando a cooperação regional com os territórios fronteiriços, hoje espaços de oportunidade.

----- **LEÓN**

----- Sérvio Sulficio Galba, governador de Hispania Tarraconensis cria a Legio Galbiana, cujo acampamento dará origem à cidade de León em 68 d.C. Durante o domínio da península, no século VI, pelo Rei Leovigildo, a cidade é incorporada nos seus domínios.

----- Em 717 foi ocupada temporariamente pelos Árabes até que durante a Reconquista se converte em praça-forte fronteiriça dos Cristãos.

----- Destruída por Abderramán II no séc. IX, mais tarde conquistada e repovoada por Ordoño I. Nos primórdios do séc. X é transferida a Corte Asturleonés desde Oviedo até León. León alcança a capitalidade. Nos finais do séc. X, quando a Corte Leonesa está estabelecida, Almantor arrasa a cidade “sem dó nem piedade”

----- No Reinado de Afonso V, no ano de 1017 d.C., reconstroem-se as muralhas romanas e são promulgadas as que se consideram as primeiras Leis Municipais, os Buenos Fueros, e o mais importante, Afonso V recupera a capital.

----- Durante o séc. XII, surgem os novos bairros que formam o Burgo Nuevo. León é ponto de passagem para Santiago.

----- Isto leva a que o fluxo de peregrinos enriqueça as “artes” da cidade. Afonso V convoca, em León, as primeiras Cortes democráticas europeias (1188).

----- O séc. XII foi um século de prosperidade para León, começa a construção da Catedral, sendo Fernando III, o Santo, a colocar a primeira pedra. A este sucedeu Afonso X, o Sábio, que seria o seu verdadeiro impulsionador. A catedral abriu ao culto em 1302.

----- No séc. XVI, “Século de Ouro”, Fernando, o Católico, concede autorização para a construção do novo convento de S. Marcos.

----- Com a morte de Fernando, as comunidades castelhanas batem-se com o sucessor Carlos I.

----- Em 1808, León foi invadida pelo exército Napoleónico, durante a Guerra da Independência.

----- Nos finais do séc. XIX é aberta a primeira linha-férrea Palencia-León.

----- No dealbar do séc. XX, António Gaudí, um dos melhores arquitectos deste século projecta a Casa de Botines.

----- Em 1920 dá-se a explosão urbanística de León e nos finais da década de setenta é fundada a Universidade de León. A cidade continua a expandir-se nos anos subsequentes, consolidando a sua posição estratégica de centro de ligação entre o norte e o centro peninsular, com a construção de auto-estradas e vias rápidas, bem como o crescimento do aeroporto de León que permite que hoje sejam uma realidade os voos com as principais capitais espanholas. No plano urbanístico, a cidade soube recuperar o seu passado com importantes projectos de zonas pedonais e recuperação do património, abrindo a sua perspectiva às novas tendências arquitectónicas, das quais é expoente máximo o Bairro das Eras de Renueva, destacando o Museu de Arte Contemporânea de Castela e León e o Auditório Cidade León, que converteu León numa referência de vida cultural de Norte de Espanha.

----- Para que no futuro um caminho de progresso, fraternidade e cooperação entre ambas as cidades possa alargar-se, a fim de nele englobar todas as inteligências, energias e vontades orientadas ao bem comum, de modo a tornar melhor o amanhã dos nossos jovens, propõem-se as respectivas entidades de Bragança (Portugal) e León (Espanha), pôr em prática a presente Carta de Geminação, que, num abraço fraterno irmanará as duas cidades e os seus cidadãos. .

----- **2. JURAMENTO DE GEMINAÇÃO**

----- De acordo com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Bragança a 02 de Fevereiro de 2006, e o Ayuntamiento de León a _____, aprovadas pela Assembleia Municipal de Bragança, a _____ e pelo _____ de León, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança e o Presidente do Ayuntamiento de León, convictos em corresponder às aspirações dos concidadãos, conscientes das suas responsabilidades sociais e políticas, para que no futuro um caminho de progresso, fraternidade e cooperação entre ambas as cidades possa alargar-se, a fim de nele englobar todas as competências, energias e vontades orientadas para o bem comum, de modo a tornar melhor o amanhã dos jovens, comprometem-

se a pôr em prática a presente Carta de Geminação, que, num abraço fraterno, irmanará as duas cidades e os seus cidadãos.

----- **ARTIGO PRIMEIRO**

----- A Câmara Municipal de Bragança e o Ayuntamiento de León comprometem-se, a promover entre as duas cidades, acções que fomentem o intercâmbio de toda a informação e cooperação nos Planos Cultural, Social e Económico e muito especialmente das publicações de qualquer género que em cada uma delas se efectuem.....

----- **ARTIGO SEGUNDO**

----- Para fomentar a convivência entre os cidadãos de ambos os municípios, de comum acordo celebrar-se-á o dia 20 de Fevereiro como o “DIA DE LEÓN EM BRAGANÇA”, e o dia 24 de Fevereiro como o “DIA DE BRAGANÇA EM LEÓN”, celebrações que terão um carácter eminente e principalmente popular, sem prejuízo dos correspondentes actos protocolares e institucionais

----- A Câmara Municipal de Bragança e o Ayuntamiento de León, comprometem-se a realizar as actividades necessárias para promover ao máximo nível possível, nos meses dos seus aniversários institucionais, os princípios e objectivos da presente geminação, momentos em que serão hasteadas as bandeiras de ambas as comunidades.....

----- **ARTIGO TERCEIRO**

----- Para concretizar os intercâmbios cultural e comercial, ambos os municípios se obrigam a convidarem-se mutuamente para feiras e exposições, ou outras mostras que qualquer deles organize, de onde possam advir proveitos para ambas as comunidades.....

----- **ARTIGO QUARTO**

----- A Câmara Municipal de Bragança e de León consideram da maior importância e transcendência fomentar o intercâmbio educacional entre os jovens de ambas as cidades, obrigando-se a realizar os trâmites necessários junto dos respectivos Órgãos de Educação, bem como à criação de Bolsas de Estudo, destinadas a alunos do Ensino Superior ou Politécnico existentes em cada uma das cidades, possibilitando a realização de estágios profissionais, ou curriculares.....

----- **ARTIGO QUINTO**

----- Para acompanhar o cumprimento do presente acto de Geminação, procurar o seu desenvolvimento e subscrever os factos e compromissos que para cada caso concreto sejam necessários, cria-se um Conselho Permanente de Geminação, composto pelo Presidente da Câmara Municipal e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Bragança, e o Presidente do Município de León, no qual participará, ainda, com carácter extraordinário, as entidades e personalidades que o Conselho Permanente venha a designar.

----- **ARTIGO SEXTO**

----- A presente Carta de Geminação, entrará em vigor após a sua assinatura solene em ambas as cidades, tendo duração indefinida e só ocorrerá a sua rescisão, por denúncia do município interessado, cabendo ao Conselho Permanente de Geminação a respectiva decisão, lavrando-se então o competente termo.

----- **ARTIGO SÉTIMO**

----- Os acordos que se subscrevam como consequência da presente Carta de Geminação, serão executados logo que tenham sido ratificados por ambos os municípios, com os requisitos que legalmente sejam exigidos pela legislação respectiva.

----- **ARTIGO OITAVO**

----- Como prova do espírito que orienta a Câmara Municipal de Bragança e o Ayuntamiento de León e em sinal de sincero compromisso do seu cumprimento, cada uma delas obriga-se a ter permanentemente exposta, em espaço nobre do Município, a Bandeira da cidade irmã.”

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Carta de Geminação entre as duas Cidades.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, solicitar a competente autorização à Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea d) do nº. 4, do Art.º. 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5.A/2002, de 11 de Janeiro.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 03 de Fevereiro de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

----- **Presidente da Mesa** – Iniciamos este ponto às cinco e quarenta e cinco da tarde, o que me faz temer sobre a capacidade de esgotar a agenda em tempo útil. -----
----- Senhor Presidente da Câmara faça o favor. -----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- Está presente a proposta para aprovação da Geminção da Cidade de Bragança e Léon. Queria só deixar a seguinte nota aos senhores deputados, aprovada a geminação hoje nesta Assembleia, a cerimonia far-se-á na próxima segunda-feira, em sessão solene, na Sala de Actos do Município, numa cerimónia de natureza fundamentalmente autárquica, em que os principais e quase os exclusivos convidados para a mesma são os Senhores Deputados Municipais, e os Senhores Presidentes de Junta.-----
----- Portanto penso que o acto tem alguma importância, tem alguma solenidade, e faço apelo que estejam presentes e mobilizem os Senhores Deputados ou Presidentes de Junta que estão ausentes neste momento. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----
----- Algum dos Senhores membros da Assembleia se deseja pronunciar sobre este tema? --
----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa, faça o favor, e seguidamente o Orlando Pontes. -----

----- **Luís Costa** – Bem, devido, de facto, como disse e salientou o Senhor Presidente da Câmara, e nós estamos de acordo, à importância que nós da CDU damos às geminações com outras cidades e com outros povos do mundo, nós, apesar de termos lido atentamente o texto, etc, mas para termos uma ideia mais exacta queríamos pedir ao Senhor Presidente da Câmara que nos desse aqui um esclarecimento sobre o número de geminações que já tem Bragança, portanto actualmente e o que é que têm trazido precisamente essas geminações de bom para um lado e para o outro, portanto dos povos ou das cidades com quem temos sido geminados.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. -----
----- Senhor Presidente da Câmara quer responder? Faz favor. -----

----- **Presidente da Câmara** – As geminações existentes são com as Cidades de Pavillons-Sous-Bois, com a cidade de Zamora, com Bragança Paulista, documento assinado em Bragança, faltando a confirmação da assinatura no Brasil, e agora com Leon. -----

----- O que é que se tem conseguido com Zamora? Têm-se conseguido algumas iniciativas interessantes no âmbito da cooperação institucional e a nível social e cultural. -----

----- Para este ano está a ser estruturado um programa de cooperação nessas áreas que referi, mas o mais relevante de tudo têm sido as oportunidades de parcerias e a nível de projectos comunitários, e o sentido mais positivo de relacionamento que a aproximação institucional gera nos cidadãos e instituições. -----

----- Com Pavillons – Sous – Bois, quem mais tem beneficiado dessa aproximação nos últimos tempos, têm sido fundamentalmente os jovens. O ano passado a deslocação que se fez a Pavillon foi de um grupo de alunos da Escola Miguel Torga. -----

----- Este ano o essencial do intercâmbio, vai centrar-se, intercâmbio de âmbito institucional que envolve os conservatórios de música Pavillons – Sous – Bois e o conservatório de música de Bragança. Independentemente os cidadãos e as suas organizações representativas, poderem, porque isso é que é importante e relevante, estabelecer formas de cooperação e assim tem acontecido.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Para intervenções, Senhor membro da Assembleia Orlando Pontes tem a palavra. -----

----- E perguntava se há mais inscrições para intervenções? -----

----- Luís Costa e Luís Vale.-----

----- **Orlando Pontes** – Excelentíssima Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e seus Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos boa tarde. -----

----- Eu li atentamente esta certidão, gostava era de ter depois mais tarde, se for possível, acesso ao documento completo, penso que sim que é possível, e quero neste momento congratular-me, de facto, por esta geminação, pois penso que depois de Zamora, esta, León, é efectivamente a cidade que mais tem para ser considerada gémea de Bragança. Não só pelo passado histórico, mas também pelo passado recente, em que esta cidade e província foi, não só pela sua proximidade, mas também pelas possibilidades que deu a milhares de transmontanos que nos últimos anos do antes 25 de Abril e mesmo depois do 25 de Abril, de ganharem a vida nessa zona, dando um sorriso ao futuro que a todos lhe pertencia.-----

----- Por este futuro passa a possibilidade também dos doutoramentos na Universidade de León, que já tem inclusivamente uma parceria com o ISLA de Bragança. -----

----- Na província de León estiveram e estão milhares de transmigrantes e quero salientar algumas localidades daquela província, como Favero Del Bierço, Toreno, Veja de Espinareda, Villablino, Benbibre, Las ventas de Alvares, Torre e toda a zona Del Bierço que desde a Fonferrada à Astorga e a própria Cidade de León, aí trabalharam e trabalham, nas minas e na construção civil. E esta zona é-me muito querida porque aí estive o meu pai quase exilado economicamente, e aí estive durante dezoito anos a trabalhar. E ainda há muitos portugueses que aí se encontram, e nos anos setenta foi inclusivamente por essa grande quantidade de Portugueses criado o Consulado de Portugal em León. -----

----- Estou contente, de facto, e congratulo-me com esta geminação, que me permite e para terminar, usar uma frase muito leonesa, *León a los Leoneses, pêro ahora también a los Bragançanos, Gracias.* -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa. -----

----- **Luís Costa** – Bem, o que eu vinha aqui dizer é o seguinte. A CDU sente-se, face à apresentação desta proposta, sente-se desrespeitada, assim como acha que esta Assembleia também tem sido e foi desrespeitada. Não porque, e já o disse no meu pedido de esclarecimento, não por estarmos contra a geminação, antes pelo contrário, somos, de facto, pela geminação e pela amizade entre os povos, mas, pelo simples facto de acharmos que esta Assembleia está a ser instrumentalizada. Que não passamos aqui de pró-forma, ou seja, todos nós, ou quase todos, a maioria de nós e o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, na introdução deste ponto, deixou bem claro que já estão marcados os jantares, já está marcada a assinatura do protocolo, e portanto que seria isso implícito, que este protocolo seria aprovado aqui nesta Assembleia sem discussão. -----

----- Portanto, isso é uma coisa que nós não podemos deixar passar em branco, as coisas têm os seus trâmites, e eu não gosto de ser tratado como um boneco, portanto não gosto que me ponham uma coisa para aprovar hoje à noite com convite no bolso para comemorar já depois amanhã ou depois de amanhã como se fossem favas contadas, portanto que isto seria aprovado. -----

----- Portanto, é uma coisa que nós, volto a dizer, da CDU nos desagrada profundamente e não podemos de maneira nenhuma deixar passar, e que pedimos que de futuro esta

Assembleia seja respeitada e que não voltem, a Presidência da Câmara não volte a ter o mínimo laivo de pensar que nós estamos aqui com uma mola na cabeça ou no pescoço, portanto para antecipadamente estarmos de acordo com esta questão.-----

----- Pode parecer uma questão de somenos importância, não tenho dúvida nenhuma que esta geminação, tanto que estamos, como eu disse, estamos de acordo, não estamos de acordo é sim no tratamento e na forma como estão a ser feitas as coisas. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- O Senhor membro da Assembleia Luís Vale. -----

----- **Luís Vale** – Obrigado. -----

----- Mais uma vez boa tarde a todos.-----

----- Dando razão àquilo que acabei de ouvir, com o qual também concordo, de qualquer forma isso não me impede de dizer que acreditamos nesta partilha de identidades, que possam ser com outras comunidades mais ou menos longínquas ou próximas, e que será sempre um espaço muito importante de partilha de conhecimentos, quer economicamente, culturalmente, socialmente, portanto nada temos a opor a este acordo, a esta geminação e pena é que as populações não sejam chamadas a participar mais, porque achamos que é um espaço excelente para essa participação. E que de alguma forma as populações teriam muito a ganhar se tivessem um espaço de intervenção maior.-----

----- Era isso. -----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Vamos votar a proposta da Câmara para Geminação da Cidade de Bragança com a Cidade de León. -----

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, estando momentaneamente cinquenta e dois membros presentes.** -----

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?-----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia. -----

----- **Lídio Correia** – A CDU absteve-se nesta votação não porque seja contra a geminação, porque reitero aquilo que o meu camarada Luís aqui já disse, reiteramos porque consideramos que a Assembleia Municipal, de facto, não pode servir como um mero pró - forma. -----

----- Eu recebi um convite para vir à festa de Geminação de Bragança - León há dois ou três dias, e penso que isto não é correcto e penso que terá que nos servir de exemplo para o futuro, que estas coisas não se resolvem partindo sempre do princípio que as pessoas se levantam e sentam conforme é a nossa vontade. Não, há regras, há pró - formas, e as instituições, os órgãos têm que ser respeitados. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Está terminado este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Passamos ao ponto -----

PONTO 4.4 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE DOIS PARQUES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEOS PARA VIATURAS LIGEIRAS E CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA. -----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Janeiro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel

Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.^a Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **“CONCESSÃO DO DIREITO DA EXPLORAÇÃO DE DOIS PARQUES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEOS PARA VIATURAS LIGEIRAS E CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA:**

----- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:.....

----- “1- Em reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada em vinte de Setembro de dois mil e quatro, em que estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores, Eng.^o Rui Afonso Cepeda Caseiro, Dr.^a Isabel Maria Lopes, Arqt.^o Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.^a Sandra Maria Afonso da Silva, Jorge Manuel Nogueiro Gomes e Dr. José Leonel Branco Afonso, foi deliberado iniciar o procedimento por concurso público com publicação no JOCE relativo à concessão referida em epígrafe.

----- 2- Esta deliberação teve por base os seguintes fundamentos:

----- “I – O Município de Bragança possui as seguintes infra-estruturas de estacionamento automóvel na cidade de Bragança:.....

----- a) Um Parque de Estacionamento Subterrâneo para veículos automóveis ligeiros com recolha pública e personalizada, no imóvel denominado FORUM THEATRUM sito na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro e Eng.^o Amaro da Costa, com 450 lugares;

----- b) Um Parque de Estacionamento Subterrâneo para veículos automóveis ligeiros com recolha pública e personalizada na Praça Camões, com 236 lugares;

----- c) Um Parque de Estacionamento pago, à superfície, na cidade de Bragança, com 350 lugares.

----- II – Em cumprimento da Recomendação contida na Decisão do Tribunal de Contas, proferida no âmbito do Relatório de Auditoria n.^o 4/2004 (2.^a secção), referente ao Processo n.^o 13/03-AUDIT, foi deliberado por esta Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal de Bragança uma proposta de autorização para a abertura de um procedimento para a concessão da exploração e gestão dos parques de Estacionamento identificados em I, por Concurso Público Internacional;

----- III – Por força da supra citada Decisão do Tribunal de Contas não foi possível outorgar o Contrato de Concessão com a empresa construtora do Complexo FORUM THEATRUM, tal como fora inicialmente previsto no Concurso Público que foi aberto para a Concepção e Construção daquele Empreendimento;.....

----- IV – A Câmara Municipal de Bragança não pretende obter qualquer enriquecimento ou benefício especial em todo este processo, mas apenas e tão só respeitar a legalidade e dar cumprimento à Decisão do Órgão de Soberania – Tribunal de Contas;

----- V – Para alicerçar materialmente, em termos de análise de custos a sua decisão, decidiu encomendar à Escola de Gestão do Porto, sob a coordenação do Professor Doutor Daniel Bessa, um Estudo e Avaliação, para determinar o valor a considerar nos documentos concursais, visando remunerar a Empresa Construtora pelos custos e lucros cessantes, pela não assinatura do Contrato de Concessão referente aos já identificados Parques de Estacionamento;.....

----- VI – Daquele Estudo e Avaliação resultou a determinação de um valor de 1.885.695,00 (um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros), montante este, cujo pagamento no prazo de sessenta dias após a adjudicação, constitui condição base para a assinatura do contrato de concessão no concurso que se pretende abrir para a concessão;.....

----- VII – Deverá ser equacionada a eventualidade do procedimento concursal, cuja abertura se propõe, ficar deserto ou não incidir deliberação adjudicatória sobre nenhuma das propostas apresentadas, mantendo-se nessa situação a necessidade de a Autarquia remunerar a construção dos Equipamentos.....

----- VIII – Nos termos da Lei a remuneração nas situações descritas no número precedente, poderá ser efectuada sem procedimento concursal prévio à assinatura do Contrato de Concessão;.....

----- IX – O disposto no Código do Procedimento Administrativo e no Decreto-Lei n.º 390/82, de 17 de Setembro, que regula a concessão dos serviços públicos pelos Órgãos Autárquicos; ..

----- X – O disposto na alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que confere à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a competência para autorizar, nos termos da Lei, a Câmara

Municipal a concessionar a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais”.....

----- 3 - Nesta sequência, o concurso iniciou-se com a publicação no D.R. III Série de 04/11/2004 e no JOCE, em 22/10/2004, tendo também sido publicado no Jornal de Notícias de 20/10/2004, no Jornal Mensageiro de Bragança de 29/10/2004 e no Semanário Regional de Informação de 26/10/2004.

----- 4 - Apenas apresentou proposta ao concurso a empresa Parque B, Estacionamentos de Bragança, S.A.

----- 5 - Da análise efectuada pelo júri à dita proposta, resultou que não satisfazia os requisitos do caderno de encargos, pelo que foi excluída nesta fase de análise e não houve qualquer tipo de reclamação ou recurso.

----- 6 - A constatação deste facto e a verificarem-se os mesmos condicionalismos previstos no programa do concurso e cadernos de encargos, como parece ser o caso, permitia ao município deitar mão ao procedimento por negociação ou ao concurso limitado.

----- 7 - Todavia, apesar de não serem substancialmente alteradas as condições previstas no caderno de encargos que serviu de base ao procedimento, é aconselhável proceder-se a novo procedimento por concurso público.

----- 8 - Esta iniciativa fundamenta-se, por um lado no facto de dar maior certeza e segurança jurídica a eventuais concorrentes e por outro lado fazer jus ao princípio da concorrência permitindo-se uma maior transparência na contratação que lhe está subjacente, e tanto mais que se pretende, à semelhança do que então fora previsto e autorizado pela Assembleia Municipal que o contrato tenha a duração de vinte anos.....

----- NESTES TERMOS, e considerando que se mantêm as mesmas razões de facto que nortearam a necessidade de se proceder à concessão dos serviços de estacionamento através da celebração de contrato de concessão a entidades privadas, e de modo a dar cabal cumprimento às recomendações do Tribunal de Contas, conforme seu relatório de auditoria n.º 4/2004 (2.ª Secção), bem como ao disposto na al. q) do n.º 6 do art.º 64.º do D.L. n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal delibere sobre o seguinte:.....

----- a) Submeter à Assembleia Municipal a proposta de autorização de concessão de exploração e gestão dos Parques Públicos identificados na transcrição supra, (Considerando I) precedendo concurso público internacional (o que implica publicação no D.R., III Série, JOCE e dois jornais de grande circulação nacional) e, bem assim, que sejam aprovadas as condições gerais formalizadas no programa de concurso e caderno de encargos;.....

----- b) Que seja mantida a condição a que alude a alínea b) da proposta apresentada a 20 de Setembro de 2004, onde é previsto que, caso se verifiquem as situações descritas no Considerando VII (supra transcrito), seja a Câmara Municipal a remunerar a Empresa Construtora do Empreendimento em condições substancialmente idênticas às estabelecidas para efeitos do concurso, valor que depois de acordado, será submetido à aprovação da Assembleia Municipal;.....

----- c) Que seja aprovado o pedido da competente autorização à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

----- d) Que seja designada a constituição do respectivo júri composto por:.....

----- **Presidente:**

----- Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente e Vereador em regime de tempo inteiro;

----- **Vogais efectivos:**

----- Eng.º Victor Manuel do Rosário Padrão, Director de Departamento de Obras e Urbanismo; e,

----- Dra. Helena Maria Jerónimo Rodrigues, Técnica Superior Jurista.

----- **Vogais suplentes:**

----- Dra. Maria Mavilde Gonçalves Xavier, Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira; e,

----- Eng.º José Manuel da Silva Marques, Chefe da Divisão de Obras.

----- O vogal efectivo, Eng.º Victor Manuel do Rosário Padrão, Director do Departamento de Obras e Urbanismo, substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, podendo no entanto se o júri assim o entender recorrer à colaboração da Técnica Superior de Gestão, Dr.ª Sílvia Maria Gonçalves Nogueira.

----- e) Que seja delegada no Júri a audiência prévia nos termos do n.º 3 do art.º 108.º de D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho.”

----- Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar a referida proposta, bem como aprovar o programa de concurso, caderno de encargos autorizar a abertura de concurso público, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes e Dr.ª Isabel Maria Lopes, e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, por entenderem que a filosofia que antecedeu o contrato foi um mau negócio.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 03 de Fevereiro de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

----- **Presidente da Mesa** - Penso que o Senhor Presidente da Câmara quererá apresentar este ponto.

----- **Presidente da Câmara** – Antes de iniciar a apresentação, devo alguns esclarecimentos à Assembleia relacionados com o processo anterior, quis simplificar eventualmente de forma excessiva. O Processo da Geminção com Léon tem cerca de um ano, houve deliberações de Câmara, fizemos o possível para que este assunto pudesse ter sido tratado na Assembleia de Dezembro, exactamente para evitar uma situação destas, sendo que o que se pretendia no âmbito da Comemoração dos 542 anos fazer a assinatura da Carta de Geminção. Portanto não é fácil numa situação destas conciliar datas, e com Léon não foi fácil fazer essa conciliação. De resto o maior esforço para esta aproximação e geminação teve de partir da nossa parte, temos uma dimensão social e económica muito menor. A Cidade de Léon trabalha num outro plano, e nós sentimos a utilidade desta geminação e tudo fizemos para que a mesma acontecesse no dia da Comemoração dos 542 anos, eu tinha na altura, em tempos,

dialogado inclusive com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de eventualmente a geminação poder acontecer. pensou-se ainda que a assembleia podia realizar-se aquando da comemoração dos 542 anos, ou seja, segunda feira, e tudo acontecer nesse dia, acabou também por o bom senso também do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recomendar que se fizesse no dia 17. Fizemos tudo o possível para evitar que a aprovação fosse feita muito em cima da hora. A nossa ideia era ter criado as condições para que esta votação tivesse acontecido em Dezembro e não conseguimos. Não por culpa nossa, nem por falta de respeito à Assembleia, mas tendo em conta a natureza, pareceu-nos que não mereceria qualquer reserva este procedimento.-----

----- Para todos os efeitos, quero deixar isso presente, não foi uma perspectiva de abuso sobre o órgão deliberativo, em circunstância alguma.-----

----- E ao dizer isso, lembrar aos Senhores deputados que segunda feira, para além do processo de geminação, é a comemoração dos 542 anos de Cidade que deverá passar a acontecer anualmente na data certa que é a 20 de Fevereiro.-----

----- A proposta que está apresentada relacionada com a concessão do direito de exploração de dois parques público de estacionamento subterrâneos para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, é um processo já do conhecimento dos senhores deputados, está presente a proposta de deliberação, o programa de concurso e caderno de encargos para o lançamento público internacional, e um conjunto de informações complementares relativamente às quais durante o debate eu darei o esclarecimento que os senhores deputados pedirem.-----

----- **Presidente da Mesa** – Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria.-----

----- Senhores membros da Assembleia : Luís Silvestre, António Vieira, Luís Costa.-----

----- Luís Silvestre, por favor.-----

----- **Luís Silvestre** – Senhor Presidente, Mesa da Assembleia, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia.-----

----- Isto já é um processo muito complicado, já é muito longo, penso que nós todos já o conhecemos, e vou-me cingir a fazer perguntas relativamente à documentação que foi entregue, ao caderno e ao programa do concurso.-----

----- **PERGUNTAS GERAIS**-----

----- 1. No ponto 2 alínea V da certidão, identifica por "Empresa Construtora" a entidade a ser remunerada, situação idêntica na alínea b da proposta aqui apresentada.-----

----- *Ou seja, a documentação entregue pela Câmara, que é a certidão, faz referência a um empresa construtora. A pergunta que eu faço é a seguinte.* -----

----- **Pergunta:** A empresa construtora não foi a FDO? Não deveria ser substituído no texto "Empresa Construtora" por Parque B -Estacionamentos de Bragança, SA?-----

----- 2. *Com base na documentação, estive a fazer contas, o edifício do Fórum Teatro possui 490 (509 no projecto?) lugares de estacionamento, em que 450 são propriedade da CMB. Possui também lugares destinadas às fracções destinadas à habitação e à Junta de Freguesia das Sé.* -----

----- **Pergunta:** Está a ser cumprido o disposto no PDM relativamente ao rácio área/lugar de estacionamento e a demais legislação em vigor, relativamente ao número de lugares de estacionamento resultantes *das áreas comerciais e do numero de facções destinadas à habitação?*-----

----- Resposta para uma área de 8000m2 com um rácio de 50m2/lugar corresponde a 160 lugares mais o número de lugares correspondentes a cada fracção destinada à habitação. ----

----- 3. O advogado avençado pela CMB tem os escritórios na Av. João da Cruz, 58 em Bragança.-----

----- **Pergunta:** Por que é que a morada da empresa Parque B - Estacionamentos de Bragança, SA é a Av. João da Cruz, 58 em Bragança? -----

----- **PROGRAMA DE CONCURSO** -----

----- 1. O artigo 7º do Programa de concurso – "*Qualificação dos concorrentes e causas de exclusão do concurso*"— nomeadamente o 2º ponto da alínea a) em que diz, que a empresa concorrente deve apresentar a "*Lista dos principais serviços similares ao concursado executados nos últimos 5 anos, (...)*" -----

----- **Pergunta:** Não está a inviabilizar a apresentação de proposta da empresa Parque B - Estacionamentos de Bragança, SA neste concurso, atendendo a que não satisfaz os requisitos para a sua qualificação ao concurso? *Ou seja, se analisarmos bem o programa de concurso, analisamos que conhecendo a empresa Parque B pela documentação que foi entregue, ela não tem condições para concorrer ao concurso.* -----

----- **CADERNO DE ENCARGOS** -----

----- 1. Nas alíneas a), b) e c) do número 2 do artigo 12 do Caderno de Encargos, definem-se os valores mínimos de renda anual a pagar. -----

----- **Pergunta:** Qual foi a base de calculo e pressupostos para chegar a esses valores?-----

----- 2. Atendendo à declaração apresentada, que indica a afluência de veículos ao parque, a afluência do parque 1 é mais do dobro do que a do parque 2. -----

----- **Pergunta:** Porque então o valor mínimo calculado para os dois parques são quase idênticos (uma diferença inferior a 3%)?-----

----- 3. No número 5 do artigo 12 do Caderno de Encargos, refere o pagamento do condomínio. -----

----- **Pergunta:** Qual é o valor actual do condomínio? Entendemos que esse valor deve ser conhecido. -----

----- 4. No ponto 2 do artigo 14º do Caderno de Encargos, define 0.60 € como taxa horária máxima a aplicar pela permanência de veículos no parque. -----

----- **Pergunta:** O valor máximo referido de 0.60 € é com IVA incluído? Se não for, o valor máximo final para o utilizador poderá ser até 0,75€ - 150\$00 - hora. -----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa, faz favor. -----

----- **Luís Costa** – Bem, eu tenho poucas perguntas, não tantas com a profundidade, ali deve ser mal dos “Luíses” de verem as coisas assim tão em profundidade, mas algumas tenho.-----

----- Portanto isto é um processo que se repete, portanto este concurso foi aberto já uma vez, já veio aqui à Assembleia, e as questões que nós voltamos a por são também as mesmas. -----

----- A primeira, porquê estar com a febre de privatizar uma coisa que até é rentável, portanto, um serviço da Câmara que funcionará e como tem funcionado muito bem, portanto nas mãos da Câmara. Essa é a primeira pergunta essencial. -----

----- A segunda, para nós essencial também, é de sabermos quantos concorrentes houve no outro concurso que depois foi embargado pelo Tribunal de Contas? Portanto, falou-se de um, falou-se de vários, mas de concreto, gostaríamos que a Presidência da Câmara nos elucidasse. Não irá, não esperará o Senhor Presidente que, neste momento, na abertura deste concurso que se vá passar precisamente a mesma coisa, que não apareçam concorrentes? Ou que eles não estejam em condições de concorrer?-----

----- Portanto, estas são, para já, as perguntas de base que nós temos para fazer. Tinha outras mas o Luís Silvestre já aqui também as fez, não vale a pena estar a repetir.-----

----- **Presidente da Mesa** – António Vieira, por favor. -----

----- **António Vieira** – Mais uma vez muito boa tarde a todos. -----

----- Eu só queria fazer aqui duas perguntas. -----

----- Portanto, a documentação que nos foi enviada, temos aqui uma declaração da Directora de Departamento da Administração e Gestão Financeira da Câmara, da receita apurada no ano de dois mil e cinco relativamente aos parques. Eu também agora perguntava ao Senhor Presidente qual foi a despesa desses mesmos parques no ano de dois mil e cinco. -----

----- E também perguntava ao Senhor Presidente, qual foi o montante que o Executivo camarário pagou em pareceres a juristas, a economistas e com a elaboração dos diversos concursos que foram elaborados para os parques. -----

----- É tudo. Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, presumo que quererá corresponder aos pedidos de esclarecimento feitos, tem a palavra para isso. -----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Não vou conseguir responder ao Senhor Deputado Luís Silvestre de forma exaustiva porque eu não consegui tomar nota de tudo, por isso lamento. -----

----- A repetição do concurso é uma consequência da auditoria do Tribunal de Contas. Como sabem, o Tribunal de Contas não anulou o concurso, mandou sim executar um concurso específico no que à concessão diz respeito. Não tendo sido realizado, nós pensamos que a realização conforme está no documento enviado aos senhores deputados e nas alegações feitas ao Tribunal de Contas, que esse contrato da concessão deveria ter sido feito depois de concluída a construção, portanto tomamos a decisão de acatar a decisão do Tribunal de Contas, ainda que ela nos traga perturbações e pior resultado que o previsto com o concurso inicial. -----

----- Decidimos, na sequência dessa observação do Tribunal de Contas, fazer a repetição do concurso da concessão. Nesse concurso foi feito um caderno de encargos, elaborado nos exactos termos em que tinha sido feito o concurso público internacional, só assim é que faria sentido repetir o concurso, para não subverter a proposta financeira do concorrente que tinha ganho o processo da concepção/construção e o único aditamento que teve esse processo foi o correspondente dos ajustamentos necessários face à recomendação do Tribunal de Contas,

particularmente aquilo que tem a ver com o eventual ressarcimento à empresa que ganhou o concurso, caso não venha a ficar com a concessão, o resto dos termos são exactamente iguais. Os termos deste concurso são exactamente iguais aos dois anteriores, mudam as datas. -----

----- O valor das rendas são os valores, da proposta financeira que foi obtida no concurso internacional. Não mudamos esses valores. -----

----- No segundo concurso não foi considerada a proposta do concorrente da Parque B, pelo facto de não respeitar o que estava previsto no caderno de encargos, designadamente os montantes das rendas. Portanto nem sequer foi considerada a proposta, conforme está definido também na certidão. -----

----- Valores das receitas e despesas, é indicado o valor da receita nos dois parques de estacionamento, não tenho o valor da despesa neste momento, em algumas actas de reunião de Câmara já tivemos essa informação tratada para efeitos comparativos, mas neste momento as receitas que temos não cobrem o custo da segurança e da limpeza. Em traços gerais é isso. Muito menos a amortização de investimento feito. -----

----- Face aos números entrados pode-se é questionar é se as receitas podem aumentar, se anularmos a gratuidade da primeira hora, quer num parque, quer noutra, provavelmente também o número de entradas diminui. -----

----- A ideia básica é repetir o concurso. A empresa que concorreu no primeiro concurso e executou o empreendimento, se entender apresentar-se nas exactas condições em que ganhou o concurso, a Câmara fará a adjudicação. Se assim não for, aquilo que sempre foi referido, a Câmara fará a exploração directa e deixará que em última instância os tribunais apurem o valor de ressarcimento à empresa pela construção de um bem que é propriedade da Câmara. Em traços gerais é isso. -----

----- Quanto à questão da Sede da Empresa não sei explicar isso, confesso. Este processo foi inicialmente tratado pelo Dr. Agostinho Ribeiro, conforme é do vosso conhecimento, e de acordo com o relatório que também vos foi, mais uma vez entregue, a partir desse momento e feita a auditoria, o processo passou a ser tratado por um gabinete de consultores jurídicos que têm acompanhado o processo na íntegra. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos registar as inscrições para intervenções nesta matéria. -----

----- Luís Silvestre, Luís Costa e Dr. Amândio Gomes. -----

----- Luís Silvestre tem a palavra, por favor. -----

----- **Luís Silvestre** – Senhor Presidente, eu quando o questionei, as questões que eu coloquei foram todas técnicas, não houve aqui nenhuma questão de cariz político. Foi tudo feito com base na análise da documentação entregue por Vossa Excelência e pela Mesa. -----

----- Terei muito gosto, e tenho as perguntas escritas, terei muito gosto de fazer chegar as perguntas. -----

----- Tenho-lhe a dizer que as perguntas eram pertinentes, muitas delas, e são perguntas que podem viabilizar ou não viabilizar a participação da Parque B no negócio, nomeadamente quando eu falo no programa do concurso no artigo sete, que define a qualificação dos concorrentes. Mas vai que ter paciência, o que está lá escrito, a Parque B não pode concorrer. Não tem cinco anos de experiência, e quando o Daniel Bessa faz a previsão do valor a ser pago pela Câmara Municipal em termos de indemnização da não adjudicação do concurso, é à Parque B, não é à Braga Parques. A nós não nos interessa que o Braga Parques concorra, porque partindo do princípio do documento do Daniel Bessa, e do princípio da boa fé, nós temos que permitir que a Parque B concorra. -----

----- O Tribunal de Contas não obriga a abrir concurso nenhum. O Tribunal de Contas não obriga o Senhor Presidente a abrir o Concurso nos termos anteriores. O Tribunal de Contas diz que o Senhor Presidente ou explora directamente os concursos, ou faz novo concurso, não diz para fazer o mesmo concurso. E como pode fazer um novo concurso, aconselho o Senhor Presidente a retirar a proposta e a fazer o caderno de encargos como deve ser, e que permite, de facto, que a Câmara não fique prejudicada. -----

----- Mas voltando ao assunto que eu queria fazer aqui na intervenção é o seguinte:-----

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**-----

----- “Os parques de estacionamento de qualquer cidade podem ser geridos e explorados directamente pelas autarquias locais, ou através da sua concessão a terceiros. Neste caso, e de acordo com o Tribunal de Contas, e se a autarquia o entender, volto a repetir, pode proceder à sua concessão, através da abertura de novo concurso público. -----

----- Se nos trouxesse aqui **apenas** a aprovação da proposta de concessão de exploração e gestão dos parques de estacionamento da Cidade de Bragança, proposta essa, que garantisse a prestação de um bom serviço a um custo aceitável e a isenção de pagamento na 1 hora de utilização nos parques subterrâneos, de certeza que tinha a aprovação do Partido Socialista, se fosse só isso, mas não!-----

----- Mas o que nos trás aqui não é isso! O que nos trás aqui é a aprovação de uma proposta de concessão de parques de estacionamento e a aprovação de uma proposta de (e cito)

"remunerar a Empresa Construtora pelos custos e lucros cessantes" (fim de citação). *Isto é o que nos trás aqui.*-----

----- Relativamente a remunerar a Parque B pêlos custos e lucros cessantes, é do vosso conhecimento, que o estudo para o apuramento do valor da indemnização em causa, foi encomendado à Escola de Gestão do Porto, e assinado pelo Prof. Doutor Daniel Bessa.-----

----- Mas atenção! -----

----- Os pressupostos apresentados no referido estudo elaborado em Outubro de 2004, podem não ser os mesmos em 2006, e passo a explicar: -----

----- PRIMEIRO: Passo a citar o Prof. Doutor Daniel Bessa, *no seu próprio documento que foi entregue a Vossas Escelências, "não dispomos de qualquer tipo de história no que se refere à exploração de parques de estacionamento na cidade de Bragança, em 2004 (o que, a verificar-se, sempre ajudaria a resolver a questão dos rendimentos previsíveis). Tudo para concluir que, no caso em apreço, não podemos deixar de, e saliento isto que vou dizer a seguir, ser remetidos para graus de incerteza extremamente elevados, com conseqüente agravamento exponencial dos prémios de risco aplicáveis "*fim de citação. Não sou eu que o digo, é o Professor Daniel Beça e relativamente ao estudo apresentado à Câmara Municipal de Bragança. -----

----- Graus de incerteza extremamente elevados...preocupante! Principalmente quando se trata de dinheiros de todos nós. -----

----- Em Outubro de 2004, (data da entrega do documento) existia um histórico com mais de 10 anos de estacionamento pago à superfície na cidade de Bragança. Não percebemos porque esse histórico não foi fornecido para o estudo...-----

----- Hoje, 17 de Fevereiro de 2006, existe histórico de custos e proveitos da exploração dos parques de estacionamento subterrâneos referentes ao ano 2005. Porque é que a Câmara não promoveu a actualização do estudo, fornecendo os novos elementos que agora possui, diminuindo assim, o grau de incerteza...*do Professor Daniel Beça?*-----

----- SEGUNDO: O apuramento do valor de 1.885.695€ teve por base a análise dos cash-flows que a própria BragaParques estimou no estudo de viabilidade apresentado a CMB aquando do concurso em 2002 e, no princípio de boa-fé de ambas as partes, o que leva o Prof. Doutor Daniel Bessa a observar, e cito "*O valor acabado de referir, de cujo risco nos encontramos inteiramente conscientes, não pode nem deve ser dissociado do contexto em que foi calculado, particularmente da aplicação do princípio de boa-fé atrás preconizado(...)*" fim de citação. --

----- Ora então, é legítimo perguntar se a Parque B ao apresentar a proposta para ao concurso de concessão da exploração e gestão dos Parques de Estacionamento, publicado no D.R. III Série de 04/11/2004, o fez de boa fé...*nós já ouvimos dizer que não cumpria sequer os requisitos mínimos do Caderno de Encargos* -----

----- Assim sendo, mediante tais incertezas e intenções dúbias, não poderá o Grupo Municipal do Partido Socialista votar a favor destas duas propostas".-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa, por favor.-----

----- **Luís Costa** – Bem, como estavam ali a pedir para abreviar, de facto isto já não dá para ser muito longo. Adendando um pouco as palavras do orador que me antecedeu, portanto de haver muitas dúvidas, e a dúvida que nos fica e ficou sempre já quando foi da primeira discussão da primeira proposta, não conseguimos e acho que nunca ficou claro para todos nós, porque é que se tem que fazer negócio com a Braga Parque ou com esta subsidiária da Empresa Braga Parque por ter construído e por ter feito aqueles negócios com os terrenos e trocas de terrenos, etc, porque nós sempre achamos que a Câmara não tinha, de maneira nenhuma, que fazer negócio preferencialmente com a Parque B, ou com a Parque A ou com outra empresa qualquer.-----

----- Portanto, não sei, acho que o Senhor Presidente, a Presidência da Câmara continua a insistir num tratamento preferencial de uma empresa a quem nós achamos que o Município não deve absolutamente nada e que, parece que está é relutante em ir ao encontro daquilo que nós vimos dizendo há muito tempo, nem tudo o que é público é mau, nem tudo o que é privado é bom.-----

----- Portanto, os parques têm funcionado sob a orientação da Câmara, têm funcionado bem, portanto, têm sido pelos vistos e pelas contas, pelos números que têm sido apresentados e sobretudo pelos que não têm sido apresentados, portanto têm funcionado bem, têm dado lucro à Câmara, não percebemos e continuamos sem perceber qual é esta febre, esta necessidade tão premente de passar isto para uma empresa, e não estando aqui a repetir, mais uma vez o digo, hoje já é a segunda argumentação ali do camarada Luís Silvestre, que nem sequer está em condições de facto de concorrer, não cumpre com o que era exigido para o concurso, e portanto dentro desta base e dentro desta perspectiva a CDU não pode de maneira nenhuma, dentro do que tem sido a nossa linha, votar favoravelmente esta proposta.-----

----- Portanto, iremos opor-nos e opor-nos veementemente contra esta situação e contra a proposta aqui apresentada pela Câmara.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes, por favor. Tem a palavra. -----

----- **Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Executivo, excelentíssimos Membros desta Assembleia.

----- Eu penso que a Câmara tem tratado este assunto com a máxima lisura e com a melhor da boa fé. Por isso, também estou convencido que há que por termo a este assunto, porque torna-se necessário acertar contas com quem construiu o parque integrado no edifício aqui ao lado. -----

----- Não vejo que a Câmara possa sair muito ao lançar este concurso, não penso que possa sair muito dos termos em que já o fez, para não criar critérios diversos e para não dar motivo à empresa construtora de enveredar por outros caminhos ou até por caminhos especulativos, isto é, pedindo importâncias indemnizatórias a que porventura não tenha direito. -----

----- Se o actual caderno de encargos, à partida, não pode contemplar o concurso da parque B, não aceitará, enfim, que a Parque B possa concorrer, bom, isto aqui eu não sei em que medida a Câmara estará disponível para alterar essa cláusula que se sabe, a parque B não preencher. -----

----- De qualquer das formas, penso que mesmo aqui também não há má fé da parte da Câmara, na medida em que está disponível para entregar à Parque B aquilo que outro qualquer concorrente entender oferecer à Câmara pela exploração dos três parques. É fácil isto, eu penso que esta Assembleia deve continuar a ajudar a Câmara a resolver um problema que surgiu contra a sua vontade. -----

----- A Câmara comprometeu-se com o Tribunal de Contas para abrir o concurso de exploração dos parques, já o fez uma vez, teve que o anular, vai fazê-lo novamente para que possam aparecer concorrentes e para preencher enfim, um comprometimento a que se obrigou, perante o Tribunal de Contas. E é fácil isto. O Partido Social Democrata vai aprovar este pedido da Câmara Municipal. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Terminadas as intervenções, íamos passar à votação deste ponto da ordem e trabalhos, portanto da proposta da Câmara Municipal... -----

------

----- **Presidente da Mesa** - Faz favor Senhor Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Alguns esclarecimentos adicionais que posso prestar relacionados com a intervenção do Senhor deputado Luís Silvestre. -----

----- De facto quando o caderno de encargos se refere à empresa construtora, a empresa construtora é a Parque B, porque houve a sessão de posição contratual nos termos do processo, da BragaParques para a Parque B. O facto de ter sido a FDO, a construiu por contratação da Parque B, a FDO não tem que constar neste processo. A sessão legal de posição contratual conforme é do vosso conhecimento, foi feita à parque B.-----

----- Um outro aspecto é que essa cláusula, a cláusula referida no caderno de encargos, a nível de capacidade técnica não é uma cláusula de expulsão, é só uma cláusula de avaliação da capacidade. -----

----- A parte do condomínio, também temos esse valor apurado. Reunirá em princípio, dentro em breve, a Assembleia Geral do Condomínio, que é presidido pela Câmara Municipal, porque é maioritária naquele processo, tem 53,7% do valor do investimento e portanto preside ao Condomínio, esse valor está apurado e é de 650 euros por mês. -----

----- Senhor Deputado Luís Costa, evidentemente que o Dr. Amândio disse de forma clara, que a Câmara não pode esquecer que há um processo que foi iniciado num concurso público internacional, que envolveu duas partes, que levaram a um processo de construção, do qual a Câmara recebeu um património significativo. Dizer que *“não deve nada à empresa”!*, *não é verdade*, evidentemente que deve alguma coisa à empresa, o correspondente a parte do património que a Câmara municipal recebeu e registou em seu nome. O valor pode ser apurado em última instância em tribunal, mas o processo tem que ser finalizado. -----

----- A Câmara não deve meter-se num processo jurídico de contornos complexos. Meter-se-á se for necessário para apurar o valor de ressarcimento à empresa caso ela não cumpra, ou não venha a aceitar pegar na concessão nos termos em que concorreu no âmbito do concurso público internacional. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos então passar à votação da proposta da Câmara para concessão do direito da exploração de dois parques públicos de estacionamento subterrâneos para viaturas ligeiras e concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública -----

----- O controle de presenças indica que há cinquenta e seis membros da Assembleia presentes, o que permite deliberar validamente e eu aproveito também para agradecer a todos os presentes, embora os que estamos não estaremos a fazer mais do que a nossa obrigação, mas agradecer a todos os presentes o podermos continuar com os nossos trabalhos ainda hoje.- -----

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quarenta e dois votos a favor, catorze votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente cinquenta e seis membros presentes.-----

----- Declarações de voto?-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, faça o favor. -----

----- **Luís Silvestre** – A declaração de voto é simples, nós não podíamos aprovar um documento que não está actualizado, portanto não estão actualizados os valores de 2006. Um documento que alguns pressupostos são dúbios, o próprio Daniel Bessa tem algumas dificuldades em afirmar se o valor da indemnização é mesmo aquele, portanto, nós entendemos que os valores actuais que existem, poderia haver alguma correcção nesse valor. Nesse sentido nós votamos contra e o nosso voto de vencido é esse.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Passamos ao ponto -----

4.5 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PARA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE M.M.B – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M. -----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dois de Fevereiro do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **“AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE M.M.B. – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.:.....**

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a proposta de aumento de capital da referida Sociedade nos seguintes termos:.....

----- “Considerando que a Assembleia Geral da Sociedade M.M.B. – Mercado Municipal de Bragança E.M., deliberou, em sua reunião de 17 de Janeiro de 2006, conforme documento que se anexa, subscrever novas acções, mediante o reforço de 219 000,00 €, passando o capital do valor de 700 000,00 € para 919 000,00 €, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 43 800 novas acções de 5,00 € cada, a realizar integralmente pelo accionista Município de Bragança, uma vez que o representante na Assembleia Geral da accionista SIMAB declarou que a sua representada não exerce o seu direito de subscrição.

----- O accionista Município de Bragança subscrevendo a totalidade do aumento do capital social passará a deter 177 800 acções e uma participação de 884 000,00€ e o accionista SIMAB continuará a deter 7 000 acções a que corresponde um capital social de 35 000,00 €, passando a proporcionalidade de 96,2% e 3,8%, respectivamente.....

----- Este aumento de capital vai permitir a satisfação integral e pontual dos compromissos assumidos, com a contracção do empréstimo a médio/longo prazo, destinado ao financiamento parcial da construção do edifício.”

----- Mais propõe que a presente proposta, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas m) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”.....

----- O Sr. Presidente informou que, nesta Assembleia Geral, foi deliberado, por unanimidade, mandar o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, para na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em nome da Sociedade Mercado Municipal de Bragança, E.M., proceder à outorga da escritura de aumento de capital, bem como requerer e assinar tudo o mais que houver de ser feito para a execução da deliberação tomada.

----- **Os Srs. Vereadores do Partido Socialista, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, questionaram o Sr. Presidente sobre o seguinte:**

----- 1. Porque razão a SIMAB não quer exercer o direito de subscrever novas acções?.....

----- 2. Qual o interesse da Câmara Municipal em adquirir a totalidade do capital social da Empresa SIMAB?

----- **Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Srs. Vereadores:**

----- O Sr. Presidente respondeu, referindo que a SIMAB é uma empresa de capitais públicos, vocacionada para a implementação da instalação de mercados abastecedores e que esta função no que se refere ao Mercado Municipal de Bragança, terminou.

----- A Câmara Municipal associou-se à SIMAB para poder usufruir de financiamentos para a construção do Mercado Municipal, situação que não se tornaria possível sem a parceria com a mesma.....

----- Compreende-se assim a razão pela qual não pretende subscrever novas acções e até já apresentou uma proposta de venda da sua quota a esta Câmara Municipal.....

----- Esta atitude tem sido tomada pela SIMAB com outros Municípios com quem fez parceria, mantendo-se nesta fase parceria com os Municípios de Bragança e Faro.....

----- De seguida procedeu-se à votação, tendo sido, deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas m) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”.....

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 03 de Fevereiro de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

----- **Presidente da Mesa** – Para apresentar a proposta dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

----- **Presidente da Câmara** – A proposta apresentada para deliberação envolve um aumento de capital social da empresa Mercado Municipal de Bragança no valor de 219 000 euros, mediante a emissão de 43 800 acções, com valor nominal de 5 euros cada uma.

----- Feita esta operação, a Câmara manter-se-á detentora de 96,2% do capital social, e a SIIMAB 3,8 %.

----- Foi distribuída acta da Assembleia Geral que decidiu sobre o aumento de capital social, e também foi distribuído aos senhores deputados o Orçamento Provisional de Gestão para o ano de 2006.

----- Proximamente será enviada a Conta de Exploração do ano de 2005.

----- A SIMAB manifestou, desde já, início de 2005, a vontade de sair da Empresa, conforme transmiti aos senhores deputados.

----- Recebeu instruções da Tutela no início do ano de 2005 para concentrar a sua actividade no Mercado Abastecedor de Lisboa, portanto neste momento, saiu do Mercado Municipal de Aveiro já, Saiu de Portalegre, saiu de Chaves do Mercado Abastecedor, sairá proximamente do Mercado de Faro que está em fase de conclusão, e propôs já no início de 2005 sair do Mercado Municipal de Bragança, uma vez que considerou que a sua missão estava cumprida, no entanto essa será uma deliberação a tomar em fase posterior.

----- Não quisemos misturá-la com esta decisão, uma vez que o processo seria mais moroso sob o ponto de vista administrativo.

----- O aumento do capital social destina-se estritamente a resolver os problemas relacionados com as responsabilidades que a empresa tem, ao nível da contracção de um empréstimo que realizou para a construção do Mercado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- O senhor Secretário precisa de lhes dar aqui um esclarecimento muito rápido.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Integrado no Programa de Geminação da Cidade de León-Bragança, a Câmara Municipal de Bragança vai proporcionar uma viagem a León no dia vinte e quatro de Fevereiro, portanto, muito próximo, a todos os Senhores Presidentes de Junta. Para o efeito, deverão procurar os Serviços de Apoio da Assembleia, dizendo se sim ou não, e rubricar se estão interessados em ir. Todos os Senhores Presidentes de Junta.-----

----- Na parte dos eleitos, haverá um representante por cada Grupo Municipal, que também fará a confirmação nestes serviços. -----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. -----

----- Retomamos os nossos trabalhos. -----

----- Vamos registar as inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a proposta da ordem de trabalhos em que estávamos, sobre a proposta da Câmara Municipal para aumento do Capital Social da Sociedade Mercado Municipal de Bragança. -----

----- Para pedidos de esclarecimento, há inscrições?-----

----- Senhores membros da Assembleia : António Vieira, e Cruz de Oliveira. -----

----- António Vieira, por favor, tem a palavra. -----

----- **António Vieira** – Mais uma vez boa tarde. -----

----- Eu só ia perguntar aqui ao Senhor Presidente da Câmara, é que como é que é possível, desde que se iniciou, portanto, desde que se construiu o Mercado Municipal, a SIMAB tinha 49% do capital social e a Câmara 51%. Actualmente tem 3,8 e daqui a um ano acho que tem zero por cento e a Câmara tem o capital social de 100%. Como é uma obra que dá todos os anos prejuízo, portanto acho que isto é um mau negócio para a Câmara. -----

----- Por outro lado, este aumento de capital social é para fazer face às despesas do Mercado e para pagar, acho que a quarta tranche da amortização do empréstimo que a Câmara efectuou. Eu perguntava ao Senhor Presidente quantas tranches ainda faltam para pagar o Mercado Municipal?-----

----- Obrigado-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Cruz Oliveira, por favor.-----

----- **Cruz Oliveira** – Boa tarde. -----

----- Muito obrigado. Senhor Presidente da Mesa, Executivo Municipal, caros Colegas, Membros da Assembleia Municipal, e Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Cabe aqui um esclarecimento, e esse esclarecimento é relativamente ao assunto que hoje aqui se trata. Se alguém tem que ficar com o louvor pelo caminho que está a prosseguir, é a Câmara Municipal, pelo facto de assumir, tal como aqui já foi referido, a responsabilidade integral dos Mercados Municipais. E porquê? Porque o Organismo criado há cerca de 16 anos, o SIMAB, que estava perfeitamente assumida a sua responsabilidade de criação e instalação de mercados, quer abastecedores, quer municipais, deixou de exercer a sua função. O SIMAB libertou-se de uma forma abrupta, de uma forma extremamente rápida das suas responsabilidades. -----

----- Para todos aqui e de uma forma rápida, dado que o tempo urge, dizer o seguinte, o SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores – foi criado para suprir uma necessidade que havia a nível nacional. Espanha, aqui ao nosso lado já tinha Mercados Abastecedores e de Distribuição alimentares, onde o Estado se obriga a fazer a responsabilização, que é do Estado, da fiscalização alimentar e o rastreio. Portugal não tinha. O Estado cumpria essa missão ao criar essa rede. Passados estes anos o que acontece é que o Estado vem dizer, a rede entregue-se aos privados, Câmaras Municipais ou a qualquer entidade privada - estou a falar no caso do Porto que é a privado, os restantes são todos do Estado - sem criar a estrutura de ligação que era vital neste momento, para que houvesse o conceito de rastreabilidade e de ligação. -----

----- Mais uma vez, estamos a assistir à passagem de responsabilidades para as autarquias, sem o devido complemento financeiro para que possam exercer essa mesma função. E portanto, notoriamente aqui, se alguma situação, eu posso sugerir a esta Assembleia, é apoiar a Câmara Municipal, seja este Executivo que hoje aqui está, seja o próximo, qualquer um que lhe vá suceder, porque o conceito de rastreabilidade alimentar, o conceito de limpeza do ponto de vista daquilo que estamos a comer, é algo que não tem a ver com grupos partidários, tem a ver é com uma sensibilização de toda a Assembleia Municipal, com o objectivo de se saber o que é que se passa com o nosso Mercado Alimentar, quais são os produtos que chegam, de onde vêm e como é que eles chegam à casa das próprias pessoas. -----

----- Portanto, a Câmara Municipal ter a responsabilidade sob o seu Mercado e sobre os seus produtos, não está a fazer nem mais nem menos do que aquilo que o Cidadão normal exige, que é, tal como também nos hipermercados que estão aqui, existe uma fiscalização para todos os produtos que aqui chegam. E aí tem que a Câmara Municipal o exercer. Não é nenhum mal,

em meu entender, é algo que objectivamente alguém tem que o fazer, e como o Estado o não faz, então a Câmara Municipal tem que o exercer. -----

----- É este esclarecimento que eu quero dar e o apoio que peço ao Grupo Parlamentar do PSD, mas de uma forma partidária peço a todos, no sentido de que esta Câmara tem que ter, como todas as outras, Chaves já o fez, Fundão está a fazê-lo, e notoriamente o Mercado Abastecedor de Lisboa, só não é feito pelas Câmaras Municipais devido aos problemas financeiros gravíssimos que tem.-----

----- Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente da Câmara quer usar da palavra ao pedido de esclarecimento que foi feito?

----- Faz favor.-----

----- **Presidente da Câmara** – O valor do empréstimo de médio e longo prazo contraído para a construção consta na página nove, salvo erro, do documento – Plano de Actividades e Orçamento para 2006 – o documento que foi distribuído aos Senhores deputados. -----

----- No documento está o valor do empréstimo inicial, o valor amortizado e o valor actual do empréstimo. Será preciso assegurar o pagamento das prestações conforme o contratado ou renegociar para prazos mais curtos. -----

----- Se o Mercado não tivesse contraído este empréstimo, teria que ter realizado à partida, no momento da construção ou durante a construção, o capital social correspondente ao investimento feito e não financiado por fundos comunitários-----

----- Outra nota que queria deixar é a de que a competência no âmbito dos Mercados Municipais é Municipal. E quer queiramos, quer não, nos Mercados Municipais, não tenho conhecimento que nenhum Mercado Municipal dê lucro, cumpre uma função social, uma função de desenvolvimento económico, e não vale a pena pensar que é de forma diferente. É esta a realidade, e esta é uma competência da Câmara, a Câmara tem que a assumir e assumiu-a bem, no âmbito de uma parceria construindo um Mercado Moderno, limpo, e para o futuro e com uma gestão adequada. -----

----- Os resultados operacionais, têm evoluído favoravelmente, essa era a nossa previsão, em 2003 o resultado líquido negativo tinha sido de 226 000 €, em 2004 foi de 175 000€, em 2005 baixou para 96 000€, e a previsão para 2006 é de 55 000€. -----

----- Quero deixar uma nota aos Senhores deputados que é a seguinte, já em Assembleias anteriores, se tem falado, se os operadores pagam demais, se se deviam baixar as taxas de

utilização, etc. É um exercício de equilíbrio que tem que ser feito e não é por essa via que se faz. -----

----- O Mercado Tradicional, está praticamente todo ocupado, e correspondeu à transferência dos operadores do antigo Mercado para o novo Mercado e à inclusão de novos operadores. A receita equivalente à sua presença é de 69 989,14€, uma parcela pequena relativamente às receitas globais e às despesas correspondentes à vertente do Mercado Tradicional. -----

----- A despesa feita com electricidade, gás e água, só essas três componentes ultrapassam os setenta mil euros. Bom, apesar disso o Mercado tem um equilíbrio aceitável. Resolvíamos com facilidade o equilíbrio de contas, aumentando as taxas de utilização aos operadores do Mercado Tradicional, só que estes não as poderiam pagar e os senhores deputados iriam protestar pelos aumentos. A concorrência promovida pelas médias/grandes superfícies na nossa cidade, é muito forte e nessas circunstâncias acabaríamos com o mercado tradicional, fechando ainda mais as poucas possibilidades dos nossos agricultores e do pequeno comércio familiar. A Câmara Municipal tem ainda que manter este tipo de ajuda, pela natureza social e de equilíbrio de mercado. -----

----- O valor anual de gastos com electricidade, gás e água, é de cerca de 71 mil euros, portanto, faz-se um exercício bastante grande para que o Mercado funcione, funcione bem, com um nível e um grau de limpeza superior aquilo que é habitual. As pessoas que visitam o nosso Mercado ficam muito bem impressionadas pelo cuidado que há nesse âmbito, e tudo o que é superfície que envolve produtos alimentares, naturalmente que essa é também uma importante preocupação presente na gestão do mercado municipal. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Vamos registar as inscrições para intervenções neste momento. -----

----- Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, pode já dirigir-se, Luís Costa e Martinho do Nascimento.-----

----- Faça o favor. -----

----- Eu queria só chamar a atenção que estamos a catorze minutos de terminar obrigatoriamente os trabalhos e pedia o vosso auxílio para conseguirmos terminar os trabalhos com a votação e a declaração de voto. -----

----- **Bruno Veloso** – Boa tarde a todos mais uma vez. -----

----- Efectivamente, obviamente que o Partido Socialista não poder ser a favor de um qualquer aumento de capital, ainda por cima que não me parece que tenha tido a justificação devida, muito mais quando não sabemos sequer dos proveitos e das contas referentes ao ano

de 2005 com algum pormenor. Porque inclusivamente, Senhor Presidente de Câmara, permita-me que lhe diga e eu não vi aqui nada em contraditório, que aquilo que se ouve, e é uma pergunta clara, é que há muitos lojistas que não têm as rendas em dia, isto é verdade ou não é verdade? -----

----- Depois parece-me que é necessário ter em conta outras situações. Eu acredito que quem venha de fora, eu próprio se for visitar, despido de um espírito de alguma crítica de quem vive em Bragança, e de quem conhece as necessidades e aquilo que é o Mercado Municipal, também obviamente que olho e vejo um bonito edifício, e vejo que efectivamente teria excelentes condições para funcionar noutros moldes. O que me parece é que de facto, a gestão para a qual está vocacionado e a vertente que ele utiliza não é a de um típico Mercado Municipal que esta cidade exige. -----

----- Porque eu não vejo que a PT Contact seja efectivamente um serviço a prestar no Mercado Municipal, mas tão só e apenas para procurar alguma rentabilidade de um processo, quanto a mim, de má gestão. -----

----- E o que se procura aqui hoje, mesmo que a SIMAB, e tomando em conta que a SIMAB esteja para isso vocacionada, para Mercados Abastecedores, e que portanto tenha alguma intenção de se desprender da sua cota parte nesta sociedade, obviamente que a Câmara terá que tomar algumas responsabilidades. -----

----- Mas este aumento de capital e é preciso dizê-lo, quando se faz um aumento de capital deste género, há efectiva e claramente uma noção, que é diminuir o passivo desta Sociedade, ou através de capitais próprios ou através de endividamento e de pagamento à banca. E portanto esta redução do capital alheio, ou seja, através do pagamento à banca é assim e é neste espírito que se pretende, e é aquilo que eu entendo que se pretende fazer a injeção de novo capital. -----

----- O que aqui se tenta fazer com este aumento é de alguma forma colmatar a falta de rentabilidade neste empreendimento, diga-se em abono da verdade, de alguma forma desvirtuada como já o disse anteriormente, e utilizando para tal a injeção de capitais próprios para camuflar um passivo alheio que será a dívida. -----

----- Com este aumento de capital próprio, o único objectivo, e é preciso dizê-lo também com clareza, é a diminuição do endividamento da empresa Mercado Municipal, cuja prova está na falta de rentabilidade do mesmo. A falta de rentabilidade desta solução implica hoje, como implicará no futuro, a constante exigência e a disponibilidade financeira por parte do Município, agora substancialmente agravada pelo desinvestimento da própria SIMAB, e portanto com maiores responsabilidades enquanto accionista único, mas também à custa dos cidadãos e consequentemente em detrimento de outras prioridades de investimento da Câmara Municipal.

É que estamos a falar, caros colegas, de um bolo, de um aumento de capital, de uma injeção de capital de 219 000€, num total de capital de 700 000€, ou seja estamos a falar em quase trinta por cento de aumento de capital. -----

----- Relativamente ao documento que também nos foi apresentado, o instrumento provisional de gestão, agrava ainda algumas preocupações de que não existindo afectação ao investimento, o que se traduz nas baixas perspectivas do aumento da taxa de ocupação do Mercado Municipal, quero eu com isto dizer, que também não me parece que haja alguma forma repensada para que a ocupação e com a devida função de um Mercado Municipal no próximo ano, possa servir na totalidade, desde os próprios produtos regionais, através de outros tipos de feiras e certames, que também para isso deveria e poderia ser utilizado. E portanto, do empréstimo principal, chamemos-lhe assim, também foram pagas apenas quatro tranches, e portanto, corresponde a uma amortização real de 130 000€. Destes 130 000€ correspondentes, é quase metade do aumento de capital que agora o Senhor Presidente de Câmara se propõe efectuar. -----

----- E sobre esta matéria, questiono ainda o Senhor Presidente, qual o número de tranches que ainda faltam, mais uma vez, efectuar em termos de pagamento, porque eu não conheço pessoalmente qual é o contrato financeiro que existe entre a Câmara Municipal e a Banca, e que também importa esclarecer.-----

----- Mas mais aqui se propõe é que este aumento de trinta por cento de capital social nesta sociedade, que mais uma vez o refiro, serve única e exclusivamente para colmatar o endividamento e a falta de rentabilidade. -----

----- E portanto, se o Senhor Presidente de Câmara pretende de alguma forma ter todos os anos alguma crítica do Partido Socialista nesta matéria, terá com certeza se continuarmos a ter para o Mercado Municipal este tipo de gestão. -----

----- Se por outro lado nos apresentar um programa, uma proposta concisa de viabilidade, de melhoria inclusivamente da capacidade e daquilo que é a necessidade e do que é o conceito de um Mercado Municipal, que também prende, embora com toda a modernidade, que tenha aquilo que é o tradicional, então aí conte connosco para aprovar esses seu plano e que obviamente tenha em vista a rentabilidade e que tenha em vista também a projecção da cidade para além do que é um edifício bonito, que o é efectivamente, mas que não serve os interesses daquilo que é um Mercado Municipal.-----

----- Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa.-----

----- Prescinde.-----
----- Senhor membro da Assembleia Martinho do Nascimento. -----
----- Estamos a dez minutos do *limit line*, pedia a sua concisão para termos tempo de fazermos as votações. -----

----- **Martinho do Nascimento** – Apresentou, por escrito, o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras, Meus Senhores --
----- Vem a Câmara Municipal de Bragança propor para discussão e deliberação desta Assembleia, uma proposta de aumento do Capital Social da Sociedade M.M.B. - Mercado Municipal de Bragança, E.M. -----

----- Importará, neste contexto, tecer uma consideração genérica sobre a terminologia técnica em causa de Capital Social para a compreensão da sua relevância no assunto que se pretende discutir e decidir, privilegiando-se uma abordagem substantiva e não politizada como contributo para o público em geral. -----

----- Sendo o Capital Social o conjunto de entradas em numerário ou em espécie efectuadas pelos associados quando da constituição de uma empresa, ele pode ser sucessivamente aumentado, de acordo com o desejo dos accionistas, tomado em assembleia geral. -----

----- Este Capital Social está representado através de títulos representativos da sua participação, designados de acções. -----

----- De forma a garantir a prossecução correcta da sua actividade o aumento do volume dos capitais que estiveram na base da constituição da empresa torna-se fundamental, para além de colocar a empresa em melhor posição financeira, de estrutura dos seus capitais permanente e consequentemente melhoria do fundo de maneio. -----

----- Este aumento contribui também para o equilíbrio financeiro da empresa uma vez que aumenta positivamente o rácio capital próprio/capital alheio que mede a estrutura financeira da empresa. -----

----- A estrutura accionista desta sociedade é constituída pela SIMAB, Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., empresa de capitais exclusivamente públicos e pelo Município de Bragança. -----

----- É assim considerada uma empresa de capitais públicos, de natureza municipal, dada a participação de capital por parte do Município em associação com outras entidades públicas. ----

----- A proposta de aumento do capital social da Sociedade M.M.B.-EM, enquadra-se legalmente na deliberação da sua Assembleia Geral, de 17 de Janeiro de 2006, de subscrever

43.800 novas acções, mediante o reforço de 219.000€, integralmente realizado pelo accionista Município de Bragança, dado que o accionista SIMAB não exerceu o seu direito de subscrição. -

----- Entende-se que assim seja, uma vez que a SIMAB, é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Governo para promover a criação de um conjunto de infra-estruturas de apoio à produção e à distribuição com prioridade para os Mercados Abastecedores.-----

----- Ora, esta missão encontra-se cumprida no caso vertente do mercado municipal de Bragança não só pela vertente técnica na implementação da infra-estrutura do Mercado Municipal mas também no co-financiamento para a sua construção. -----

----- Quanto à questão concreta que releva para esta proposta de aumento do Capital Social do MMB, colocam-se duas perspectivas de abordagem:-----

----- a) A estrutura financeira da Sociedade MMB; -----

----- b) A viabilização económico-financeira da mesma sociedade. -----

----- As duas abordagens são indissociáveis, assumindo os capitais próprios — onde se integra o capital social - uma relevância essencial na consolidação de uma estrutura financeira equilibrada, face aos capitais alheios e *consequentemente os capitais permanentes*. -----

----- O aumento do Capital Social, ao permitir a satisfação integral dos compromissos financeiros assumidos, concorre directa e progressivamente para a obtenção gradual daquele equilíbrio. É uma obtenção oportuna e regular de um meio de financiamento necessário à salvaguarda de indicadores fundamentais como a Autonomia Financeira e Solvabilidade da Sociedade. -----

----- A viabilização económico-financeira da sociedade M.M.B.-EM, tem que se consolidar na sua rendibilidade previsionial de exploração, e, concomitantemente na procura de resultados líquidos de exploração que reforcem os capitais próprios e consequentemente aqueles indicadores. -----

----- É do equilíbrio destas duas abordagens, reforçando-se mutuamente, que se consolidará a viabilidade económica e financeira daquela sociedade, a par do maior ou menor grau do risco económico da actividade baseado nos elementos humano e económico, variáveis exógenas de mercado vs clientes, claramente consentânea com a conjuntura económica. -----

----- É esta responsabilidade, baseada nestes elementos, também é de todos nós, sociedade civil, a verdadeira impulsionadora deste mercado retalhista e grossista no mundo económico da globalização, nunca se podendo basear num processo institucional, *mas sim de cariz económico e também social*. -----

----- O crescimento económico é estimulado através de uma estratégia que privilegia o investimento público, mas que já foi tomada a partir do impulso dos capitais públicos, cabendo

à dinâmica da oferta e da procura assegurar a viabilidade daquele crescimento e da viabilização económico-financeira do MMB em geral, mas de cada um dos operadores no seu ramo de actividade, em particular, *não descurando a vertente social de índole principal.* -----

----- E esta viabilização não se pode dissociar do enquadramento económico, social e regional em que a cidade de Bragança se insere. -----

----- Martinho do Nascimento-----

----- Assembleia Municipal de Bragança -----

----- 17 de Fevereiro de 2006” -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara vê necessidade de fazer mais alguma intervenção sobre esta matéria ? -----

----- Muito obrigado, vamos então votar esta proposta do Município -----

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quarenta e dois votos a favor, catorze votos contra e zero abstenções.-----

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?-----

----- Faça favor senhor membro da Assembleias Luís Silvestre, Bruno Veloso também.-----

----- **Luís Silvestre** - Muito rapidamente para não perder tempo, dizer que a última intervenção não me convenceu a votar favoravelmente porque, injectar capital social numa empresa não é sinónimo de boa gestão. Isso faz-me lembrar um filho que tem uma loja que não sabe gerir e está sempre o pai a meter lá dinheiro. Nós somos favoráveis à apresentação de um Plano Plurianual, porque o problema da dívida é plurianual, não é anual, de resolução do problema de uma vez por todas. Isso sim. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso.-----

----- Se conseguir em trinta segundos será óptimo porque cumpriremos o horário das sete e não poderemos já ter tempo de dar a palavra ao público. Mas enfim... -----

----- **Bruno Veloso** - Brevemente e corroborando as palavras do meu camarada Luís Silvestre, e também da minha intervenção, dizer, obviamente que não poderíamos votar a

favor, numa solução meramente de gestão corrente e que se prende com o pagamento imediato das dívidas e portanto da amortização daquilo que é o défice e o passivo do Mercado Municipal. E portanto esta injeção de capital nada resolve para o futuro. -----

----- E pensava eu que, porventura, o Senhor Presidente de Câmara me pudesse dar mais uma achega na minha intervenção e poder-me tentar convencer que era o contrário, como não o fez julgo que concordou com a minha intervenção. -----

----- Faça isto, e em jeito de brincadeira e sem que me leve a título de ofensa, dizer-lhe que, há uns dias, quando falei no Mercado Municipal me respondeu que só quem não é consciente fala no Mercado Municipal. Efectivamente a minha consciência dita-me que enquanto estes problemas continuarem terei que falar no Mercado Municipal. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Estão encerradas as declarações de voto. -----

----- **Presidente da Mesa** Senhor Presidente, quer falar?-----

----- Faz favor.-----

----- É uma figura de excepção, completamente de excepção., como estamos numa hora de excepção. -----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- A Delegação na deslocação à cidade de Léon deverá ser na ordem das 22 pessoas, parte do Executivo Municipal, a Comunicação Social, há grupos que temos que levar também relacionados com a animação, temos que levar pintores, artistas, escultores que também estarão presentes, o Dr. Amadeu Ferreira também numa Conferência na Universidade de Léon, os gaiteros, os caretos , etc. Tínhamos que limitar aos responsáveis dos grupos Parlamentares ou a quem indicassem e não poderíamos deixar de convidar os Senhores Presidentes de Junta, dada a qualidade, de titulares do órgão executivo das Juntas de Freguesia. Não nos pareceu sensato constituir uma delegação excessiva. -----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Senhores membros da Assembleia, com os meus cumprimentos, agradecimentos,
declaro encerrada esta sessão. -----

----- O Público já não tem tempo, esgotou o tempo. -----

----- **5 – PÚBLICO – 2º. PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**-----

----- Esgotado o tempo para intervenção do Público. -----

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Villela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Fernando da Cruz Oliveira
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues

José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Madureira Afonso
Maria Gonçalves Correia Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Martina Isabel Veiga Dias
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes
Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
João Baptista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Manuel Gonçalo Esteves
Orlando Augusto Matos Pontes
Pedro Miguel Fernandes Teixeira
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO
AVELEDA
BABE

João Adriano Rodrigues
Isidro Carlos Pereira Rodrigues
Manuel António Esteves

BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Helder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Amílcar dos Santos Maurício
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAÍNHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA MARIA - BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ - BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (subst. Presidente)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos José Cadavez
Pedro Nuno Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Henrique da Costa Ferreira

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

MÓS

Anselmo Aníbal Martins

B- CÂMARA

PRESENÇAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores:

António José Cepeda
Armando Nuno Gomes Cristóvão
Isabel Maria Lopes
Rui Afonso Cepeda Caseiro

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em : ___/___/___ - vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente da Mesa,

O Primeiro Secretário,

A Primeira Secretária,

NOTAS:

1 - O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas não foi convocado em virtude da Junta ter “caído” - renúncia de todos os membros da lista do PSD.

2 - No Discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos em itálico.

- Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros encontram-se, também escritas a itálico, as informações adicionais que foram feitas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.